



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

JOSÉ WILLAME FELIPE ALVES



**A EMERGÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS COMO
FENÔMENO POLÍTICO NO CEARÁ: SÍTIO ARRUDA, NO MUNICÍPIO
DE ARARIPE**

São Leopoldo
2018



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

JOSÉ WILLAME FELIPE ALVES

**A EMERGÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS COMO
FENÔMENO POLÍTICO NO CEARÁ: SÍTIO ARRUDA, NO MUNICÍPIO
DE ARARIPE**

Relatório de Qualificação de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

Linha de Pesquisa: Migrações, Territórios e Grupos Étnicos.

**São Leopoldo
2018**

A474e Alves, José Willame Felipe.
A emergência das comunidades quilombolas como fenômeno político no Ceará: Sítio Arruda, no município de Araripe / José Willame Felipe Alves. – 2018.
182 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018.
“Orientador: Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Quilombolas. 2. Movimentos sociais. 3. Grupos étnicos.
I. Título.

CDU 94(81)

JOSÉ WILLAME FELIPE ALVES

A EMERGÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS COMO FENÔMENO
POLÍTICO NO CEARÁ: SÍTIO ARRUDA, NO MUNICÍPIO DE ARARIPE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para
obtenção do Título de Doutor em História.

Aprovada em 06/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Orientador

Prof. Dr^a Marluza Marques Harres
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Coorientadora

Prof. Dr. Carmo Thum
Universidade Federal do Rio Grande - Arguidor

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola
Universidade do Vale do Rio dos Sinos/PPGCS – Arguidor

Prof. Dr. Vinicius Pereira de Oliveira
Instituto Federal Sul-rio-grandense – Arguidor

Professora Dr^a Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Arguidora

São Leopoldo
2018

*Às lideranças quilombolas que constroem, juntas as
suas comunidades, uma consciência política capaz
de resistir a um sistema que foi formatado para
oprimir, os historicamente inferiorizados.*

AGRADECIMENTOS

A todos que comigo compartilharam dos momentos de angustias e de alegrias na construção deste importante empreendimento intelectual, que é o Doutorado, sinceros agradecimentos.

Agradeço ao meu pai, João Felipe da Luz (*in memoria*) e a minha mãe, Maria Alves de Souza, pela educação que tive e por me estimularem aos estudos.

Ao meu sogro, Antônio Epitácio de Freitas e a minha sogra, Maria Leide Macêdo de Lima pelo apoio e a garantia que a minha casa e os meus filhos estavam protegidos, quando precisava me ausentar.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) pelo custeio do curso. Ao Diretor Geral, Fernando Eugênio Lopes de Melo (*campus* de Cedro) e Dijauma Honório Nogueira (*campus* de Iguatu) por permitirem afastamentos parciais para estudos.

Ao meu orientador, Paulo Roberto Staudt Moreira, com quem aprendi muito. Sou grato pelas orientações necessárias ao texto da tese e por me fazer entender a importância da pesquisa, para resgatar a História de comunidades excluídas e marginalizadas numa sociedade celetista e opressora.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), por me oportunizar a realização de um sonho, cursar doutorado. Em especial a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História.

Agradeço especialmente ao corpo de técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em História, em especial à secretária, Saionara Brasil, pelo carinho e atenção em todos os momentos em que precisei.

Aos colegas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Faculdade do Sertão Baiano (FASB) com quem convivi esses quatro anos e proporcionaram muito aprendizado.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho no IFCE que, com sabedoria, souberam suportar minha alteração de humor em alguns momentos, quando a escrita da tese me parecia faltar.

Agradeço a todos os amigos que fiz nas comunidades de remanescentes de quilombolas, onde estive pesquisando e compartilhando momentos agradáveis.

Agradeço imensamente ao antropólogo do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (INCRA), lotado na Superintendência Regional do Ceará, José da Guia Marques, pelo apoio e disponibilização dos Laudos Antropológicos.

E por fim, agradeço a minha família, pela compreensão e pela cumplicidade num convívio sem o qual o ingresso e a caminhada no doutorado seriam impossíveis, ou seja, a minha amada esposa, Márcia Leyla de Freitas Macedo Felipe – companheira, também, de trabalho e trajetória acadêmica, colega neste curso; aos meus filhos, João Felipe da Luz Neto e Ricardo de Freitas Felipe da Luz; a minha filha, Ana Lúcia de Freitas Felipe da Luz, que são o meu principal combustível de vida. Amo vocês!

Muito obrigado!

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a estudar o processo de organização das comunidades de remanescentes de quilombolas, focando localidades e temporalidades específicas, ou seja, o local é o estado do Ceará e o marco cronológico preferencial foi demarcado pelos 20 anos que antecederam à promulgação da Constituição de 1988 até os dias atuais. Neste sentido, a análise está centrada em uma comunidade quilombola, que é o Sítio Arruda. Entretanto, outras comunidades são utilizadas, com menor profundidade, visando entender o campo quilombola regional: Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras; Alto Alegre, Adjacência e Base; Brutos; e Três Irmãos. Analisou-se como estas comunidades surgiram, como se organizaram, como se mantêm e quais fatores históricos foram motivadores para este processo de organização social. Em relação a esses fatores motivadores, percebeu-se que o primeiro foi que os remanescentes de quilombolas foram forçados pela necessidade de sobrevivência, visto que sofreram um processo histórico de exclusão social, que perpassaram várias gerações, desde aquelas do período escravocrata; o segundo foi que eles foram estimulados pelo surgimento dos movimentos de defesa dos negros e das negras, a partir do final dos anos 1960, mobilizações feitas ainda no período da ditadura militar, influenciadores da conquista de direitos a serem assegurados na Constituição de 1988; e o terceiro fator, foi que eles passaram a conquistar, de fato, os direitos constitucionais, quando o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, fez iniciar a implantação dos processos de titulação das terras ocupadas. Desta forma, a investigação mantém relação com a resistência social e racial, contemplando as ações políticas dos governantes. Com relação às relações internas nas comunidades, a pesquisa buscou mostrar o papel das lideranças e como se planejam para preparar as novas gerações.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, movimentos sociais, Sítio Arruda, Ceará.

ABSTRACT

This research proposes to study the process of organization of communities of remnants of *quilombolas*, focusing on localities and specific temporalities, that is, the place is the state of *Ceará* and the preferred chronological framework was demarcated by the 20 years that preceded the promulgation of the Constitution of 1988 until nowadays. In this sense, the analysis is centered in a quilombola community that is the Arruda Site. However, other communities are used, with less depth, in order to understand the regional *quilombola* field: *Encantado do Bom Jardim* and *Lagoa das Pedras*; *Alto Alegre*, *Adjacência* and *Base*; *Brutos*; and *Três Irmãos*. It was analyzed how these communities emerged, how they were organized, how they are maintained and what historical factors were motivators for this process of social organization. In relation to these motivating factors, it was noticed that the first one was that the remnants of *quilombolas* were forced by the necessity of survival, since they underwent a historical process of social exclusion, that crossed several generations, from those of the slave-like period; the second was that they were stimulated by the emergence of black defense movements, from the late 1960s, mobilizations made during the period of the military dictatorship, influencers of the conquest of rights to be guaranteed in the Constitution of 1988; and the third factor was that they came to conquer, in fact, the constitutional rights, when the Government of President Luis Inacio Lula da Silva, by means of decree nº 4.887, of November 20, 2003, initiated the implantation of the processes titling of occupied lands. In this way, the investigation maintains relation with the social and racial resistance, contemplating the political actions of the rulers. With regard to internal relations in communities, the research sought to show the role of leadership and how they plan to prepare the new generations.

Keywords: Quilombola communities, social movements, *Sítio Arruda*, *Ceará*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Associação Cristã de Base
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGU	Advocacia Geral da União
ALCE	Assembleia Legislativa do Ceará
ARQUA	Associação de Remanescentes do Quilombo de Alto Alegre
ARQUIBA	Associação de Remanescentes do Quilombo de Base
CCAF	Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da AGU
CDN	Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional
CDRU	Certidão de Direito Rural de Uso
CE	Ceará
CEQUIRCE	Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará
CNPJ	Cadastro Nacional de pessoa Jurídica
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil
CRAS	Centro de referência em Assistência Social
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
DOU	Diário Oficial da União
EFTA	Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
FCP	Fundação Cultural Palmares
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQUIRCE	Instituto Quilombola Rural do Ceará

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	Ministério da Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
P1MC	Programa um Milhão de Cisternas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SDA	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SPU	Secretaria de patrimônio da União
STF	Superior Tribunal Federal
TJ	Tribunal de Justiça
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Agrupamentos Negros.....	65
Quadro 02:	Relação de comunidades integrantes da CEQUIRCE.....	77
Quadro 03:	Relação de comunidades Quilombolas no Ceará certificadas pela FCP	79
Quadro 04:	Relação de comunidades Quilombolas no Ceará com processos abertos no INCRA	81

LISTA DE FOTOS

Foto 01:	José Renato Ferreira dos Santos Coordenador da CEQUIRCE	69
Foto 02:	Cartaz de divulgação do 10º Encontro de Comunidades Negras no Ceará	96
Foto 03:	Antônio (presidente), Roberto Gomes e Carlos (orador)	101
Foto 04:	Marques (antropólogo), Antônio (presidente) e Willame Felipe.....	102
Foto 05:	A Chapada do Araripe.....	111
Foto 06:	Chapada, área com edificações	114
Foto 07:	Chapada, área de cultivo agrícola no período invernos - (Feijão e batata doce)	115
Foto 08:	Baixio, área preparada para o cultivo agrícola no período invernos.....	116
Foto 09:	Baixio, área cultivada no período invernos – (Milho)	116
Foto 10:	Sertão, área de preservação ambiental	117
Foto 11:	Sertão, área plantada (Mandioca)	118
Foto 12:	Cisterna de placas	121
Foto 13:	Cisterna de polietileno	121
Foto 14:	Mulheres desbulhando feijão no terreiro, em meio a crianças e homens.....	142
Foto 15:	Uma mesa de carteados, numa calçada, no final da tarde	151
Foto 16:	Raimunda Verônica do Nascimento	155
Foto 17:	Maria Caetano de Souza	155
Foto 18:	Antonio José do Nascimento	156
Foto 19:	Severino Caetano de Souza	156
Foto 20:	Antônia Pereira de Alencar	157
Foto 21:	Antonio Silva Cruz	157
Foto 22:	Maria de Fátima Lourenço Bispo	158

LISTA DE MAPAS

Mapa 01:	Localização da comunidade quilombola Sítio Arruda, no Estado do Ceará	109
Mapa 02:	Identificação da APA na Chapada do Araripe	112
Mapa 03:	Percurso realizado pelo patriarca da família Nascimento, de Cabrobó à Fazenda Coqueiro, cerca de 260	124
Mapa 04:	Percurso realizado pela mãe do patriarca da família Caetano de Souza, da fazenda Cococi, no município de Parambu/CE a Campos Sales/CE, cerca de 100 km	127

GRÁFICO GENEALÓGICO

Gráfico genealógico das famílias do Sítio Arruda.....	129
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
------------------	----

CAPÍTULO I

1 AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: CONSTITUIÇÃO E CONJUNTURA ATUAL	41
1.1 MOVIMENTO NEGRO NOS ANOS 70 E 80 DO SÉCULO XX	43
1.2 ARTIGO 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS: DIREITOS CIDADÃOS E SEUS DESDOBRAMENTOS LEGAIS.....	53

CAPÍTULO II

2 MOVIMENTO QUILOMBOLA NO CEARÁ: ARRANJOS E RECONFIGURAÇÕES	61
2.1 QUILOMBO: REFÚGIO E/OU TRINCHEIRA	61
2.2 FORAM SE <i>AQUILOMBANDO</i> NOVAMENTE	63
2.2.1 Primeira comunidade quilombola reconhecida pela FCP no estado do Ceará	66
2.3 AVANÇOS E RECUOS NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO CEARÁ	68
2.3.1 As consequências do impeachment da Presidenta Dilma para o movimento quilombola do Ceará	70
2.4 UMA CARTOGRAFIA QUILOMBOLA NO CEARÁ	73
2.5 PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO CEARÁ: ANÁLISE COMPARATIVA	82
2.5.1 Formação Histórica	82
2.5.1.1 Alto Alegre, Adjacências e Base	83
2.5.1.2 Lagoa das Pedras e Encantado do Bom Jardim	85
2.5.1.3 Três Irmãos	89
2.5.1.4 Brutos	93
2.5.1.5 Sítio Arruda	98
2.5.2 Análise comparativa	103

CAPÍTULO III

3 ORGANIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA - SÍTIO ARRUDA	107
3.1 LOCALIZAÇÃO.....	108
3.2 DESCRIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO	113
3.3 PORQUE QUANDO ELE SE CRIOU SE CRIOU NA CHIBATA: O POVOAMENTO DO SÍTIO ARRUDA	122
3.4 EVOLUÇÃO SOCIAL – A COMUNIDADE SE ENCONTRANDO	133
3.4.1 Teve um inverno bom, nós tiramos muito legume e as coisas foram melhorando.....	137
3.4.2 Juntos produzimos nossa alimentação: agricultura familiar.....	139
3.5 SE TEM UMA COISA QUE EU SEI FAZER É BATER, BATER NO PANDEIRO EU SEI, MAS OUTRA COISA EU NÃO SEI NÃO: ATIVIDADES CULTURAIS E RELIGIOSIDADE	145
3.5.1 “Os Morenos” é considerado um dos melhores times de futebol da região: esporte e lazer	150
3.6 VIVÊNCIAS POLÍTICAS	152
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	166
ANEXOS	174
Anexo 01 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes das Comunidades Quilombolas de Alto Alegre, Adjacências e Base.	175
Anexo 02 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes das Comunidades Quilombolas de Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras.	176
Anexo 03 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes da Comunidade Quilombola Três Irmãos.	177
Anexo 04 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes da Comunidade Quilombola de Brutos.	178
Anexo 05 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda	179
Anexo 06 - Mapa da Comunidades Quilombolas no Ceará.	180
Anexo 07 - CDRU da comunidade Sítio Arruda	181

INTRODUÇÃO

A escrita dessa tese traz, para mim, o cumprimento de uma caminhada cheia de interrogações e curiosidades acerca da existência e das organizações de comunidades de remanescentes de quilombolas no estado do Ceará.

A grande curiosidade surgiu na minha conversa com o líder da comunidade Sítio Arruda, Severino Caetano de Souza, que, de forma orgulhosa me relatou como foram os primeiros anos na referida comunidade. “Chegamos no final do ano de 1982, eu tinha 12 anos. Aqui não tinha casa a nossas moradas eram debaixo das moitas, como bicho bruto”.

Percebi no semblante do Senhor Lourenço um misto de sofrimento com sentimento de dever cumprido. O sofrimento, para ele encontra-se na memória individual e coletiva, pois a satisfação de contar a luta que tiveram de enfrentar perpassa por todos os moradores. Ele afirma que quanto mais sofriam fome e frio, mais se uniam e buscavam soluções em suas próprias forças. O dever cumprido está na satisfação, de hoje, estar numa comunidade organizada, prosperando e com todos conscientes da necessidade de viverem cada vez mais firmes e unidos para se ampliar as conquistas.

Diante do diálogo com o senhor Caetano, percebi uma estreita relação de minha curiosidade de conhecer o processo de formação, organização e manutenção de comunidades de remanescentes de quilombolas, no estado do Ceará, com o que eu havia pesquisado em 2011 a 2013, atendendo ao programa de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia (EST), em São Leopoldo-RS, curso de Mestrado em Teologia, na linha de pesquisa – Educação Comunitária com Infância e Juventude. Pois, em verificar o processo de educação desenvolvido no Assentamento Rural Vida Nova Transval, no Município de Canindé, Ceará, pude perceber como aquela comunidade se organizou para conquistar direitos e como os moradores resistiram às dificuldades climáticas e à opressão do sistema social dominante.

Essa curiosidade também tem relação com a minha trajetória de vida, pois tenho origem camponesa, onde convivi com as mais severas desigualdades sociais, especificamente advindas dos descasos patrocinados às comunidades rurais, por um sistema dominante e excludente.

A luta por melhorar as condições de vida me conduziu, deste a infância, ao envolvimento com os movimentos sociais e políticos. No ensino médio cursei técnico em agropecuária, uma formação que me proporcionou desenvolver atividades de extensão rural, o que me aproximou mais dessas comunidades. A busca pela sobrevivência das comunidades remanescentes de quilombos sempre me fascinou, bem como, as atividades coletivas e o cuidado uns com os outros.

Por força desse meu envolvimento, participei de atividades partidárias, cheguei à Câmara de Vereadores, do meu município, por dois pleitos na década de 1990. Nesse período, cursei Pedagogia na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, *campus* da Universidade Estadual do Ceará. Continuei militando nos movimentos sociais.

Dando continuidade na carreira acadêmica, no ano de 2011, ingressei no curso de Mestrado, na linha de pesquisa – Educação Comunitária com Infância e Juventude. Naquela época trabalhava no *campus* de Canindé, do Instituto Federal do Ceará, cerca de 120 km de Fortaleza, o segundo município do Brasil em quantidade de assentamentos rurais. Passei a conviver em uma comunidade, fruto de invasões, para escrever o trabalho final do curso de mestrado, vindo a defender a dissertação em janeiro de 2013, com o título de “O Processo de Educação das Crianças do Assentamento Rural Vida Nova Transval, no Município de Canindé, Ceará”.

Nessa comunidade, onde realizei minha pesquisa, mais uma vez me deparei com métodos de convivência comunitária surpreendente. Trabalho coletivo, partilha da produção, rebanho de todos, dentre outros. No entanto, a referida comunidade não se enquadrava no que se entende por remanescentes de quilombos, apesar de, aparentemente, a maioria ter características de afrodescendentes.

Em 2014 fui convidado para lecionar na Faculdade do Sertão Baiano (FASB), como professor visitante. Oportunamente, a referida Faculdade havia firmado convênio com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), para o curso de Doutorado em História, Área de Concentração: Estudos História Latino-Americanos. Participei da seleção, vindo a aprovar projeto para a Linha de Pesquisa: Migrações, Territórios e Grupos Étnicos.

Ao chegar a oportunidade de cursar o doutorado, junto me foram apresentadas várias indagações. O que pesquisar? Busquei verificar as produções historiográficas da região e constatei um vazio no que se refere as questões étnicas, especificamente voltado para o negro. Pensei em pesquisar “como os negros e negras se

reconhecem”- identidade étnica. No entanto fui conduzido, pelos estudos a mudar o foco para “organização e manutenção das comunidades de remanescentes de quilombolas”. Pois não temos produções acadêmicas, que contemple essa temática no Ceará.

Sendo assim tive que decidir sobre o meu foco de interesse. O que poderia apresentar ao universo acadêmico científico acerca do movimento negro no Ceará? Qual a sua real participação na formação deste Estado da federação brasileira? Qual recorte temporal seria estabelecido? Quais fontes seriam utilizadas?

Cercada por muitas dúvidas antes de rascunhar qualquer palavra que reverterse em uma pesquisa histórica, decidi “conhecer os negros e negras” da comunidade quilombola Sítio Arruda. Lá encontrei o Senhor Lourenço, que a partir de uma conversa informal fui rapidamente convencido, pelo seu otimismo e orgulho de ser quilombola, que seria importante mostrar o processo de organização que produzia tamanho contentamento (O Capítulo 03 dessa tese retrata a história da comunidade quilombola Sítio Arruda).

Outro elemento importante escolhido foi o recorte temporal. Após visitar os escritos dos pesquisadores sobre negros no Ceará, como: Eurípedes Antonio Funes, Ana Sara Parente Ribeiro Cortez, Francisco José Pinheiro verifiquei que se voltam para o tempo da escravidão, período colonial e imperial brasileiro. Portanto, observando os momentos, anterior e posterior, que circundam a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, antes, as mobilizações dos movimentos sociais e étnicos para garantir direitos e posterior a implementação desses direitos, defini dos anos 1960 até a atualidade.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX emergem diferentes expressões políticas em torno do reconhecimento de direitos, tanto na Europa como na África, bem como, nas Américas. Demandas em torno dos comportamentos sexuais alternativos, do respeito à diversidade cultural, dos movimentos sustentáveis e das lutas anticolonialistas passam a compor os debates políticos em nome da liberdade e autonomia dos povos e dos grupos sociais.

Conforme Santos (1994),

Fernandes (1994) afirma que os movimentos surgidos na década de 1970 foram concebidos, desde o princípio sob a forma plural e refletiam um processo novo de organização, baseados na descentralização do poder e pelas múltiplas demandas, como habitação, saneamento, segurança, etc. No bojo dessas demandas e num cenário de efervescência, surgiu o que se

denominou de identidades “contrastivas”, ou seja, mulheres, indígenas, negros, homossexuais que reivindicavam um novo *status* político na afirmação de suas identidades. Isso acarretou o reconhecimento de uma experiência singular, com uma história e uma cultura diferente. As lutas políticas em torno das identidades distinguem-se das lutas mediadas pelos interesses de classe, cuja bandeira é da igualdade, enquanto as lutas identitárias buscam o respeito às diferenças (SANTOS, 1994, p. 81).

Tratam-se de inquietações e insatisfações de um coletivo social, desenvolvendo, então, os movimentos sociais em seu caráter embrionário, movimentos esses cujo conceito, como aponta Meksenas (2002):

Possui dimensão histórica inerente ao capitalismo. Articulando com a teoria dos direitos e das políticas públicas, denota as faces que a sociedade civil assume ao longo do processo de regulação e de emancipação social, presente no mundo contemporâneo. As lutas por direitos e espaços de participação relacionados às políticas públicas, por outro lado, evidenciam aspectos da dinâmica dos movimentos sociais (MEKSENAS, 2002, p. 141).

No Brasil, afirma Santos (2014, p. 81), essas lutas nascem da resistência das classes subalternizadas, e podem ser observadas com maior ênfase no período que sucedeu a ditadura militar e culminaram com o processo de redemocratização e reorganização dos movimentos sociais.

Antes da ditadura, na realidade, conforme Scherer-Warren (1996, pp. 109-130) os movimentos sociais caracterizavam-se por seu caráter paternalista e clientelista, além do fato de que o sindicalismo até então tinha relação estreita com o Estado (autoritário), sendo, ainda, de cunho assistencialista. Com os novos movimentos sociais, inicia-se uma participação ampliada das bases, incorporando práticas coletivas e solidárias, ao mesmo tempo em que se opõem ao autoritarismo, à centralização do poder e à violência física.

Nessa perspectiva, a sociedade organizada passa a se mobilizar em sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias, intelectuais ligados à resistência à ditadura militar, partidos políticos comprometidos com as causas populares, setores da igreja católica identificados com a Teologia da Libertação e as organizações ligadas à reforma agrária, Movimento Negro Unificado (MNU), entre outras, na busca de tratamento igualitário do Estado, a todos os brasileiros. As grandes metas foram a redemocratização do país e o reconhecimento de direitos, até então negados às classes minoritárias e excluídas. Essas mobilizações pré-constituintes, ganharam visibilidade ao ponto de conseguirem inserir na Assembleia Nacional Constituinte as

pautas dos direitos identitários (étnicos, gêneros, geracionais etc) que posteriormente foram assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

As várias entidades e grupos negros que se inserem nesse contexto, assumiram em seus discursos as reivindicações identitárias por meio das exigências do respeito às diferenças e a conquista de direitos como uma forma de corrigir historicamente as desigualdades sociais, econômicas, culturais, decorrentes da escravidão. Dentre as reivindicações se destacam a criminalização do racismo e políticas com véis afirmativo.

Na perspectiva de políticas afirmativas, os movimentos alcançaram uma vitória inicial, para as comunidades de remanescentes de quilombos, que foi inserir na Constituição Federal, o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que se refere à regularização fundiária dos territórios historicamente ocupados pelas comunidades quilombolas.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Art. 68, ADCT/CF/1988).

Para melhor compreensão a respeito da luta pelos direitos dos negros, a organização de suas comunidades, o direito à terra e a ressignificação do conceito de quilombos (históricos e contemporâneos), fiz uma caminhada pela história até o surgimento das comunidades, tendo por base o Quilombo Sítio Arruda, no município de Araripe, no Ceará.

A problemática em estudo contempla parte da estruturação organizacional, social, cultural, religiosa e geográfica do estado do Ceará, bem como os conflitos agrários que permeiam todo o território brasileiro com desdobramentos até os dias atuais. Percebe-se uma apreensão em relação ao reconhecimento dos espaços geográficos para essas comunidades quilombolas, algo recente, e a aplicação das políticas públicas de afirmação da raça nos espaços legalizados.

Considera-se fundamental para uma abordagem inicial acerca do negro, reconhecer que a omissão da historiografia oficial sobre a participação deste em vários momentos de luta pelos direitos humanos contribuiu e, ainda contribui, para o não reconhecimento do papel, por ele desempenhado na construção do país. Apesar de visto apenas como massa escravizada indispensável ao processo de enriquecimento das classes abastadas, o negro não foi passivo, muito menos

resignado, nem durante o período da escravidão, tampouco no período pós-escravidão, em que a busca por cidadania plena constitui-se a marca do movimento social negro brasileiro, em tempos pós-modernos.

É necessário reconhecer que a província do Ceará, no início dos anos 80 do século XIX, se constituiu na maior exportadora interprovincial de escravos do Brasil. Movimento que se acentuou desde o fim da década de 1870, após longos anos de seca, como explica Richard Graham (2002):

A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província, exceto o Rio Grande do Sul (GRAHAM, 2002, p. 2).

Por esses motivos, dentre outros, a província do Ceará, em relação as demais, era a que menos possuía escravos no período da Abolição, pois tinham sido traficados para os centros cacauzeiros, cafeeiros e açucareiros por bons preços.¹

Conforme Funes (2002):

A população escrava, no Ceará, apenas em 1819, segundo dados apresentado por Arthur Ramos, chegou a 28% da população, não superando em outros momentos a casa de 20%, decaindo já a partir da década de 1840, chegando em 1872, a 4,4%, mantendo este nível até 1883/1884, quando ocorre a libertação dos escravos (...) (FUNES, 2002, p. 108).

Para Cortez (2008), houve uma diminuição paulatina dos trabalhadores escravizados no Ceará, na segunda metade do século XIX.

Para este contexto de diminuição paulatina dos trabalhadores escravos, sobretudo, rurais e domésticos, deve ser considerada a campanha abolicionista, e as ações de governantes entre os anos de 1850 e 1884, como os projetos de lei apresentados pelo Barão de Aracati nos anos de 1850 e 1852 e a Lei 1254 de 1868, que instituía cotas para manumissões, em prol da família escrava, bem como através das estratégias direcionadas para implantação de uma pesada tributação sobre a propriedade de escravos, de modo a deixarem os donos destes sem condições de mantê-los por muito tempo. Dessa maneira, enquanto os escravos usavam de estratégias sutis, jurídicas ou abruptas, o poder público promulgava leis que dificultassem a permanência do trabalho escravo no território cearense. Nesse contexto, e com tal finalidade, foram sancionadas as leis provinciais 2031 e 2034 nos

¹ Essas informações estão no sítio da União de Negras e Negros Pela Igualdade – UNEGRO. Matéria veiculada quinta-feira, 9 de maio de 2013, com o tema “Ceará foi a primeira província do Brasil a abolir a escravidão e a política no processo abolicionista...” <http://unegroriodejaneiro.blogspot.com.br/2013/05/ceara-foi-primeira-provincia-do-brasil.html>. Acesso em: 12 de abril de 2018.

anos 1882 e 1883, respectivamente (CORTEZ 2008, p. 217).²

Nessa perceptiva é necessário considerar, também, que os escravizados não ficaram inertes em relação a esse processo, eles assumiram vários protagonismos em suas experiências sociais, reagindo as suas condições de vida impostas pelos seus senhores. Conforme Assunção (2009, p. 9) havia o escravo que negociava, e que lutava de formas diversas para melhor conviver ou superar a dura realidade do cativeiro,³ bem como as persistentes ações implementadas na busca de liberdade.

Para Assunção (2009) foram vários fatores que estimularam e aceleraram o processo abolicionista, no Ceará:

A década de 1880 foi intensa e reveladora do fim da escravidão. Nela, as alforrias atingem um maior volume. O crescente movimento abolicionista influenciou senhores e escravos, ajudou a redefinir as ações senhoriais frente aos seus cativos, e as desses últimos perante sua condição. Portanto, não sendo diferente do que havia ocorrido com outras províncias brasileiras, parece que o aumento da concessão de alforrias, aliado a outros fatores, teria sido um processo indissociável do paulatino definhamento da escravidão cearense e, muito provavelmente, teria sido importante para a extinção prematura do regime (ASSUNÇÃO, 2009, p. 148).

Dentre os outros fatores consideráveis, que provocaram a antecipação do fim do trabalho escravizado na província do Ceará, é necessário considerar o alto custo do serviço. A estratégia utilizada pelos governantes, pressionados pelos abolicionistas, foi elevar a tributação sobre a propriedade escravizada, conforme CORTEZ (2008):

Dessa maneira, a abolição se fez no Ceará pela progressiva desvalorização sobre o elemento e o trabalho cativo. É certo que muitos fatores corroboraram para esse desfecho, como o decréscimo do preço e número de escravos e a obrigatoriedade de conceder alforrias mediante pecúlio, além do empenho de governantes em fazê-la gradualmente. Contudo a imposição de pesados impostos sobre esta propriedade foi ponto decisivo para que abolição nesta província alcançasse o êxito obtido: muito cedo(...) (CORTEZ, 2008, p. 224).

² No que se refere a diminuição da mão de obra escravizada no Ceará a pesquisadora aborda os instrumentos legais que precederam o ato abolicionista. Essa informação estão em, CORTEZ, Ana Sara R. P. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos - A família escrava no Cariri Cearense (1850 - 1884). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará). 2008.

³ Ver, ASSUNÇÃO, M. A. "ESCRavidão E LIBERDADE EM FORTALEZA, CEARÁ (SÉCULO XIX)". Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2009.

Consequentemente, foi no Ceará que aconteceu, no dia 25 de março de 1884, portanto, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea, em 1888, a primeira abolição dos escravizados no Brasil.⁴

Após a conquista da liberdade, os negros e as negras se reuniram em coletividades (urbanas e rurais) forjadas por parentelas e alianças diversas para facilitar a sobrevivência, prática constatada até os dias atuais. Percebe-se, ainda, que iniciaram suas organizações comunitárias em busca da sobrevivência, num meio caracterizado pela exclusão social e racial, numa dominação de brancos, resistindo à pobreza, discriminação e preconceitos.⁵

Desconhecidas por décadas por um processo político (e acadêmico) que gerou uma quase incompreensível invisibilidade, estas comunidades passaram por várias modificações ao longo do tempo, resistindo através da permanência em territórios por eles reivindicado como de seus ancestrais. O que me impulsiona a buscar compreender como surgiram, se mantiveram por várias gerações e como estão atualmente.⁶

Ressalto também, a importância de compreender o contexto sociopolítico em que emergiram para o cenário nacional as demandas contemporâneas das comunidades remanescentes de quilombos, contemplando os fatores que as identificam e os fatores de sua manutenção. Nessa perspectiva, analisei de forma comparativa as relações sociais existentes entre as comunidades quilombolas.

No que tange a produção historiográfica relacionada ao tema, ou mesmo a questão da presença negra no Ceará, não tem ocupado lugar de destaque no meio acadêmico e científico.

Segundo Fonteles (2009, p. 43), “há um desinteresse pelo tema da presença

⁴ Essas informações estão no sítio da UNILAB – Universidade de Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira. Tema da matéria “Feriado estadual de 25 de março lembra abolição da escravatura no Ceará” <http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/03/24/feriado-estadual-de-25-de-marco-lembra-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>. Acesso em: 22 abril. 2014.

⁵ Lembrando que o processo que aboliu a escravidão no Brasil não foi acompanhado por uma reforma agrária ou pelo menos por medidas que facilitassem o acesso destes trabalhadores negros rurais a alguma propriedade fundiária. Esse fato não foi desconhecido na época, com militantes abolicionistas negros defendendo a necessidade premente de uma “democracia rural” (Ver: TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. Campinas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP, 2004. (Doutorado em Ciências Sociais).

⁶ A questão da invisibilidade destas comunidades negras foi tratada pela antropóloga Ilka Boaventura Leite. Ver: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996; LEITE, Ilka Boaventura. *Comunidade de Casca: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Antropologia, 2000; NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas.

negra no Ceará, são poucas as fontes de pesquisa”. Ela teve essa constatação, quando realizou uma pesquisa mais aprofundada e recorreu ao Arquivo Público do Ceará, à Biblioteca Pública, à Academia Cearense de Letras e aos arquivos dos jornais em circulação. De fato, nesses espaços de pesquisa o pouco material que se encontra está relacionado ao negro na condição de escravizado. O que se percebe, na ausência de informações, que essa temática não teve importância aos historiadores cearenses no século XX.

Com exceção de poucos trabalhos que surgiram nos últimos anos, através de esforços pontuais empreendidos por historiadores, pouco ou quase nada de consistente se encontra na historiografia cearense sobre os temas da escravidão. Menos estudos ainda foram desenvolvidos nos diversos municípios do interior da província nos quais a escravidão também se assentou.⁷ Além do livro de Pedro Alberto de Oliveira Silva, fruto de sua dissertação de mestrado, apenas escassos trabalhos foram produzidos nas últimas décadas (ASSUNÇÃO, 2009, p. 8).⁸

Mesmo não tendo sido satisfatoriamente registrado pela História formal, os negros resistiram e agenciaram várias formas de sobrevivência física e cultural, tanto antes como após as Leis Abolicionistas da década de 1880. Para Karoline dos Santos Monteiro (2013, p. 30) a resistência está na gênese da formação dos quilombos. Para Gomes e Reis (1996, p. 158), “Onde houve escravidão, houve resistência, de vários tipos”. Larchert (2013, p. 18) afirma que o fenômeno histórico mais complexo de resistência escrava foi o quilombo, garantindo a sobrevivência dos elementos políticos, sociais, culturais e religioso de matriz africana.

A criação e manutenção das comunidades remanescentes de quilombos continua se dando pela resistência e essencialmente pela necessidade de sobrevivência daqueles grupos familiares negros, já que escravos libertos juridicamente, agora com o *status* de homens e mulheres livres, no entanto ficaram desprovidos de condições mínimas de moradia e alimentação. Da mesma forma a

⁷ Reis Júnior, Darlan de Oliveira, “Trabalhadores no eito: escravos negros no Crato oitocentista”, In: Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará, Documentos Negros e Índios, Vol. 1, no 3, Semestral, APEC, 2005, pp. 121-136; Cortez, Ana Sara Ribeiro Parente, “Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri cearense, 1850-1884”, Dissertação de mestrado, UFC, 2008.

⁸ Destacamos que durante largo período vicejou uma *lenda*, que remontava a lei promulgada pelo Ministro Rui Barbosa no início da República, através da qual ele teria mandado (e conseguido) queimar os documentos públicos que *denegriam* o passado brasileiro, lembrando a escravidão. Percebemos que o estado do Ceará tem as mesmas fontes primárias que os outros estados têm, já que era impossível retirar a presença negra dos arquivos e cartórios nacionais. O que percebemos é que não existe ainda uma consistente historiografia a esse respeito, provavelmente porque outros temas foram privilegiados e a abolição antecipada deu uma impressão de pouca consistência da escravidão no estado.

“libertação” dos escravos também não garantiu a estes o acesso à terra, espaço que eles cultivaram por cerca de três séculos e que é base necessária para a produção de alimentos e manutenção identitárias.⁹ A igualdade jurídica isoladamente não melhorou as suas condições de vida e nem extinguiu os preconceitos alimentados historicamente. Preconceitos que os empurraram para as encostas de serras e lugares ermos onde se originaram as novas comunidades de remanescentes de escravos. Além de serem discriminados pela cor, juntaram-se à população pobre e foram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República (MARINGONI, 2011).¹⁰

Nessa compreensão, de como as comunidades negras se organizaram por meio da resistência, faz-se necessária uma análise do significado conceitual do termo quilombo no período colonial, que foi posteriormente ressemantizado e ampliado no período republicano, especificamente em tempo que margeia a elaboração e aplicação da Constituição de 1988.

Para Moura (1986, p. 16), o conceito de quilombo construído no período colonial está relacionado a uma aglomeração no meio do mato, de negros fugidos. Esse conceito surgiu do Conselho Ultramarino, em dois de julho de 1640, órgão responsável pelo controle central da colônia, que definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Ratts (2000)¹¹ disse que esse conceito de quilombo – considerado histórico - permaneceu por muitas gerações, desde sua origem no século XVII até a década de 1930, quando os estudiosos buscaram compreender os quilombos como “um movimento emancipacionista, que antecede o movimento abolicionista”.

No que se refere a origem da palavra quilombo, Munanga e Gomes (2006, p. 71), afirmam que “Kilombo é uma palavra originária da língua banto umbundu, falada pelo povo ovimbundo”, e designa “um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida

⁹ Lideranças negras oitocentistas defendiam que a abolição teria que ser, necessariamente, acompanhada de uma reforma agrária. André Rebouças advogava a necessidade da implantação no Brasil de uma democracia rural. Ver: TRINDADE, Alexandro Dantas. André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social. Campinas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP, 2004. (Doutorado em Ciências Sociais)

¹⁰ Ver: MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. Desafios do desenvolvimento. São. Paulo: IPEA, 2011. Ano 8. Edição 70.

¹¹ Ver: RATTS, Alecsandro J. P. O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

na África Central”. Para esses autores há muita semelhança entre os quilombos da África e os do Brasil; formados no mesmo período, os quilombos brasileiros devem ter buscado inspiração nos quilombos africanos, que são constituídos de sentimentos fraternos, solidários e de liberdades pautados na luta contra toda forma de opressão surgida no regime escravista.

Segundo Gomes (1995):

A palavra Quilombo/mocambo, para a maioria das línguas banto da África Central e Centro-ocidental, significa acampamento. Também nos séculos XVII e XVIII, a palavra ‘Kilombo’ representava um ritual de iniciação de uma sociedade militar dos guerreiros dos povos imbangalas (igualmente denominados jagas). Tais povos, falantes do kimbundu (no nordeste de Angola), realizaram uma expansão pelo interior angolano (territórios dos povos umbundu) e, como prática sóciopolítica, incorporavam os habitantes das regiões conquistadas ao seu povo, através de um ritual, denominado kilombo (GOMES, 1995, p. 381).

Para uma melhor compreensão dos significados de quilombos, como uma “aglomeração de negros fugidos”, os estudiosos tomaram como referência, nas décadas de 1930 a 1960, o Quilombo dos Palmares. Ratts (2006)¹² aponta Edilson Carneiro, Roger Bastide, Clóvis Moura e Décio Freitas como os autores que abordaram o tema, reconhecendo ser um fenômeno característico do passado escravista brasileiro.¹³

Gradualmente, o conceito de quilombo foi tornado mais complexo, principalmente com o aprofundamento de seu funcionamento e significado, ainda na vigência da sociedade escravista. Percebeu-se que essas comunidades não primaram pela busca do isolamento e de uma essencialização africana, mas se mantinham em função de uma organização comunitária densa (baseada no compartilhamento de memórias) e na articulação com outros grupos. Daí a criação do conceito de campo negro, no qual essas comunidades estariam inseridas, numa:

(...) complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos. Tal arena social foi palco de lutas e solidariedades entre as comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e até nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores,

¹² Ver: RATTS, Alecsandro J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth S. Brasil, afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

¹³ Segundo o dicionário de Antonio de Moraes Silva, editado originalmente em 1789, quilombo seria “a casa sita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos” (SILVA, 1922: p. 542). SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789)

fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos históricos que vivenciaram os mundos da escravidão (GOMES, 1995, p. 36).

Surge, a partir da década de 1970, especificamente no final da década e nos anos 1980, um conceito ressignificado de quilombo. A temática é recolocada no centro da abertura política que o país vivenciava. O Movimento Negro Unificado (MNU)¹⁴ se consolida e, nessa época, muitas comunidades negras rurais são identificadas e um novo conceito de quilombo é apresentado por intelectuais como: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales e Joel Rufino dos Santos (RATTS, 2006).¹⁵

Esse novo conceito está fundamentado na resistência política e cultural dos negros brasileiros. Abdias do Nascimento, intelectual e político, tomando a dianteira do MNU, apresentou novas denominações, como: “comunidade negra rural” e “território negro”. Para Ratts (2007),¹⁶ o mundo acadêmico brasileiro foi tomado por fortes debates acerca do tema, e o conceito de quilombo passou a ter outra conotação.

Para Nascimento,

(...) a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta, como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade (NASCIMENTO, 2009, p. 53).

O fortalecimento da luta política dos intelectuais, associada à mobilização das comunidades negras, para Leite (2003),¹⁷ culminou com o reconhecimento dos Deputados Constituintes que deixaram marcado na Constituição de 1988, especificamente nos atos das Disposições Transitórias, o Artigo 68, que assegura direito à titulação das terras ocupadas. Este artigo veio a ser regulamentado pelo decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, especificando o que se refere ao procedimento para identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por

¹⁴ Em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, nascia o Movimento Negro Unificado (MNU). A organização negra mais reconhecida na história recente do Brasil, teve a participação e foi o berço de grandes nomes da luta negra antirracista no país.

¹⁵ Ver: RATTS, Alecsandro J. P. (2006).

¹⁶ O debates sobre o conceito de “Quilombo” é assumido pelo universo acadêmico brasileiro e há ressignificação, sendo mostrado em RATTS, Alecsandro J. P. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

¹⁷ Ver: LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos: questões conceituais e normativas. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 01, p. 01-05, 2003.

remanescentes das comunidades quilombolas.

Segundo os profissionais envolvidos diretamente no reconhecimento e demarcação destas comunidades, o artigo 68 das disposições transitórias deve ser interpretado em consonância com os artigos 215 e 216, do mesmo texto constitucional de 1988, que tratam do patrimônio cultural brasileiro:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais;

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem."

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.¹⁸

Considerando que muitas destas comunidades remanescentes de quilombos se constituíram no pós-abolição, foi necessário o investimento em um conceito que expressasse a sua diversidade de formação e manutenção. Vários encontros foram promovidos, como o I Seminário Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos, que ocorreu em outubro de 1994 em Brasília. Organizado pela Fundação Cultural Palmares, sob a presidência do historiador Joel Rufino dos Santos, esse evento determinou algumas características do que seriam estas comunidades:

¹⁸ Ver: BOLETIM INFORMATIVO NUER / Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas - V. 1, n. 1 (1996) - Florianópolis: UFSC, 1996.

Uma identidade étnica de preponderância negra; a ancianidade de suas ocupações fundadas em apossamento dos seus territórios; a detenção de uma base geográfica comum ao grupo; organização em unidade de trabalho familiar e coletivo; e vivência em relativa harmonia com os recursos naturais existentes (VOGT e FRY, 1996, pp 269-270).

Tal (re)conceituação, baseada numa compreensão mais detalhada daquelas comunidades, que naquele momento passaram a ser pesquisadas por grupos acadêmicos interdisciplinares, passou a ocupar-se de autopercepções comunitárias e de processos complexos de etnogênese:

Mantidos por uma identidade fundada em territórios secularmente ocupados, onde desenvolvem práticas culturais, religiosas, de moradia e trabalho, se afirmam enquanto grupo, a partir de fidelidade às suas próprias crenças e noções de regras jurídicas consuetudinariamente arraigadas. Entendem esses territórios como se fossem seus, dispensados, portanto, na sua lógica, de qualquer formalização de testamentos ou inventários, que invariavelmente são remetidos à memória oral do grupo, funcionando como compromisso por todos aceito e acatado (BOLETIM NUER, 1996, p. 54).

Após esse reconhecimento, comunidades quilombolas da época da escravidão legalizada e outras que se formaram posteriormente e se mantiveram ao longo de gerações, resistindo a toda sorte de preconceito e negação social, passam a requerer seus direitos aos territórios que ocupam, produzem e se reproduzem social e culturalmente.

Confirmada a materialização do preceito constitucional, as comunidades remanescentes de quilombos (rurais e urbanas) lutam agora por conquistar os seus direitos de fato. Para isso, faz-se necessário o processo de organização, que passa por permanentes atos de resistência, que são enfrentados na posse definitiva dos territórios. São muitas as demandas que surgem como obstáculos na consolidação das comunidades. Nessa pesquisa mostro, de forma comparativa, como se dá o processo de organização de cinco territórios quilombolas no estado do Ceará, que são: Sítio Arruda, município de Araripe; Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, município de Tamboril; Alto Alegre e Base, municípios de Horizonte e Pacajus; Brutos, município de Tamboril; Três Irmãos, município de Croatá.

Por fim, apresentei, de forma mais detalhada, o processo de organização da Comunidade Quilombola Sítio Arruda, embasando-me nos professores da UFC: Eurípedes Antônio Funes, Francisco José Pinheiro e Ana Sara Ribeiro Parente Cortez,

que focam suas pesquisas na escravidão e na história do Ceará. Destaco que Cortez aprofunda suas pesquisas no Cariri Cearense, região que está localizado o Quilombo Sítio Arruda.

Embora reconhecendo que estudos relacionados aos negros e negras e suas organizações não estão, pelos pesquisadores do estado do Ceará, colocados como temática importante, dada a pouca quantidade de pesquisas, entendo ser de grande relevância para a comunidade científica compreender o processo de organização e manutenção das comunidades de remanescentes de escravos no estado.

Para que essa pesquisa tenha êxito, métodos e técnicas foram propostas, por exemplo a “Micro-História” social italiana. Conforme Lima (2006) essa metodologia surge na Itália e seus precedentes estão relacionados com uma tentativa de fuga da bipolaridade do ambiente acadêmico e intelectual italiano do pós-guerra, representado, de um lado, pelos partidos comunistas e socialistas; e do outro, pelo conservadorismo liberal e pelos democratas cristãos.¹⁹ Esses conflitos produziram uma decadência dos sistemas e paradigmas existentes, requerendo não somente a construção de uma nova teoria social geral, mas uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa atuais, sendo a micro-história apenas uma das diversas respostas que surgiram em resposta a essa crise.

A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Entretanto, não basta somente chamar atenção para causas e efeitos em escalas diferentes. Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado.

O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados. Para Ginzburg (1997), podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer e mostrar somente as “gestas dos reis”, o amplo que interessava às classes dominantes. Hoje, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado.²⁰

¹⁹ Ver: LIMA, Henrique Espada. A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²⁰ A micro-história é pensada como uma sugestão historiográfica e tem como um dos principais idealizadores Carlo Ginzburg, que apresenta um olhar de como registrar a história. Ver: GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 9ª

Outro grande expoente da micro-história é Giovanni Levi, que a entende como uma prática historiográfica com suas referências teóricas variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está relacionado aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim a micro-história não pode ser definida somente pelas microdimensões de seu objeto de estudo. Levi (1992), ainda diz que a micro-história, deve ser entendida como uma espécie de “zoom” em uma fotografia. O pesquisador observa um pequeno espaço bastante reduzido, mas, ao mesmo tempo, tendo em conta o restante da paisagem, apesar de não estar ampliada.²¹

Para Jacques Revel, no prefácio do livro *A Herança Imaterial* de Giovanni Levi, a micro-história não se constitui numa técnica, menos ainda numa disciplina, ela pode ser pensada como uma opinião historiográfica ávida ao mesmo tempo por novidades e certezas. Deve, na verdade, ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos (in: LEVI, 2000, p. 8).²²

Entre as contribuições trazidas por esse procedimento historiográfico destacamos o desenvolvimento de análises a partir de uma escala menor de observação, onde o pesquisador se coloca atento a pequenas realidades cotidianas, que permitem visualizar de forma mais objetiva aspectos que podem passar despercebidos na escala macroanalítica.

Natalie Zemon Davis, uma importante pesquisadora norte-americana contemporânea, conforme Azevedo (2003), faz uso dessa metodologia para resgatar o papel social dos excluídos, especificamente das mulheres, do local periférico em que foram lançados pela tradição historiográfica durante tanto tempo, ajudando a consolidar a História das Mulheres enquanto um campo de estudos especializado.²³ Davis (1997) afirma que há necessidade de usar a história local para levantar questões gerais, *insights* sobre outros casos ou processos que permitam a construção de quadros mais amplos. Ela entende que a micro-história é importante, mas não é suficiente, já que é imperioso perceber as relações entre o local fragmentário e o geral.

edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²¹ A micro-história é pensada, por Levi, como prática historiográfica e deve ser utilizada para ampliar registros históricos. Ver: LEVI, G. “Sobre a micro-história”. In BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. pp.133-161.

²² Ver: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²³ Ver: AZEVEDO, Cecília Silva. *Identidade compartilhada: a identidade nacional em questão*. In: Martha Abreu; Rachel Soihet. (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, v., p. 38-54.

Ou seja, a “história total” continua a ser uma ambição.²⁴ Nessa perspectiva, utilizo outros métodos para alcançarmos o objetivo final dessa pesquisa. Mas devo destacar que a micro-história propõe um trânsito entre o olhar reduzido e as perspectivas macrodimensionais. O *locus* reduzido nunca é contemplado como suficiente em si mesmo, mas exige um pêndulo entre perspectivas micro e macro de análise.

Um outro método que utilizei para facilitar a compreensão dos resultados da pesquisa, é o da comparação. Dada a necessidade de fazer relações entre realidades díspares, especificamente nas comunidades de remanescentes de quilombos, *locus* da pesquisa.

O “método comparativo” na história não é muito destacado no Brasil, não tendo muitos livros que tratem dessa metodologia. Em 2014 José Costa D’Assunção Barros publicou um livro intitulado “História Comparada”. Para Barros (2014),²⁵ esse método foi sistematizado por Marc Bloch, no início do século XX, mesmo já tendo sido aplicado na sociologia e antropologia nos séculos anteriores.

Segundo Barros (2014), Bloch identificou dois caminhos para a comparação em história: a) a análise comparada de sociedades sem contiguidade temporal e espacial e b) a análise comparada de sociedades com contiguidade temporal e espacial. Na primeira situação, Barros cita a possibilidade de se comparar o “feudalismo europeu” com o “feudalismo no Japão”. A principal característica do método comparativo seria a busca por analogias. Neste caso, o autor alerta que o principal risco que corre um historiador ao se dispor a tal empreitada é o anacronismo e a leitura forçada levando a “uma ficção estabelecida pelo próprio historiador”.

Na segunda situação, há abordagens mais eficazes para Bloch, a proximidade temporal/espacial entre as sociedades proporciona ao historiador a possibilidade de analisar as influências múltiplas que essas sociedades podem exercer umas sobre as outras. E, nesse caso, não apenas as semelhanças são identificáveis. As diferenças na vivência de um fenômeno ajudariam a colocar o foco sobre uma sociedade a partir das especificidades de outra realidade social. Esse caminho é apropriado à proposta em curso dessa pesquisa, visto que comparação entre comunidades remanescentes

²⁴ A micro-história tem um papel importante para ampliar o conhecimento dos fatos históricos, no entanto, não é suficiente. A história total continua sendo necessária. Conforme afirma: DAVIS Natalie Zemon. Nas Margens: três mulheres do século XVII. São Paulo. Companhia das Letras, 1997 (A).

²⁵ A escrita desta tese contemplará comparações entre comunidades de remanescentes de quilombolas, o que nos leva a utilização de métodos comparativos, tendo como fonte: BARROS, José D’Assunção. História Comparada. Petrópolis: Vozes, 2014.

de quilombos nos permiti perceber as variedades em termos de formação, manutenção, gestão e demandas reivindicatórias.

Cabe destacar também a História Oral como procedimento metodológico, que foi muito utilizada nessa pesquisa, por meio da qual a história dessas cinco comunidades foi reconstituída. Considerando que são comunidades cuja trajetória é transmitida oralmente através das gerações, e que a ancestralidade comum é um cimento identitário, a memória foi o caminho ideal perseguido.

Segundo Gleitman (1999) a memória é a maneira como fazemos o registro do passado, para a sua posterior utilização no presente.²⁶ A memória identifica e diferencia o ser humano em seus grupos a partir dos registros dos acontecimentos históricos. Através da memória, o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e o coloca em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido (GLEITMAN, 1999). Ecléa Bosi (1979) é contundente ao afirmar que a memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.²⁷ Para Nascimento (2001) a memória de um indivíduo é um ponto de vista da memória de toda uma comunidade.

A nossa história de vida é uma colcha de retalhos, feita com os tecidos das nossas experiências, costurada com o fio colorido do nosso sentimento de pertença às comunidades afetivas, com as quais compartilhamos um modo de pensar e está no mundo. Isso nos possibilita continuarmos ligados com aqueles que escolhemos como companhias que reafirmam essas experiências significativas compartilhadas, mesmo que estejamos afastados, no tempo e no espaço, de suas presenças físicas (NASCIMENTO, 2001, p. 30).

Construir referenciais em relação ao passado e presente de diferentes grupos sociais, com suporte nas tradições e, ainda, traçando um elo entre as mudanças culturais é a premissa básica que sustenta o vínculo entre história e memória. É a partir daí que vem sendo desmitificada a concepção que restringia a memória apenas ao processo limitado de estudar fatos passados, uma noção equivocada, principalmente, porque tirava da memória seu papel de protagonista das ciências

²⁶ Esta pesquisa tem como principal metodologia a fonte oral e o instrumento utilizado, para captação dos registros históricos, é a história oral. As informações estão nas comunidades de remanescentes de quilombolas, armazenadas, prioritariamente, na memória individual e coletiva, as quais serão coletadas nos depoimentos das lideranças. Por vezes, a compreensão do que é memória está em: GLEITMAN, H. Psicologia (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999.

²⁷ Ver: BOSI, Ecléa. Memória & sociedade: lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

sociais.

Juntamente a esta concepção, leva-se, também, em consideração, que pensar a história concebida como mera descrição dos fatos é outra visão que se procura eliminar, sendo a memória o instrumento que contribui para a interpretação dos fatos históricos.

Esse papel atribuído à memória remete ao que defende Bakhtin (2003), ou seja, a retomada do passado a partir de interpretações a serem construídas, mas que permanecem como possibilidades, esperando seu momento de ressurgir na grande temporalidade. Esclarecendo melhor, tem-se que:

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. O problema da *grande temporalidade* (BAKHTIN, 2003, p. 227).

Existem diversos assuntos que se fazem presentes no cotidiano das pessoas e uma variedade de agentes neles envolvidos e isso faz ampliar as perspectivas de estudo a elas dedicadas, ao mesmo tempo em que levem o historiador a uma melhor ponderação de como escolher as pessoas a serem analisadas.

É a partir da descoberta de um horizonte mais amplo da memória que se tem a possibilidade de situar-se numa relação social dinâmica, tendo em vista ser ela considerada uma realidade onde se misturam o individual e o coletivo, abrindo possibilidades para uma compreensão diferenciada daquela transmitida pela documentação tradicional (HALBWACHS, 1990).²⁸

Quando se escolher um enfoque com base nas pessoas de uma comunidade para registrar os fatos da história local, os depoimentos possuem um significado maior, considerado que, por meio deles, tem-se uma referência de uma memória coletiva, apresentando uma paisagem onde indivíduos e espaços sociais se complementam, apesar das lacunas que muitas vezes ficam nos depoimentos

²⁸ Ver: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

prestados, em um pensamento defendido por Benjamin (1987) que afirma, também, que:

Nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim. O choque e o resgate do passado seriam tão destrutivos que, no exato momento, forçosamente, deixaríamos de compreender nossa saudade, mas, é por isso que a compreendemos e, tanto melhor, quanto mais profundamente, jaz em nós o esquecido (BENJAMIN, 1987, p. 140).

A memória coletiva que é constituída do pensamento de pessoas integrantes de grupos tem seu ponto de apoio nas estruturas sociais, bem como nos objetos e nos espaços, onde os coletivos imprimem suas marcas e que, ao mesmo tempo, são marcados por outros. Para compreender a importância dos objetos e dos espaços para os grupos, Halbwachs (1990) nos apresenta pistas ou suportes de memória:

Cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e a quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, e é como se dessecássemos um pensamento onde se confundem as relações de certa quantidade de grupos (HALBWACHS, 1990, p. 132).

A conservação do espaço e seus objetos representam a permanência dos grupos. No entanto, eventos, lugares e temporalidade têm significados diferentes e importância para os diversos grupos, bem como para pessoas dentro de um mesmo ambiente.

O que nos proporciona compreender a importância da memória coletiva é o exercício que se faz para, racionalmente, por meio de lembranças sistematizar acontecimentos históricos e posicioná-los no grau de importância na evolução do ser humano em seu contexto, a partir do grupo em que se está inserido.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva tem a função de restabelecer a unidade primitiva de tudo que representou ruptura no processo histórico do grupo, buscando solucionar o passado e curar suas feridas ao destacar os momentos significativos vivenciados pelo grupo, produzindo um conhecimento que tem como base a experiência e conferindo vitalidade aos objetos culturais.

Os acontecimentos ao longo da história do grupo e os espaços nos quais eles ocorrem provocam o indivíduo a realizar o trabalho da memória. Os indivíduos e os grupos têm uma maneira particular de definir passado, presente, futuro, bem como a forma de articularem esses tempos. Através do trabalho da memória, o indivíduo é

transportado para o tempo passado sem se desvincular do presente, visto que, são questões do tempo presente que requerem esse exercício. Não é um simples resgate do passado, mas sua reelaboração a partir do presente.

Podemos entender que a fonte oral é um instrumento da pesquisa capaz de adentrar, através dos relatos de pessoas, nas camadas mais profundas dos acontecimentos históricos e resgatar fragmentos que, às vezes, permaneciam ocultos e esquecidos. Quando estimulado pelo pesquisador, o pesquisado, por meio do processo de lembranças, que é inerente ao ser racional, apresenta fatos que, organizados, tornam-se importantes para a construção da história.

De fato, a lembrança do tempo pretérito, muitas vezes precisa ser estimulada para ter significado no contexto histórico e no presente. Para Candau (2014, p. 66) as lembranças decisivas do nosso passado são guardadas e adormecidas, ordenadas de acordo com um sistema racional, quando da evocação, por ocasião dos “instantes ativos” no momento que acontece a tomada da memória, elas são externadas. Nessa perspectiva faremos diversas entrevistas com as lideranças nas comunidades pesquisadas, com o propósito de resgatar, por meio da memória deles as reais demandas que os envolveram no processo de organização dos quilombos e que permanecem até o presente.

Para entendermos melhor a organização, as demandas e a importância para o país dessas comunidades quilombolas, utilizei, também, os Laudos Antropológicos das cinco comunidades, de autoria do Antropólogo José da Guia Marques²⁹ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dentre esses laudos, priorizei o da comunidade Sítio Arruda, para melhor compreender a temática. Depoimentos de moradores dos quilombos disponibilizados a mim pelo antropólogo José da Guia Marques, bem como novas entrevistas, mostraram como se dá o processo de organização de uma comunidade remanescente de quilombo.

Para uma melhor compreensão de como aproveitar depoimentos, tomamos como base a pesquisa das autoras Hebe Mattos e Ana Lugão Rios (2005),³⁰ ambas da Universidade Federal Fluminense (UFF), feita em 2005, intitulada de “Memórias do

²⁹ José da Guia Marques é Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia Social. Realizou pesquisas em comunidades quilombolas, a serviço do INCRA, nos estados do Tocantins, Pará, Piauí e Ceará, entre 2008 e 2017, já tendo produzido treze laudos antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos, visando a demarcação e a titulação de seus territórios, sendo que deste, quatro foram utilizados como fontes nesta tese.

³⁰ Ver: MATTOS, H. ou CASTRO, H. M. M.; RIOS, A. M. L.. Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Cativeiro”, que apresenta diversos relatos de descendentes de negros escravizados. As autoras apresentam vários depoimentos na busca do resgate da memória dos remanescentes, dentre eles um simpático negro de 85 anos, o senhor Manoel Seabra, morador de São José da Serra, Rio de Janeiro. Ele, assim como os outros, conta a história de seus antepassados africanos escravizados em terras brasileiras. O que mais impressiona é a semelhança como a história é guardada na memória. Assim como no Rio de Janeiro, também é no Ceará, e a reação ao expô-la, demonstra um misto de indignação e orgulho. Indignação pelo preconceito sofrido ao longo de gerações e orgulho pela resistência e conservação de uma identidade étnica mantida pela luta coletiva.

Vale dizer que a escolha das cinco comunidades de remanescentes de quilombolas se deu, também, em virtude de pertencerem a diferentes regiões do estado do Ceará, sendo sertão, serra e mar. Nesse sentido, analisei as demandas no contexto sociopolítico que as citadas comunidades enfrentaram no seu processo de organização, contemplei os fatores que as identificam e os fatores de sua manutenção.

Apresentado os pressupostos da pesquisa, organizei o produto de minhas reflexões em três Capítulos, assim distribuídos:

O primeiro capítulo - AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: CONSTITUIÇÃO E CONJUNTURA ATUAL – nele apresento, para uma melhor compreensão acerca do movimento quilombola no Ceará, uma contextualização histórica desta temática no Brasil. Objetivando analisar o surgimento e a emergência dos quilombos contemporâneos, o fortalecimento e o reconhecimento desse movimento, os processos de ressignificação conceitual que ele ensejou e o que lhe deu origem. Evitando um recuo histórico excessivo, iniciei a análise a partir da década de 1970, quando a questão quilombola voltou ao contexto nacional com a identificação dessas comunidades negras, principalmente rurais.

O segundo capítulo - MOVIMENTO QUILOMBOLA NO CEARÁ: ARRANJOS E RECONFIGURAÇÕES – nele propus introduzir o leitor no contexto histórico do estado do Ceará, mostrando quantidades de comunidades quilombolas e qual estágio ou instância de organização elas se encontram. Por vezes, destaco as cinco comunidades que têm os seus processos mais avançados. Analiso de forma comparativa as trajetórias de organização mostrando as semelhanças e as diferenças existentes.

No terceiro e último capítulo - ORGANIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA - SÍTIO ARRUDA - o foco é a comunidade quilombola Sítio Arruda, seu processo histórico de gênese, sua manutenção e permanência até hoje. Por meio da memória das lideranças foi feito um relato desde o tempo da vida em cativeiro até os dias atuais, revisitando e compreendendo essa comunidade como remanescente de quilombo, segundo os conceitos atuais, como se originou, se organiza e se mantém.

CAPÍTULO I

1 AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: CONSTITUIÇÃO E CONJUNTURA ATUAL

Como introdução para a melhor compreensão desta exposição acerca do movimento quilombola no Ceará, apresentamos uma contextualização histórica desta temática no Brasil. Objetivamos analisar o surgimento e a emergência dos quilombos contemporâneos, o fortalecimento e o reconhecimento desse movimento, os processos de ressignificação conceitual que ele ensejou e o que lhe deu origem. Evitando um recuo histórico excessivo, iniciamos a análise a partir da década de 1970, quando a questão quilombola voltou ao contexto nacional com a identificação dessas comunidades negras, principalmente rurais.

Ao ouvir lideranças do movimento quilombola no Ceará, que estão em sintonia com as articulações do movimento nacional de garantia da implantação de direitos constitucionais para essas comunidades, utilizamos de recursos metodológicos da história oral, com o propósito de reelaborar e remontar espécies de etnotextos que até então, estão com suas comunicações silenciadas.

Para o líder da comunidade quilombola Sítio Arruda, no município de Araripe, no Sul do Ceará, Severino Caetano de Souza,³¹ “os negros e negras viviam lutando para sobreviver, sem conhecimento de organização comunitária e nem de direitos, viviam juntos por ser esta a única opção”. O silenciamento desses seres humanos foi construído e institucionalizado por várias gerações, pelas camadas sociais dominantes deste país, com eco duradouro a partir do distanciamento institucionalizado da Senzala para a Casa Grande. O que se percebe é um sentimento de incapacidade, onde eles (negros e negras) se reconheciam frágeis, incapazes de empreender ações políticas, dependentes e sem perspectivas de mudanças, vivendo em áreas geográficas isoladas, porém mantinham a noção de reminiscência histórica (ARRUTI, 2011).³²

³¹ Entrevista realizada com Severino Caetano de Souza em 25 de outubro de 2016, na comunidade Sítio Arruda, por José Willame Felipe Alves.

³² Pelo que se percebe, a falta de oportunidades de acesso à terra, constituiu uma miríade de heterogêneas comunidades negras rurais, formadas pela instalação de famílias de camponeses negros. Essas comunidades geralmente conseguiam acesso através da “resistência pela permanência” (LEITE, 2000), mas destacamos que também em alguns núcleos urbanos encontramos tais fenômenos sócio raciais, como em Porto Alegre (CARVALHO e WEIMER, 2004) e Canoas (CARVALHO, 2003 e 2009), ambos no Rio Grande do Sul.

Ao se constatar essa fragilidade vivida por estas comunidades negras, nas diversas regiões do Brasil, no pós-abolição, percebemos que nas décadas de 70 e 80 do século XX surgiu um movimento que passou a gerar perspectivas de reconhecimento social dessas concentrações de seres humanos. Esses movimentos buscaram definir essas comunidades como sequência ou remanescentes dos quilombos, comunidades que se organizaram no período escravocrata.

No entanto, cabe destacar que o conceito de Quilombo, no período escravocrata, conforme determinação do Conselho Ultramarino de 1740, referia-se a “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (GOMES; MOTTA, 2007, p. 159), ou seja, o principal propósito das autoridades era identificar o negro fugido e não os reconhecer como comunidade.

De acordo com Gomes e Márcia Mota (2007), *apud* Garcia (2007, p. 48):

A despeito da mobilização de forças para a consagração do termo remanescente de quilombos, as críticas a sua atualização não foram pequenas. Há de se considerar que ele não nasceu das comunidades hoje assim qualificadas. Segundo Luiz Fernando do Rosário Linhares, ex-coordenador de comunidades remanescentes de quilombos da Fundação Cultural Palmares – órgão do Ministério da Cultura: raras são as designações originadas a partir da visão interna desses grupos sociais. Tais unidades sociais já haviam sido designadas como comunidades negras, antes da generalização do uso da palavra quilombo. Ainda segundo o autor, ‘quilombos, comunidades negras rurais, terra de preto e remanescentes de comunidades de quilombos, são termos construídos por categorias sociais distintas, de pontos de vista diferentes, embora tratem de um mesmo tema e se pretendam referidos a uma e apenas uma situação social.

Ou seja, o conceito de *Quilombo* tem um sentido ligado a plurais formas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras negros. Entretanto, visando um manejo mais compatível às demandas sociais e raciais atuais o conceito sofreu uma ressignificação. Do Quilombo *histórico* passou-se ao Quilombo *contemporâneo*, cuja formação, muitas vezes, ocorreu no pós-abolição. Isso não significa diferenciação absoluta desses fenômenos sócio históricos, afinal, as comunidades remanescentes de quilombos embasam suas reivindicações em passados e ancestralidades que remontam ao período escravista e aos seus desdobramentos posteriores. Tais reivindicações encontram respaldo em documentos escritos (públicos e privados) e na oralidade comunitária. Conforme expresso pelos historiadores Flávio Gomes e Márcia Motta, o conceito de remanescente de quilombos nasceu do diálogo dessas

comunidades – rurais e urbanas – com outros agentes sociais e políticos, aliados em suas demandas por visibilidade, respeito, propriedade fundiária e outras reparações de direitos.

Neste capítulo serão analisados também os diversos aparatos legislativos que trataram da questão das comunidades quilombolas contemporâneas, como: a Constituição Federal de 1988 (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (que regulamenta o referido artigo constitucional) etc.

1.1 MOVIMENTO NEGRO NOS ANOS 70 E 80 DO SÉCULO XX

A partir, principalmente, da década de 70 do século XIX, o Brasil começa a absorver, segundo Magalhães (2010), as teorias europeias, como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social, compondo filtros intelectuais que fomentarão interpretações específicas sobre os nossos *problemas nacionais*. Pode-se encontrar em Skidmore (1976, p. 81) que:

A tese de branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso de eufemismos de raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas: Primeiro a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas (...).

Trabalhos posteriores produzidos em torno da defesa da unidade da espécie humana, buscando tornar nula qualquer forma de hierarquização entre os grupos humanos, passaram a desacreditar esse tipo de tese que defendia a superioridade biológica dos brancos. Vale ressaltar, no entanto, que se tratam de teorias que não se restringiram ao mundo acadêmico, elas travestiram-se de políticas públicas e foram moldando comportamentos e reiterando preconceitos.

Ainda no período Vargas, balizou-se a ideia de democracia racial, uma noção de identidade nacional forjada em uma ilusória teoria de união nacional, dentro de uma concepção homogênea de um povo que vivia em uma nação sem conflitos. Foi uma estratégia política difundida, sobretudo, a partir da década de 1930, como símbolo do discurso modernista e populista de Vargas. Era a busca por viabilizar uma

ideia que não correspondia à realidade nacional, a construção de um amálgama que não tratava o problema racial, porque difundia-se que este não existia. Miles (2017) analisa que, de múltiplas formas, a era Vargas foi a pioneira do início de um racismo cego que se embrenhava sutilmente, no Brasil.

O historiador norte-americano George Andrews, que pesquisou de forma específica as experiências negras na Argentina (ANDREWS, 1989), no Uruguai (idem, 2011) e no Brasil (São Paulo) (idem, 1998), defende que este processo de mudança das percepções sobre os pertencimentos étnico-raciais nacionais teve uma amplitude continental. Segundo ele,

Para as nações da América Afro-Latina, os anos a partir de 1930 foram um período não mais de branqueamento, mas de “amorenamento”. No final do *boom* da exportação, os esforços da elite para transformar a América Latina em Europa fracassaram visivelmente, assim como as estruturas políticas e econômicas em que esses esforços estavam fundamentados. Estes fracassos abriram caminho para novas iniciativas na construção de nações: iniciativas em modernização e industrialização econômicas, em novas formas de participação política e cidadania (“amorenamento” político) e na construção de novas identidades nacionais que, em vez de negar e procurar obliterar a história da mistura racial da região, abraçou-a como a essência de ser latino-americano (“amorenamento” cultural) (ANDREWS, 2007, p. 188).

O crescimento demográfico da população não-branca (negra e mestiça), verificável através de censos e de consistentes manifestações coletivas (associativismos, ativismos políticos e culturais, etc.), tornou necessária a estruturação de representações nacionais calcadas não mais em perspectivas racistas explícitas, mas em elogios ao *amorenamento* da população.

De muitas maneiras, a era Vargas foi o começo de um racismo mais sutil no Brasil. Em meio às particularidades políticas do momento, teve ascensão um novo e sofisticado ativismo negro para desafiar o racismo. Ironicamente, uma nova e criativa expressão de questionamento teve início enquanto um político autoritário controlava a política nacional.

Esta expressão “racismo cego” emergiu nos Estados Unidos, refletindo basicamente no mundo todo, quando parece se inserir uma transformação global no modo de operar o preconceito de origem racial. Como marco histórico, tem-se os desmantelamentos dos sistemas formais de *apartheid*, na década de 1960, nos Estados Unidos e, na década de 1990, na África do Sul. Emerge então, como explica Miles (2017), o racismo cego, ou racismo sem racismo, como denomina Eduardo

Bonnilla-Silva, citado pelo autor, de quem também se reproduz a descrição a seguir:

(...) práticas que são sutis, institucionais e aparentemente não raciais, em contraste com a era Jim Crow, quando a desigualdade racial era imposta por meio de mecanismos abertos (por exemplo, placas que avisavam “Crioulos não são bem-vindos”) (...) Atualmente, as práticas racistas operam como um jogo de “agora você vê, agora você não vê”. Por exemplo, a segregação residencial, que é quase tão alta hoje como no passado, não é mais realizada por meio de práticas abertamente discriminatórias, mas, sim, por comportamentos encobertos. Não mostrar todas as unidades disponíveis de apartamentos, direcionar minorias e brancos para bairros específicos, elevar os valores de aluguel e de aquisição para minorias, ou até não fazer publicidade de apartamentos, todas essas são armas disponíveis para manter comunidades separadas. No campo econômico, a discriminação de “rosto sorridente” (“No momento não temos vagas, mas tente de novo em breve”) e a divulgação de vagas em redes de contato com maioria branca (...) conduzem pessoas de cor altamente qualificadas para trabalhos mal remunerados ou empregos com oportunidades limitadas de mobilidade. São as novas maneiras de manter as minorias numa posição secundária. (BONILLA-SILVA, 2006, p. 11).

Não se trata, assim, de uma erradicação do racismo, mas, do surgimento de novas formas de abordá-lo e fazê-lo funcionar, em uma perspectiva mais sutil, porém, igualmente discriminatória. Assim, o racismo cego pode ser explicado como um racismo não explícito, não diferente do que se tem atualmente, em que ainda se vê, por exemplo, pessoas negras sendo renegadas em vagas de emprego, muitas vezes com currículos até bem mais completos e com melhores referências, sob explicações vagas, que não convencem (como a *boa aparência*), mas, que marcam uma realidade bem comum mesmo no contexto contemporâneo. Os proponentes deste tipo de discriminação e preconceito não citam a palavra racismo, na realidade, é como se esta não fizesse parte de seu cotidiano.

Desta forma, não raramente encontra-se brancos declarando-se que não são racistas ou que não conhecem alguém assim. Vale salientar que este racismo cego ou daltônico, prolifera-se fortemente neste milênio, quando se pode ver a palavra que parece ter virado mantra entre aqueles “não racistas”: vitimismo. Bem recentemente, podemos citar as palavras da atriz negra Tais Araújo, que tratando sobre o racismo no Brasil, como palestrante no evento TED³³x São Paulo, diz em uma determinada parte que a cor do seu filho faz com que as pessoas mudem de calçada, declaração suficiente para uma intensidade de respostas ofensivas, muitas delas atreladas à

³³ TED é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao lema “ideias que merecem ser compartilhadas”. Começou há 26 anos como uma conferência na Califórnia, e, desde então, o TED tem crescido para apoiar ideias que mudam o mundo através de múltiplas iniciativas.

condição social da atriz, e uma clara demonstração de problemas sérios na interpretação das falas e textos que objetivam denunciar o preconceito racial.

Compreende-se o que a atriz expressa, e, ao mesmo tempo, a irritação provocada, comum cada vez que se chama a atenção, no Brasil, para o racismo enraizado em seu povo, mas, que é normalmente acompanhamento do sentimento de negação. Quando ela diz que “a cor de meu filho faz com que as pessoas mudem de calçada”, sua declaração foi lida como absurda e exagerada, principalmente por que vinda de uma integrante de uma classe bem situada socialmente e com elevado prestígio cultural. Mas, isso é o reflexo de uma sociedade que, historicamente, comporta-se percebendo e tratando os negros e negras como seres inferiores. Mesmo com a existência de uma legislação que criminaliza e pune quem pratica racismo,³⁴ o que se percebe nas ruas, são reações, quase inconscientes, quando se encontra adolescentes ou jovens negros, de evitá-los, reações diferentes de quando os adolescentes e jovens são brancos.

Retornando ao recorte histórico da era Vargas, na análise de Magalhães (2010) sobre a década de 1930 no Brasil, construía-se ideologicamente uma propagação da superioridade moral brasileira no que diz respeito às questões raciais. O país representava desta forma a “exemplar democracia racial”, quando o mestiço transita de figura marginalizada para um símbolo nacional. Por mais que esta seja uma ideologia que tenha perdido força, subsidia a compreensão da ideia de democracia racial, segundo a autora.

É interessante apresentar o que analisa Michel Hanchard (2001), quando em sua obra fala sobre a desigualdade racial no Brasil, atrelando-a diretamente a um processo de hegemonia racial, no qual, segundo ele, práticas racialmente discriminatórias com respeito à educação, ao emprego e a outros aspectos da vida, coexistem lado a lado com a falsa promessa de igualdade racial expressa na ideologia da democracia racial.

Hanchard (2001) faz uma distinção entre o racismo no Brasil e em outras sociedades multirraciais no Novo Mundo, pontuando que este é marcado pela ideia

³⁴ No Brasil, ele pode ser punido de duas formas. O crime de racismo está previsto na Lei nº 7.716/1989 e implica em uma conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade. A pena, neste caso, pode variar de um a cinco anos de reclusão, além de um pagamento de multa. Já o crime de injúria racial, consiste em ofender a honra de alguém se valendo de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. Ele está previsto no artigo 140, do Código Penal, e estabelece uma reclusão de um a três anos e multa. É inafiançável e imprescritível.

da democracia racial, gerando efeitos perversos sobre os não brancos, levando-os a não identificação do racismo como uma das formas de opressão, que ele traduz como “uma” solução sofisticada do problema do pluralismo racial e cultural. Tem-se um tipo de hegemonia racial que acabou gerando, em sua visão, o principal problema racial brasileiro: a incapacidade generalizada dos brasileiros de identificar padrões de violência e discriminação racial.

O movimento negro, naquilo que foi chamado por Petrônio Domingues de sua “Terceira fase”, é demarcado pelo surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978 (DOMINGUES, 2007, p. 116). Além disto, são destacadas também as lideranças deste movimento negro contemporâneo, como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Joel Rufino, Kabengele Munanga, dentre outros, e explanaremos sobre a mobilização política que culminou com a publicação do artigo 68, nos Atos das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que deu direito às comunidades de remanescentes de quilombos reivindicarem as terras ocupadas por eles e seus ancestrais.

Tem-se como um dos marcos mais significativos que deu destaque ao nascimento do movimento constituído nas décadas de 1970 e 1980, um ato público ocorrido em 07 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto ao racismo. Os acontecimentos que culminaram neste ato foram, principalmente, a morte de um operário negro ocorrida em uma delegacia da capital paulista, e, ainda, a expulsão de quatro atletas negros de um clube de São Paulo. Foi daí então que surgiu o MNU, entidade que ainda funciona até os dias atuais e a partir de sua difusão, tem-se a noção inicial de movimento negro como uma designação genérica para várias entidades e ações a partir de 1978 (ALBERTI; PEREIRA, 2005, p. 2).

Vale salientar que o Teatro Municipal de São Paulo se situava numa região ocupada pela população negra na década de 1970, e o movimento de 1978 foi formado, principalmente, pela juventude negra que militava no combate à ditadura militar, uma luta necessária tendo em vista que a partir do Golpe Militar em 1964, vários grupos foram desarticulados em uma tentativa de inviabilizar diversas lutas em prol do fim da desigualdade social e outras injustiças. Os militantes desses grupos, de acordo com Domingues (2007, p. 12), eram estigmatizados e sofriam acusações por parte dos militares, de criar um problema que, supostamente, conforme a ordem

vigente, não existia, ou seja, o racismo no Brasil.³⁵

Surge, então, a decisão de sair às ruas, cujo protesto encontrava sustentação na necessidade percebida pelos líderes dos movimentos, de dar maior visibilidade ao problema cuja existência era negada, de discriminação racial, de acordo com Guimarães (2008), ato que constituía a categoria central na nova gramática política desse movimento, quando contraposta aos ciclos de mobilização anteriores, que tinham no preconceito de cor o seu eixo argumentativo.

Sobre o Movimento Negro, elucida Carlos Hasenbalg (1984, p. 148-149):

Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado o seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis, o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África.

É importante destacar que o MNU não tinha suas ações limitadas às reivindicações, protestos ou quaisquer formas de denúncia em torno da falta de equidade racial da qual os negros são vítimas no Brasil, em uma luta contínua para combater a opressão e conquistar a almejada emancipação do povo negro. Essas ações caracterizam esta entidade, mas, também, vem trabalhando de forma contínua desde o seu surgimento, para a desconstrução do mito que envolvia o aclamado discurso da “democracia racial”, propondo, desta forma, que a identidade nacional tenha seu discurso reconstruído.

Algo elementar a ser compreendido sobre o Movimento Negro, é destacado por Barbosa e Santos (1994), ao referirem-se a este como resultado de uma “negatividade histórica”. Ele se fundamenta e traz sua raiz, então, na história, buscando na tradição desta, como pontuam os autores, elementos que permitam a percepção de si mesmo. Contribui, desta forma, para a construção de uma total inovação em torno da compreensão da trajetória dos negros no Brasil, há uma reinterpretação de concepções a partir do momento em que se percebe urgente a negação da história

³⁵ Thomas Skidmore julga de maneira correta quando afirma que, no período da ditadura militar, “a elite brasileira defendia tenazmente a imagem do Brasil como uma democracia racial. Assim agia, de inúmeras maneiras. Uma dessas, era rotular de ‘não brasileiros’ quem quer que levantasse sérias questões sobre relações raciais no Brasil” (Thomas Skidmore, *O Brasil visto de fora*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 137)

oficial. Este é o ponto fundamental que aponta para a distinção entre o Movimento Negro e outros movimentos sociais e populares que emergiram na década de 1970.

O que o Movimento Negro busca, é traçar uma história da trajetória do negro de forma a ter uma interpretação que não se baliza pela história oficial, aquela que convencionalmente faz parte das teorias acerca desta trajetória, em uma narrativa limitada e que elimina quaisquer aprofundamentos. É uma busca de compreensão histórica da realidade negra de fato. O Movimento Negro teve adesão forte de acadêmicos e intelectuais como Abdias Nascimento, que trazia estas questões à baila, sendo uma militância que trazia um discurso voltado para problematizar e promover discussões mais claras em torno da identidade nacional. Buscava-se a promoção de uma identidade e uma consciência racial negras.

Quando se faz referência à consciência negra, é importante a compreensão do significado que esta traz consigo, a partir do momento em que viabiliza o surgimento de mecanismos que fortalecem o movimento, articulando um processo de ressignificação identitária entre os militantes e os negros no Brasil (TRAPP; SILVA, 2010, p. 4).

Deve-se reiterar que o final da década de 1970 trouxe transformações significativas, de forma a inserir temas importante na agenda pública. É o surgimento de novos movimentos sociais que engendraram, com maior ênfase, uma politização de elementos da vida social em geral, que até então faziam parte, naturalmente, da ordem de dominação (LACLAU, 2008).

Ocorre, então, um aprofundamento e reconhecimento da urgência de algumas questões, entre elas, a reprodução da desigualdade de gênero verificada, inclusive, no interior do próprio movimento negro, que, de acordo com Viana (2006, p. 82-83): “o ativismo político das mulheres no movimento negro era depreciado e tratado com os pejorativos de omissas, desorganizadas ou desinteressadas”, o que impulsionou, então, a organização das mulheres que fundam, durante a década de 1980, o Movimento das Mulheres Negras, que passa a fazer parte da articulação latino-americana e internacional de mulheres negras.

As transformações inseridas a partir da década de 1970, refletiram por todo o país, ganhando força no Nordeste Brasileiro. Em relação ao Estado do Ceará, o movimento negro emergiu em sua capital nos anos 80, em que a diversidade cultural, religiosa, étnica, afetiva e política foi intensificada, trazendo para o cerne do movimento negro cearense, características marcadas pelas singularidades

ideológicas e derivados culturais.

Ratts e Ferreira Sobrinho (1992) relatam que o movimento negro no Estado do Ceará, instituído em 1982 por meio da fundação do Grupo de União e Consciência Negra, caracterizou-se pelo empenho constante da memória coletiva negro-africana, por uma reconstrução da história dos negros e negras cearenses e consequentemente a alegria pela descoberta da identidade, além da luta contra o racismo e pela ação solidária a outros movimentos sociais.

Esta descoberta ou reafirmação da identidade étnica-racial está atrelada diretamente ao confronto com o mito da invisibilidade do negro no Ceará, nascido do discurso hegemônico, que é decorrente da negação da existência do negro no estado, sendo, também, um dos principais e mais importante enfrentamento articulado pelo movimento negro neste Estado. Tratava-se de um mito generalizado que instigava alguns desdobramentos para a afirmação do movimento, uma vez que este, enquanto grupo, não tinha a sua legitimidade e mesmo existência reconhecida, além de se perceber a existência tanto de rejeição como de autorrejeição do elemento e da cultura afro-cearense, conforme evidencia Sousa (2006), que destaca ainda que o movimento negro cearense contribuiu para um discurso identitário étnico-racial promovido pelos seus próprios sujeitos que chamam para si a responsabilidade da autoatribuição.

O movimento teve que enfrentar muitas barreiras, o não reconhecimento de sua legitimidade partia, principalmente, das elites intelectuais cearenses, que seguindo a lógica da objeção por meio da desqualificação, argumentação clássica quando não se tem outra forma de rebater, atribuíam as ações do Movimento Negro cearense ao *esquerdismo*, colocado como responsável pela discórdia étnico-social, discurso presente na década de 1980 e ainda atual, como se pode constatar empiricamente em todo o Brasil.

Essas elites levantavam dúvidas acerca da origem dos militantes do movimento, insinuando se seriam mesmo negros cearenses ou pessoas de fora do estado, de onde se decorria outro argumento acerca de que elementos alheios à realidade cearense estavam sendo trazido por tais pessoa, tendo em vista o clima de paz e harmonia racial própria dos cearenses, conforme tais críticos do movimento. Obviamente, utilizavam o aclamado pioneirismo da abolição da escravidão pelo estado do Ceará, que, segundo eles, comprovava ter sido o cearense sempre contra tal prática, em síntese, o que estaria ocorrendo naquela década, seria uma tentativa de destruir os laços de solidariedade da sociedade cearense por militantes alienígenas

à realidade estadual. Mesmo porque como reconhecer a existência ou legitimidade do Movimento Negro, quando se difundia a crença na inexistência de negros no Estado?

Sousa (2006) apresenta em seu estudo, um trecho da entrevista realizada com o Padre Francisco Roserlândio de Souza, da cidade de Crato, município do Cariri cearense, em que se constata que as elites intelectuais acusavam o Movimento Negro cearense de realizar um racismo às avessas. O padre apresenta um relato daquela realidade dos anos 80:

Vale ressaltar que o grande problema é que diziam que no Ceará não tem negro, então porque pensar em racismo, para que pensar em movimento negro? Quantas e quantas vezes nas entrevistas que nós dávamos ou nos debates dos quais participávamos não emergia essa questão. Acho que essa era a grande questão que se colocava para o movimento negro naquele momento. Era que no Ceará não tem negro, para que então a existência de um movimento negro aqui no estado? E a outra era pensar se o movimento negro não era uma outra forma de racismo. Essa era a situação no Brasil (SOUSA, 2006, p. 133).

A militância negra cearense passou, então, a realizar sua afirmação e legitimidade mediante a comprovação da presença e agência de uma população afrodescendente no Ceará por meio de sua identificação, mapeamento, articulação e incorporação aos objetivos do grupo.

Ratts e Ferreiro Sobrinho (1992), apontando sobre as singularidades do movimento negro cearense, colocam como uma delas a busca de conhecimentos, tanto em nível estadual quanto às discussões de âmbito nacional, levando os militantes a se tornarem pesquisadores e aprofundarem os pressupostos conceituais, teóricos ou não, para serem aplicados e entendidos no seu contexto discursivo.

De uma forma geral, Ratts (1991) vê a identidade negra como uma questão complexa para a sociedade brasileira e para o movimento negro, o que se deve às formas de percebê-la e abordá-la. Os militantes a adentrarem no embasamento mais profundo, como pesquisadores, intentavam levantar discussões gerais, que se localizam mais especificamente no Ceará. Além disso, outra complexidade citada pelo autor, é que a identidade negra não se resume às características físicas sendo a problemática da miscigenação racial um elemento que torna mais difícil a abordagem da identidade negra no Estado e no país. São comuns aquelas famílias em que uns parentes têm a tez mais clara e outros a tez mais escura, uns familiares de cabelos lisos e outros possuem cabelos crespos, e daí, vem a forma como se descrevem, ou seja, brancos, outros morenos, outros sequer se identificam e são raros aqueles que

se assumem negros, segundo o autor.

Todas essas questões, que emergiram de forma mais efetiva a partir do MNU, que influenciou movimentos e debates como esta síntese do Movimento Negro Cearense, em torno desses elementos, torna-se mais fortalecido com maior representatividade, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, momento em que estava em consolidação a abertura democrática. O Movimento Negro aproveitou-se dessa data para denunciar as mazelas vividas pela população negra no Brasil e reforçar os direitos de cidadania e de igualdade legal para os afrodescendentes, para além de qualquer comemoração da Abolição, que, por sinal, foi denunciada como “farsa” (COSTA, 2006).

Distintamente do que existia durante a vigência do período militar, essas mudanças iniciadas em 1985 proporcionaram um espaço legítimo para a participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão tanto de cunho político como social. Destaca-se, então, um conceito relevante, ou seja, a “nova cidadania”:

Incorporando características de sociedades contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo e de direitos também de novo tipo, bem como a ampliação do espaço da política, esse projeto reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural com respeito à construção da democracia (DAGNINO, 2004, p. 103).

Há, por parte de alguns teóricos, a interpretação de que essa concepção de nova cidadania é, na realidade, um dos elementos caracterizadores do movimento social quilombola, sendo, assim, uma nova realidade que “inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas” (DAGNINO, 2004, p. 104).

A Constituição Federal de 1988 faz jus à alcunha de Constituição cidadã, por diversos fatores, entre eles, o mérito de reconhecimento do Brasil como Estado Nacional pluriétnico e multicultural, o que, na visão de Silvério (2009, p. 20):

Passa a ser o argumento básico para a exigência de ampliação da proteção social de um amplo conjunto de segmentos populacionais que foram historicamente discriminados e subalternizados, tais como os negros, os índios, as mulheres e as populações tradicionais. Ou seja, tem início uma forte demanda por “direito a ter direitos” com garantia de especificidades socioculturais.

Emerge daí a inserção das comunidades de remanescentes de quilombos na

agenda das políticas sociais no Brasil. Para Souza (2008) em todo período republicano brasileiro a luta dos “remanescentes de quilombos” ganhou uma outra faceta importante do ponto de vista político e organizativo que é a constituição do movimento quilombola, com suas especificidades em relação ao movimento negro. O movimento de *aquilombar-se*, pela garantia da existência física, social e cultural das comunidades, marca a história do país, e chega, nos anos próximos a elaboração da constituição brasileira, com expressivas lutas pela garantia dos direitos das comunidades quilombolas, com ênfase no direito ao território.

A problemática relativa ao tema tem sua consagração com a Constituição Federal, quando, a partir daí, são direcionadas responsabilidades ao poder público, entre elas, o dever de preservar essas comunidades como bem cultural de nossa nação, e reconhecer a garantia de acesso à terra e aos direitos sociais.

1.2 ARTIGO 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS: DIREITOS CIDADÃOS E SEUS DESDOBRAMENTOS LEGAIS

A partir do final da década de 1970, período em que eclodiu o Movimento Negro Unificado, articulando movimentos negros das regiões Norte e Nordeste com os do Sudeste e do Sul, a pauta sobre a questão quilombola foi, progressivamente, tornando-se mais visível no espaço público. Apresenta Arruti (2011), que o processo de organização das comunidades quilombolas, foi preconizado por dois atores essenciais: o processo de emergência étnica das comunidades negras – que, posteriormente, passaram a se auto identificar e se reconhecerem como comunidades quilombolas. Primeiramente liderados por uma militância católica renovada pela Teologia da Libertação, que atuou junto à população negra que morava nas periferias das grandes cidades do Norte e do Nordeste do Brasil; posteriormente, uma nova militância negra – que surgiu em consequência aos trabalhos da primeira, com um discurso elaborado a partir do reencontro com suas ancestralidades, por meio da memória dos seus pais e avós. Segundo ele, em meados dos anos 1980, a militância negra iniciou os primeiros encontros regionais de comunidades negras, no Maranhão, Pará e em Belém.

Esses movimentos, além de darem maior visibilidade à luta, ainda conseguiram expor dois grandes desafios ao aprofundamento democrático do país, aos quais se vincula a questão quilombola, sendo o primeiro relacionado à superação do racismo

e o segundo à forma como se deveria proceder a distribuição e a regulamentação de terras no país, geradora de desigualdades significativas no que diz respeito ao acesso a ela. Como lembra Fernandes (2007), é um quadro que impulsiona a necessidade de compreensão de como a raça e a terra estão articuladas ao modo de estruturação do Brasil, resultando em um déficit de extensão da cidadania à totalidade da população brasileira e ao desenvolvimento de formas perversas de racismo.

Destacaram-se nas ações implementadas pelas organizações governamentais e a sociedade civil envolvidas nas lutas das comunidades quilombolas, aquelas promovidas pela Fundação Cultural Palmares - FCP, entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

A Fundação Cultural Palmares foi criada no dia 22 de agosto de 1988, pela Lei Ordinária Nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 418, de 10 de janeiro de 1992, e tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.

A FCP foi a primeira instituição pública criada pelo Governo com foco na promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. A ela foi atribuída o comprometimento de combater o racismo, promover a igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra. No artigo 1º da Lei que a instituiu, lê-se que sua obrigação é: "(...) promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira." Nessa perspectiva o País busca implementar o que estava previsto na Constituição de 1988, no art. 215 e § 1º, que assegura:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Para as comunidades de remanescentes de quilombolas, a FCP recebeu as atribuições, em sua criação, conforme o art. 2º da Lei 7.668/1988, que,

(...) poderá atuar, em todo o território nacional, diretamente ou mediante convênios ou contrato com Estados, Municípios e entidades públicas ou

privadas, cabendo-lhe:

III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação.³⁶

Essa atuação da FCP foi modificada por ocasião do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 5º - Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.³⁷

Para Souza e Brandão (2015, p. 5) a FCP teve suas atribuições reduzidas passando apenas a ser responsável pela certificação das comunidades, um trabalho que antecede ao do INCRA. No entanto, o trabalho da FCP continuou sendo essencial para as comunidades de remanescentes de quilombolas, sem os pareceres que certificam as comunidades não há avanços e nem conquistas dos direitos básicos, a começar pelo direito à terra.

É, também, de grande importância para o movimento afro-brasileiro as ações do Memorial Zumbi, criado em 20 de novembro de 1980, que além de funcionar como um espaço para a articulação de entidades negras e ser um ponto de apoio para os centros de documentação e pesquisa da história dos movimentos negros no Brasil, foi ainda, importante para a emergência das comunidades quilombolas, isso a partir de sua proposta de reivindicação da preservação das terras nas quais o quilombo dos Palmares era localizado.

A Assembleia Nacional Constituinte ampliou a sua discussão, quando esta não trata apenas sobre a situação do negro no Brasil, pauta importante e necessária, mas, também, sobre a necessidade de afirmação da existência da discriminação racial no país, que não ocorre de uma forma clara, mas difundida de forma a ocultar-se nas

³⁶ BRASIL, LEI Nº 7.668 de 22 de agosto de 1988. Disponível no link www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.

³⁷ Decreto Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível no link www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.

entrelinhas cotidianas, seja nas políticas públicas, seja no comportamento individual, o que entrava o processo de mudança da mentalidade racista:

Cultivamos o preconceito de não ter preconceito: temos vergonha de ter preconceito, e não temos a coragem de combater o preconceito (...) essas formas se manifestam da maneira mais destrutiva e perniciosa, porque dissimulada, oculta (FERNANDES, 1988, p. 24).

De acordo com Arruti (1997), o artigo 68 do ADCT, foi aprovado e anexado a Constituição 1988, sem as devidas discussões, como mais um item no pacote das festividades pelo centenário da abolição da escravatura. No entanto, atendeu aos anseios do movimento negro e promoveu o processo de emergência étnica da população quilombola espalhada por todo o país. Com base nessa conquista, lideranças quilombolas, articuladas com o Movimento Negro, começaram a se organizar para acessar os seus direitos, assegurados na Constituição.

Foram diversas consultas e debates realizados no interior da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. “No caso do direito das comunidades negras de quilombos essa foi apresentada pelo deputado Constituinte Carlos Alberto Caó, que trazia a redação a seguir: ‘Acrescente onde couber, no Título X (Disposições Transitórias), o seguinte artigo: ‘Art. – Fica declarada a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes de Quilombos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ficam tombadas essas terras bem como os documentos referentes à história dos Quilombos no Brasil’” (MOURA, 2009, p. 79).

Os debates e discussões levaram ao ajuste, em que o direito quilombola no art. 68 do ADCT passou, então, a aceitar a redação já apresentada, ou seja: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

No entanto, de acordo com Arruti (2009), a primeira formulação apresentada pelo Deputado Caó foi desmembrada de forma a permitir que a parte relativa ao tombamento dos documentos relativos a história dos quilombos pudesse ser incorporada ao texto permanente da Constituição Federal, no capítulo relativo a cultura, enquanto a parte relativa a questão fundiária fosse exilada no corpo dos Dispositivos Transitórios. O que evidencia o limite que o tema estava circunscrito à

época, ao campo da cultura.

Numa perspectiva de uniformizar o conceito, a FCP que confere às comunidades o direito ao título de posse da terra, passou a definir os quilombos como “sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais” (ARRUTI, 2006, p. 83).

Para Eliane O’Dwyer (2002), na década de 1990, o movimento cresce, as comunidades cobram a aplicabilidade do artigo 68 do ADCT, da Constituição de 1988, que passa a ocupar um importante espaço nas Universidades, e a categoria “quilombo” ganha novo significado, sendo alvo de polêmicas nos debates acadêmicos e políticos.

Um adendo importante nesta discussão é sobre a polêmica em torno do texto final do artigo 68 do ADCT na Constituição de 1988, que embora tenha sido fruto de construção coletiva, da qual fizeram parte representações de movimentos sociais negros, é criticado pelo que se identificou como imprecisões que acabaram levando a ambiguidades. Entre as críticas, conforme Souza (2010), tem-se o fato de apresentar uma noção de remanescentes como algo que está em processo de desaparecimento, possibilitando interpretações embasadas em uma visão da cultura como algo fossilizado e estático. Questões como essa acabaram dando subsídio para contestações por parte das elites econômicas e políticas contrárias ao reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, que consideravam ter adquirido fundamentação para suas objeções, polemizando acerca dos critérios de identificação das comunidades quilombolas. Entre os argumentos, indagava-se acerca desta identificação ser segundo critério de auto atribuição, pois, como aponta Souza (2010), para os opositores tal critério:

Não obedece a uma base científica segura, que pode redundar numa insegurança jurídica e que terá influência na propriedade privada, garantia constitucional (art. 5º, XXII), além de outros pontos do referido decreto, apresentaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn nº 3.239-9/600 - DF), impetrada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), em trâmite no Supremo Tribunal Federal contra o Decreto 4.887/2003 desde 2004 (SOUZA, 2010, p. 23).

O conceito apresentado também não satisfaz o Movimento Negro, as comunidades quilombolas e nem a comunidade acadêmica. O que levou a FCP, em 1994, a realizar um seminário com o tema “Conceito de Quilombo”, em Brasília- DF,

para apresentar uma nova visão, distinta da que vinha sendo utilizada. O tema deixa de ser pensado como um assunto exclusivo dos técnicos dos órgãos oficiais para tornar-se matéria de debate acadêmico. Ali, Moura (1994), uma das responsáveis pela formulação e implantação do artigo 68, lança mão da noção de “quilombos contemporâneos” para caracterizar as comunidades a que se refere à lei, como:

Comunidades negras rurais que agrupam descendentes de escravos [que] vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado ancestral. Esse vínculo com o passado foi retificado, escolhido pelos habitantes como forma de manter a identidade (MOURA, 1993, p.28).

A ressignificação do conceito de quilombo visa desvincular o entendimento de quilombo da sua exclusiva referência ao regime de historicidade do tempo escravista, deixando de ser apenas um conceito com lastro histórico, para colocá-lo na contemporaneidade. Há uma conexão clara entre passado e presente, quando os quilombos estão inscritos no processo de resistência negra, mas, sendo um processo que foi além da escravidão e atualmente desvincula-se não no sentido de uma negação da história, mas de uma interpretação do quilombo como espaço de lutas e conquistas das demandas contemporâneas dos negros. Com isso o fenômeno social das comunidades remanescentes de quilombos toma um aspecto mais abrangente, já que se configura como processos sociais e históricos que se relacionam com o passado escravista, mas que em muitos casos se formaram concretamente no pós-1888.

Os debates acerca da regulamentação³⁸ do Artigo 68 do ADCT se intensificou no ano de 1995, por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares (ARRUTI, 1997, p. 7). Nesse período que é realizado o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, em Brasília (DF) e o INCRA inicia, por meio da portaria 307/95, a possibilidade de comunidades terem suas terras demarcadas e tituladas.

Mas as discussões continuaram permeadas pela falta de clareza de quem teria

³⁸ A necessidade ou não de sua regulamentação foi também objeto de debate, mas apesar dos argumentos por sua autoaplicabilidade, as poucas tentativas concretas de beneficiar comunidades de remanescentes esbarraram na posição de juízes que alegavam não possuir instrumentos básicos para a orientação de seus pronunciamentos.

direito a ser contemplado pelo artigo 68 dos ADCT da constituição de 1988. Em 2003, o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, emitiu o Decreto 4887/2003, o qual determinava:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Para Gloria Moura (2012) o Decreto 4887/2003 foi um avanço em relação à legislação anterior. O conceito foi atualizado e ampliado, reservando aos quilombolas o seu direito à história, à cidadania, à cultura e ao direito étnico. Glória Moura é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) e pesquisadora da realidade quilombola contemporânea e ressalta que os territórios onde vivem esses afro-brasileiros significam mais que simples espaços. De acordo com a professora, a terra além de garantir a subsistência do grupo, tem importância histórica e cultural, pois é onde acontecem as transmissões dos valores éticos e morais, dos conhecimentos definidos pelas manifestações, pelas tradições e pelo respeito à ancestralidade.³⁹

De acordo com Arruti (2006), em 20 de junho de 1990 a FCP teve que agilizar procedimentos para atender as demandas propostas pelas comunidades de quilombolas, conforme segue:

De fato, as primeiras iniciativas da FCP em responder às demandas que surgiam pela aplicação do artigo constitucional se deram por meio da constituição de uma Subcomissão de Estudos e Pesquisas (formada por técnicos da FCP e do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC) e por uma Comissão Interministerial, que tinha a tarefa de “identificar, inventariar e propor o tombamento daqueles sítios e populações que descendem da cultura Afro-brasileira, que deverão, após o laudo antropológico, ser reconhecidos como remanescentes de quilombos através da FCP, tão logo

³⁹ Entrevista realizada por Daiane Souza, 2012, para a Fundação Cultural Palmares. Temática: Comunidades quilombolas: conceito, auto definição e direitos.

se regularize o Art. 68”.

De acordo com Thorne (2004) em vários países, as mobilizações negras têm se caracterizado como significativas para o estabelecimento de ganhos institucionais. É o que se pode observar em várias Constituições na América Latina, que têm garantido o reconhecimento do direito ao território no qual as comunidades negras desenvolvem seus modos de fazer e viver, como: Brasil (quilombos), Colômbia (cimarrones), Equador (afro-equatorianos), Honduras (garífuna) e Nicarágua (creoles).

Esse direito tem relação direta com a tripla dimensão de justiça social que mobiliza o reconhecimento de identidades e de direitos, à redistribuição material e simbólica e à representação política (FRASER, 2007).

CAPÍTULO II

2 MOVIMENTO QUILOMBOLA NO CEARÁ: ARRANJOS E RECONFIGURAÇÕES

A proposta apresentada neste capítulo visa contextualizar historicamente as comunidades de remanescentes de quilombolas no estado do Ceará, mostrando quantidades de comunidades auto identificadas e qual estágio ou instância de organização elas se encontram.

2.1 QUILOMBO: REFÚGIO E/OU TRINCHEIRA

Para aprofundarmos nossas reflexões acerca do movimento quilombola no Ceará, com foco na organização e manutenção das comunidades, será necessário uma compreensão da categoria “quilombo”, em pelo menos duas vertentes: como local de refúgio de pessoas perseguidas, independentemente de cor, raça ou etnias, e como trincheira, local de organização e preparação para os enfrentamentos contra o poder dominante, estruturado e explorador vigente. Isso, sem desconsiderar o entrelaçamento delas na vida comunitária.

Ao longo de séculos de escravidão os quilombos no Ceará, assim como em outros estados brasileiros, foram tratados como local de concentração de fugitivos em busca de liberdade, que viviam como foragidos de seus senhores. Os quilombolas não tinham estruturas de guerra e sempre estavam em desvantagens. No entanto, se rebelavam como forma de resistência. Fugir era um dos meios utilizados por eles.⁴⁰

A formação dos quilombos no período da escravidão foi marcada por atos de coragem, e caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até a organização das comunidades chamadas mocambos ou quilombos, nelas os quilombolas adquiriam resistência e preparação para o enfrentamento até a morte se fosse necessário (MUNANGA e GOMES, 2006, p.

⁴⁰ Fugir era o último recurso que dispunha o escravo para livrar-se do pesado fardo da escravidão. Por isso fugia sozinho ou em grupos, de maneira planejada ou não, tendo ajuda de companheiros, de outros quilombolas ou sem ajuda; para lugares distantes e de difícil acesso, para lugares próximos das fazendas, ou até mesmo para o encontro de outros que já se encontravam aquilombados.

26). Conforme afirma Nilton Victorino Filho (2010),⁴¹ “dentro dos quilombos, eles treinavam com armas que dispunham, ou seja, facão, pedaços de pau e algumas armas de fogo que tinham conseguido tomar do exército branco em sangrentos combates”. O quilombo também servia como trincheira – local de preparo e espera do inimigo.

De inspiração africana, os quilombos brasileiros constituíram-se como estratégias de oposição, “a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos” SILVA (2010, p. 33). Desse modo, os laços de solidariedade, o uso coletivo da terra e a vida em comunhão formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito a sua humanidade.

A “resistência negra” registrada pela história brasileira mostra como maior exemplo o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que foi organizado para uma vida simples em comunhão, mas também houve a preparação de guerreiros, soldados com o propósito de defender a comunidade, considerado o território quilombola, que por várias vezes foi atacado chegando até a destruição total do espaço físico, em 1695.

Os quilombolas apoiaram e participaram de diversos movimentos de cunho social e de resistência aos seus opressores, aos proprietários de terras e aos comerciantes. A exemplo, destaca-se a Guerra da Balaiada (Maranhão, 1838-1840), movimento que envolveu a massa oprimida (pobres, índios, fugitivos e prisioneiros), em que um dos seus líderes era o Negro Cosme, que foi considerado um dos mais importantes personagens da luta contra a escravidão, pois liderava milhares de negros africanos e crioulo (escravos e libertos) na luta contra a escravatura. Tornou-se mártir da defesa da liberdade, sendo preso em 1841 e, após ser condenado a força por líderes políticos locais, foi supliciado em setembro de 1842.⁴²

O que se pode constatar é o seguinte: quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada de “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de revoltas e de lutas contra esse sistema” (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 26).

Para Clóvis Moura (1986, p. 16), em todos os lugares onde houve escravidão,

⁴¹ MACULELÊ. <http://www.donilto.com/2010/11/maculele.html>. Acessado em 08 de agosto de 2017.

⁴² Ver: SANTOS, Maria Januária Vilela. A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

os quilombos também existiram. Para ele é possível definir que essas comunidades são fenômenos normais e tem como principal característica a capacidade de organização.

De acordo com Funes (1995), *apud* Marques (2010), o termo quilombo foi apropriado e redimensionado:

(...) por essas comunidades (quilombolas) enquanto elemento de identidade e de luta pela terra dos remanescentes. Embora entre os remanescentes o termo quilombo não fosse de uso corrente, o seu significado em língua africana é atribuído àqueles espaços que chamamos de Mocambo – refúgio de seus antepassados africanos que vieram em sua maior parte, de região Congo/Angolana, de origem Bantu e língua Kimbunda. Para os remanescentes, mocambo é o lugar em que os escravos se escondiam (...) após fugirem do cativeiro (p. 8).⁴³

A fuga se dava muitas vezes movidas pelo desespero, pela necessidade de vida livre. O quilombo representa também essa liberdade, onde as relações são reconstruídas e a vida reencontra sentido. Segundo Almeida (2007, p. 16)⁴⁴ “quilombo é uma realidade viva e dinâmica, onde a relação com a origem deve ser buscada no contexto situacional atualmente vivido pelo grupo”. Assim sendo, faz-se necessário demonstrar a dinâmica das relações sociais estabelecidas pelo grupo entre seus membros e com a sociedade envolvente, sem perder a coerência histórica, seu vínculo com o passado, sua condição quilombola como uma questão de auto definição coletiva e seus critérios de pertencimento à comunidade.

2.2 FORAM SE AQUILOMBANDO NOVAMENTE

Nessa perspectiva, a organização de uma comunidade quilombola atualmente requer mais preparo. Passa de uma necessidade de sobrevivência em um local de difícil acesso, após uma fuga, para a organização de uma comunidade autônoma, visando construir progresso e relacionamentos em meio a uma sociedade preconceituosa e excludente.

É importante ressaltarmos que houve uma evolução nos formatos de

⁴³ Essa citação está no Relatório Antropológico - MARQUES, J. da G. Relatório Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola Sítio Arruda. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2010.

⁴⁴ ALMEIDA, Roberto Alves de. Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombo Família Magalhães. 1997. Relatório de Pesquisa, INCRA, Superintendência Regional do DF e Entorno (SR-28/DF), Brasília, INCRA, 2007.

organização dos Quilombos do período escravocrata para os dias atuais. A fuga de um senhor, como peça de patrimônio, como eles eram, deu lugar a fuga de um sistema excludente e preconceituoso que coloca os negros pobres na marginalidade. A liberdade não lhes foi suficiente, daí surgiu a necessidade das aglomerações, ou seja, os remanescentes dessas comunidades que buscaram espaços nas cidades grandes, ou em outros lugares, foram forçados a retornarem, foram se *aquilombando* novamente, para a antiga luta por melhores condições de vida.

Conforme Funes (2000):

No Ceará, em particular na cidade de Fortaleza, há um aumento considerável daqueles indivíduos sujeitos à condição de agregados e empregados domésticos. É o momento em que o negro vê legitimar sua exclusão social. Consegue a condição de livre; mas lhe é negado o direito à cidadania. Excluído vai se *aquilombando* nas periferias, nas favelas, nas frentes de expansão, enclausurando-se no seu mundo rural, constituindo sua identidade a partir de sua historicidade (FUNES 2000, p. 132).

Percebe-se que a condição de liberto não foi suficiente, pois não foram proporcionadas as condições de vida digna e nem apoio para remover as marcas da escravidão historicamente constituídas. A naturalização do seu estado racialmente *inferior*, imposto por uma sociedade seletiva e preconceituosa, impunha ao remanescente de escravizado a necessidade de retornar e *aquilombar-se* para sobreviver.

Essas facetas provocadas pela necessidade de sobrevivências dos negros marginalizados numa sociedade excludente são percebidas nos depoimentos dos líderes das comunidades quilombolas visitadas. Para José Renato Ferreira dos Santos, conhecido como Renato Baiano, líder do movimento quilombola no Ceará, *depois da abolição da escravatura os negros se espalharam na busca de liberdade e depois foram forçados a voltar por falta de oportunidades de trabalho ou de terra para o cultivo*.⁴⁵ Muitos foram se aglomerando e originaram “agrupamentos negros”,⁴⁶ principalmente em Fortaleza e/ou nas encostas próximas da capital, atualmente região metropolitana.

⁴⁵ Entrevista realizada com José Renato Ferreira dos Santos, em 18 de novembro de 2017, por José Willame Felipe Alves.

⁴⁶ Um termo utilizado pelo pesquisador Alecsandro José Prudêncio Ratts, na década de 1980, para buscar identificar comunidades de negros e negras até então desconhecidas. Para ele, a localização de aglomerações negras vem se contrapor a um senso comum bastante difundido no Ceará, inclusive pela historiografia regional, desde metade do século XIX, da quase “ausência” de negros na formação étnica dos cearenses.

Para Baiano, na comunidade quilombola em que ele vive, as práticas de convivência com os donos da fazenda se assemelhavam as outras comunidades interioranas, onde moram negros e negras desde a abolição da escravidão.

(...) outros libertos, após a abolição da escravidão permaneceram em suas regiões e continuaram sendo explorados pelos Coronéis e suas famílias, uma exploração diferente, mas de total dependência dos senhores. Dou como exemplo aqui no Encantado do Bom Jardim que todo negro livre tinha que trabalhar três dias por semana para o Coronel, era como se fosse um aluguel para continuar morando aqui, e ainda quando precisavam de qualquer alimento iam pedir na casa grande e ficavam devendo um grande favor.

A identificação das comunidades negras no meio acadêmico, no estado do Ceará, deu-se por meio da curiosidade do pesquisador Ratts, quando escreveu sua dissertação de mestrado, em 1996, com o tema, *Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Nela, Ratts visita e identifica oito Agrupamentos Negros, demonstrados no quadro abaixo:⁴⁷

Quadro 01 – Agrupamentos Negros

MUNICÍPIO/REGIÃO	AGRUPAMENTO
Aquiraz	Lagoa do Ramo
Aquiraz	Goiabeiras
Aquiraz	Alto dos Pereiras
Cariri	Luanda ⁴⁸
Iracema	Bastiões
Pacajus	Base ⁴⁹
Tururu	Água Preta
Tururu	Conceição dos Caetanos

Fonte: Dissertação de mestrado de Alecsandro José Prudêncio Ratts, 1996.

A pesquisa de mestrado de Ratts, tinha como foco principal apresentar o

⁴⁷ O Quadro – Agrupamentos Negros foi apresentado na dissertação de mestrado de Alecsandro José Prudêncio Ratts, conhecido no universo acadêmico como Alex Ratts, que cursou mestrado em Geografia na Universidade de São Paulo, em 1996. Título - *Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*.

⁴⁸ A comunidade de Luanda está localizada no município do Crato, na região do Cariri cearense e não se reconhece como comunidade de remanescente de quilombolas.

⁴⁹ Conforme levantamentos atuais, o agrupamento que Ratts se referiu é a comunidade de Base, em Pacajus.

entrelaçamento familiar entre essas comunidades, bem como demonstrar o grau de parentesco entre as mesmas, tendo como foco familiar “os Caetanos”. Buscou relacionar as comunidades por onde eles se relacionaram e constituíram descendência.

Ratts (1996), ao relacionar as comunidades onde moravam “os Caetanos”, teve o devido cuidado de alguém que entende ser de grande importância a auto identificação comunitária, ao optar pelo termo “Agrupamentos Negros”, em lugar de Comunidades de Remanescentes de Quilombos.

Cabe reconhecer a importância da identificação de comunidades negras, por Ratts, no Estado do Ceará. A partir desse trabalho, o movimento passou a criar corpo e no dia 25 de fevereiro de 1998 a comunidade Conceição dos Caetanos foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), tornando-se a primeira comunidade de remanescente de quilombolas reconhecida pela referida Fundação, no estado do Ceará.⁵⁰

2.2.1 Primeira comunidade quilombola reconhecida pela FCP no estado do Ceará

A comunidade de remanescentes de quilombolas Conceição dos Caetanos, localiza-se na zona rural do município de Tururu, a uma distância de 8km da sede do município, que fica a 119 km de Fortaleza, bem na zona de interseção entre o litoral e o sertão.

O nome Conceição é originado de um terreno adquirido, no final do século passado (1884), por Caetano José da Costa, que ali passou a residir com um pequeno grupo e deu origem à comunidade. Atualmente a sua população é de aproximadamente 882 pessoas, distribuídas em cerca de 207 famílias, em uma área de 381 ha (COSTA, p. 43).

Para Ratts (1997):

Os Caetano de Conceição se auto representam como “família”, “comunidade” ou “comunidade negra”. Quase todos são católicos e as principais atividades religiosas locais são dirigidas por eles, como as celebrações dominicais, o

⁵⁰ Esta informação encontra-se no Quadro 03 desta Tese – Relação de comunidades certificadas pela FCP, no Ceará - CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) NO ESTADO DO CEARÁ ATUALIZADA ATÉ A PORTARIA Nº- 268/2017, PUBLICADA NO DOU DE 02/10/2017.

grupo de jovens, a Festa da Padroeira e a Festa de Zumbi (Dia Nacional de União e Consciência Negra). Desde 1984, militantes do movimento negro têm frequentado a área. Conceição alcançou alguma visibilidade na imprensa que se restringe a datas específicas (13 de maio - Dia da Abolição da Escravatura, e 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra) (RATTS, 1997, p. 121).

Os moradores da comunidade de Conceição dos Caetanos são conhecidos, exclusivamente, como negros e negras, e vivem em regime de partilha e mantêm uma tradição de conservar a propriedade da área rural em nome de um único herdeiro da família Caetano. Mesmo tendo práticas diferentes das outras comunidades vizinhas, os Caetanos não vivem isolados, participam de atividades religiosas do município Tururu, bem como realizam atividades culturais e religiosas na própria comunidade e que pessoas de outras comunidades participam.

Conforme Costa (2013):

A relação entre terra e família, para os Caetanos se fortalece, no que diferencia esta comunidade: a questão da posse comunal da terra. Apesar de não ter sido iniciado o processo de regularização fundiária pelo INCRA (parte do processo de reconhecimento, posse e titulação das terras quilombolas), existe em Conceição dos Caetanos a tradição de que a escritura da terra fica nas mãos de um responsável (que deve ser um Caetano “legítimo”), que escolhe o sucessor para cuidar dessa função posteriormente. Ou seja, este documento da terra, que afirma a identidade desta família com seu território é passado de pai para filho (a) por gerações. Atualmente a pessoa responsável por essa função é a D. Bibiu (Maria Caetano Oliveira) que recebeu o documento de seu pai. Ela não somente é a responsável por essa função, mas atua como grande articuladora e motivadora da comunidade, frente a essas questões da identidade quilombola e da memória familiar (COSTA, 2013, p. 43).

Percebemos que esta comunidade tem práticas antigas de relação de dependência entre terra e família. A posse da área rural se mantém, a mais de século, por várias gerações, passando de pai pra filho, sem que os Caetanos percam o controle.

Na relação família e família, Costa (2013, p. 44) relata que, no início da formação da comunidade, os casamentos eram só entre os Caetanos, não se aceitava a entrada de outros no agrupamento. No entanto, com o passar dos anos essa tradição foi quebrada e, atualmente, existem vários casais em que um dos membros é de fora, o que já cria uma instabilidade na comunidade com as solicitações de direitos de herança.

Percebemos que as comunidades já existiam a anos com suas tradições,

relações e meios de sobrevivências, no entanto foram identificadas e estimuladas a lutarem por seus direitos.

2.3 AVANÇOS E RECUOS NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO CEARÁ

O movimento de organização e auto identificação das comunidades de remanescentes de quilombolas continuou crescendo no Estado do Ceará e se intensificou após o Decreto Federal Nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Em 2005 as comunidades reunidas no propósito de buscar o fortalecimento do movimento e a implementação de direitos assegurados constitucionalmente, decidiram criar a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE).

A CEQUIRCE aglutinou os anseios de organização dessas comunidades, devido ao crescimento do número de associações quilombolas. Foi a partir de uma sequência de reuniões que nasceu a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará - CEQUIRCE, fortalecida pela Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil – CONAQ, Instituto Luís Freire e Fundação Cultural Palmares. Essa união trouxe vários benefícios para as comunidades. A CEQUIRCE foi fundada em 2005, no município de Aquiraz. Atualmente tem uma comissão executiva para facilitar a participação dos quilombolas nos eventos étnico-raciais. Desde sua fundação, ela vem ocupando espaços em diversas esferas, com a inclusão de representantes em espaços diversos: Conferência Estadual da Juventude, Conferência Estadual e Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Conferência Estadual e Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional.⁵¹

⁵¹ Informações fornecidas pelo coordenador da CERQUIRCE, José Renato Ferreira dos Santos, em entrevista realizada pelo pesquisador José Willame Felipe Alves, em 18 de novembro de 2017.



Foto 01: José Renato Ferreira dos Santos (Renato Baiano) Coordenador da CEQUIRCE
Fonte: José Willame Felipe Alves

Renato Baiano, tem 50 anos, casado, servidor público municipal de Tamboril, é líder da Comunidade de Remanescentes de Quilombolas Encantado do Bom Jardim, onde mora. Essa comunidade se localiza a cerca de 10km da sede do município. Sua principal atividade, junto ao movimento quilombola, é de coordenar a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE), que foi fundada em outubro de 2005, com apenas sete comunidades, no I Encontro Estadual das comunidades quilombolas do Ceará, na comunidade Lagoa do Ramo e Goiabeira, no município de Aquiraz.

No mês de março de 2006 foi realizado o II Encontro Estadual das comunidades quilombolas do Ceará, na comunidade de Encantado do Bom Jardim, com a participação de vários representantes quilombolas do estado do Ceará. A partir deste evento, houve um avanço significativo do movimento no Estado, uma vez que foram escolhidos os integrantes da CERQUICE, foram indicados alguns nomes do Bom

Jardim para integrar a comissão, dentre eles o do coordenador do movimento a nível estadual, Sr. Renato Baiano. A CERQUICE, criada em 2005, só foi oficializada nesse encontro do Bom Jardim, quando foram escolhidos todos os seus membros (MARQUES 2009, p. 52).⁵²

Graça a sua capacidade política aglutinadora e seu compromisso com o movimento de organização das comunidades, Renato Baiano se tornou uma das maiores lideranças dos quilombolas do Ceará.

A CERQUICE atua em todas as regiões do Estado, motiva e ajuda as comunidades nos seus processos de organização. Para Baiano “a recompensa é a grande quantidade de comunidades que já se organizaram num Estado que, até no final do século XX era considerado apenas de brancos”.⁵³

O processo de identificação das comunidades foi muito acelerado na primeira década do século XXI. Conforme afirmou Baiano, no ano de 2009, 74 comunidades estavam em processo de reconhecimento.⁵⁴ Já em 2017, 86 comunidades estão compondo a CERQUICE, sendo que destas 49 estão certificadas pela FCP e 34 com processos em tramitação para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios, pelo INCRA.

Mesmo havendo um acréscimo de auto identificação de comunidades, o que se percebe na continuação dos processos, na parte de responsabilidade do Governo Federal, foi uma desaceleração, após o impeachment (golpe) da presidenta Dilma Vana Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

2.3.1 As consequências do impeachment da Presidenta Dilma para o movimento quilombola do Ceará

Para Baiano o atual momento do movimento é preocupante, pois, no atual governo brasileiro, muitas mudanças aconteceram para travar o avanço das conquistas dos povos quilombolas:

⁵² Essa informação foi retirada do Relatório Antropológico elaborado por MARQUES. J. da G. Relatório Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade de remanescente de quilombolas Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2009.

⁵³ Entrevista realizada com José Renato Ferreira dos Santos, por José Willame Felipe Alves em 18 de novembro de 2017.

⁵⁴ Poder Negro: <http://filosofiapopafro.blogspot.com.br/2009/12/historia-do-movimento-negro-do-ceara.html>. Acessado em 01 de agosto de 2017.

Mudou basicamente tudo, era assim, no governo passado da presidenta Dilma - o INCRA, com o superintendente Roberto Gomes, vinha numa tocada grande, quando mudou o governo e entrou o novo superintendente (Marcos Cals), mudou tudo, tipo: antes as comunidades recebiam cestas básicas, atualmente não recebe mais; nós tínhamos o GT-Quilombola, era um grupo de trabalho que depois se tornou em uma mesa de negociação, essa mesa acabou, não existe mais; a orientação do INCRA é fazer negociações apenas com as comunidades que não tenham conflitos, (...) onde tem qualquer tipo de conflito não trabalha mais regularização de território; a equipe que trabalhava nas regularizações praticamente acabou, antes eram nove pessoas, agora são três (um coordenador, um antropólogo e um agrônomo). Antes fazíamos três relatórios antropológicos por ano, agora, nesse novo governo, não foi feito nenhum. (...) os recursos para esse trabalho foram cortados (...) sabe quanto veio nesse ano de 2017? Apenas 7.000,00 sete mil reais), que não dar nem para o deslocamento (...) aqui no Ceará não se consegue fazer mais nada! (...) têm 29 processos abertos no INCRA e estão todos parados. Quando definiram que não tem negociação em comunidade que tem conflito, foi para não fazer mais nenhum laudo, porque toda comunidade tem algum tipo de conflito, mesmo que seja pequeno.⁵⁵

Percebemos que as comunidades de remanescentes de quilombolas no estado do Ceará estão desencantadas com a nova gestão do governo Michel Temer e do superintendente regional do INCRA, Marcos Kals. Para o coordenador da CERQUICE, Renato Baiano, o órgão responsável pela demarcação das terras, que é o INCRA, está vivendo um *faz de conta*, não desenvolvendo uma política concreta e uniforme em benefício dos quilombolas.

O desencantamento vivido pelo movimento quilombola do Ceará é ressonância do que acontece no restante do país.⁵⁶ No que se refere ao interrompimento do governo da Presidenta Dilma e a instalação do governo provisório de Michel Temer, Denildo Rodrigues de Moraes (2016), o Bico,⁵⁷ membro da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), afirma que “é um momento político em que levamos um golpe profundo em nossas conquistas”. Ele externa uma grande preocupação com o que ainda pode acontecer, “pois, se a

⁵⁵ Entrevista realizada com José Renato Ferreira dos Santos, por José Willame Felipe Alves em 18 de novembro de 2017.

⁵⁶ No que se refere ao orçamento do Incra para a regularização de terras quilombolas em 2017, a redução muito preocupou, pois, apenas 4 milhões de reais foram designados, uma quantia irrisória em relação aos anos anteriores. O valor deste ano foi 94% menor do que o disponível em 2010, quando o orçamento era de 64 milhões. Dados obtidos pela Comissão Pró-Índio junto ao Incra mostram que 9 das 30 Superintendências Regionais do órgão teve verba inferior a R\$ 10 mil para a regularização de terras quilombolas.

⁵⁷ Essa foi uma fala do líder quilombola, Bico ao analisar a determinação do Presidente Michel Temer de retirar a competência de demarcação e titulação do INCRA e as transferiu primeiro para o novo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Título da matéria: Para quilombolas, golpe de Temer foi ainda mais profundo: <http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/para-quilombolas-golpe-de-temer-foi-ainda-mais-profundo/>. Acessado em 10 de fevereiro de 2018.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215⁵⁸ for aprovada”, (que propõe alterar procedimentos em relação à demarcação de terras no país), “e outros projetos de lei que retiram direitos da população brasileira, o retrocesso será muito grande”.⁵⁹

Conforme Renato Baiano as comunidades de remanescentes de quilombolas no Ceará estão se mantendo com as conquistas alcançadas no governo anterior da presidenta Dilma e de Roberto Gomes à frente do INCRA:

(...) no final da gestão da presidenta Dilma nós conseguimos empenhar os recursos do sítio Arruda e daqui (Encantado do Bom Jardim), aí eles não tiveram como retroagir, tiveram que executar o que faltava pagar (...) mas aqui faltam 2.000,00 (dois mil reais) pra concluir as indenizações e o Superintendente, Marcos Kals, diz que não tem. Nesse novo governo do Michel Temer não foi feito nenhum Relatório Antropológico; nenhuma reunião da mesa de negociação que tinha sido instituída pelo INCRA, eles nem nos recebe, o superintendente já marcou reunião três vezes e cancela na última hora. Uma vez encontramos com ele, por acaso, e ele nos disse que da forma que ia trabalhar com as comunidades quilombolas, também ia trabalhar com proprietários.⁶⁰

Para Baiano, está evidente o retrocesso das ações governamentais do presidente Michel Temer. A postura lenta do Poder Judiciário em julgar as causas de interesse do movimento também inquieta as lideranças quilombolas.

No que se refere ao Poder Judiciário uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STF), em 08 de fevereiro de 2018, trouxe um pouco de alívio para as comunidades de remanescentes de quilombolas, pois o STF decidiu pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003.⁶¹ Uma ação protocolizada pelo antigo

⁵⁸ A PEC nº 215, a qual o Bico se refere, já está tramitando na Câmara dos Deputados desde 2000. De autoria do ex-deputado Almir Sá, de Roraima, a proposta de emenda constitucional propõe transferir a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional. A proposta também possibilita a revisão das terras já demarcadas. Outra mudança seria nos critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentados por lei, e não por decreto como é atualmente. Apensada à PEC 215, a PEC 161/2007, que visa modificar a redação do artigo 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (ADCT) que reconhece o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras. Segundo a proposta, os títulos passariam a ser concedidos por meio de lei o que significa que a regularização de terras quilombolas passaria também a ser atribuição do Poder Legislativo.

⁵⁹ Para quilombolas, golpe de Temer foi ainda mais profundo.
<http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/para-quilombolas-golpe-de-temer-foi-ainda-mais-profundo/>
acessado em 26 de janeiro de 2018.

⁶⁰ Entrevista realizada com José Renato Ferreira dos Santos, por José Willame Felipe Alves em 18 de novembro de 2017.

⁶¹ Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolizada pelos Democratas, em 2003 com o número 3.239, foi acatada em 2012 pelo então ministro Cezar Peluso, contestava a constitucionalidade do Decreto, no que se refere aos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. Uma ação que se arrastava por quatorze anos no STF foi finalmente julgada. O Instituto socioambiental considerou que, “Os quilombolas de todo o Brasil tiveram, em 08 de fevereiro de 2018, no Supremo

Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas, em 2003 contestava a constitucionalidade do Decreto.

2.4 UMA CARTOGRAFIA QUILOMBOLA NO CEARÁ

Mesmo sendo o Estado do Ceará o pioneiro na abolição da escravatura e por isso ser considerada a “Terra da Luz”,⁶² em 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, segundo o antropólogo Alex Ratts (2009), houve um silêncio de mais de cem anos sobre a trajetória da população negra nesse estado. Tanto nos livros de história, quanto no senso comum, produziu-se um discurso que invisibilizou a atuação e as contribuições dos negros na cultura e na formação do território cearense. De acordo com Riedel (1988), mesmo existindo comunidades negras, o senso comum e o meio intelectual as ignoraram por um longo período:

(...) durante mais de um século de produção intelectual (1860-1980) detectamos que historiadores, antropólogos e folcloristas perceberam, como exceção, a existência de núcleos negros rurais, como Bastiões e Conceição dos Caetanos [...] (RIEDEL, 1988, p.97).

Tribunal Federal (STF), uma vitória histórica em defesa de seu direito à terra. Já o governo de Michel Temer, a bancada ruralista, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) sofreram uma derrota igualmente importante”. Matéria veiculada no endereço eletrônico <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/em-vitoria-historica-de-quilombolas-stf-declara-constitucional-decreto-de-titulacoes>, em 9/2/2018.

⁶² O Ceará é conhecido como “Terra da Luz”, numa referência à grande quantidade de dias ensolarados, mas que também remonta ao fato de o estado ter sido o primeiro da federação a abolir a escravidão, em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. Por esse fato, o jornalista abolicionista José do Patrocínio considerou o estado como “a terra da luz”.

O movimento abolicionista no Ceará teve vida longa, antes de ser decretado oficialmente a abolição, as suas ações eram de sensibilização da sociedade civil. Os abolicionistas faziam suas reuniões em lugares públicos, para dar visibilidade ao movimento de defesa do fim da escravidão. No ano de 1870 surgiram as duas primeiras associações libertadoras do Ceará, a *Sociedade Libertadora de Baturité* e a *Sociedade Manumissora Sobralense*, ambas com a “[...] finalidade de trabalhar pela libertação dos escravos.” (Revista do Instituto do Ceará, tomo especial 7, p. 145). Mas, foi através da *Sociedade Cearense Libertadora* e do jornal *O Libertador* que a sociedade civil se engajou de fato no movimento abolicionista. Porém, no início da década de 80, deu mais vitalidade ao movimento. Com a redução do número de escravos nas províncias do Norte, motivada pelo tráfico interprovincial, diminuía o interesse dos grupos dominantes nesta região pela manutenção do cativo. Este fato levou as províncias cafeicultoras do Sudeste a aprovar, em janeiro de 1881, leis de proibição do tráfico entre as províncias, como forma de restabelecer o compromisso daqueles grupos com a escravidão. O tiro saiu pela culatra. No dia 27 de janeiro, estimulada pela proibição, que, inclusive, diminuía o valor dos escravos, a Sociedade Cearense Libertadora convocou a população para impedir um embarque de escravos no navio mercante Pará. Liderados por dois abolicionistas jangadeiros — Francisco José do Nascimento, que se tornou conhecido como “Dragão do Mar”, e José Napoleão —, os jangadeiros recusaram-se a levar os cativos, enquanto cerca de 1.500 pessoas gritavam no cais: “No porto do Ceará não se embarcaram mais escravos.”

No entanto, a partir da década de 1980, o quadro de invisibilidade das comunidades quilombolas no Ceará começa a sofrer mudanças significativas a partir do desdobramento de alguns acontecimentos que marcaram este período, juntamente com a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, que demarcou o direito constitucional a regularização dos territórios quilombolas.

Em 1988 a Constituição Federativa do Brasil, no Art. 216, conceituou como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira.

Foi no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no Artigo 68, que houve reconhecimento ao direito dos remanescentes das comunidades quilombolas, que estivessem ocupando suas terras, para terem a propriedade definitiva da mesma, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Entretanto, apenas em 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto Federal Nº 4887, de 20 de novembro de 2003, que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo o INCRA o órgão responsável na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais. A identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituindo na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade (Art. 9).⁶³

O INCRA, no estado do Ceará, iniciou os trabalhos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas, a partir de 2005, mas, por falta de profissionais para elaboração dos RTIDs, somente em 2008 foi realizado o primeiro trabalho de campo, conforme afirma o superintendente regional do INCRA/CE, Roberto Márcio Dutra Gomes.⁶⁴ No entanto a FCP já havia reconhecido e certificado como remanescente de quilombolas, em 1998, a comunidade Conceição dos Caetanos, no município de Tururu. Conforme afirma

⁶³ BRASIL. 2003. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁶⁴ Entrevista realizada com Roberto Marcio Dutra Gomes, Superintendente Regional do INCRA/CE em 25 de abril de 2016, por José Willame Felipe Alves.

Rodrigues (2016):

Ainda em 1998, a comunidade de Conceição dos Caetanos se tornaria a primeira comunidade a ser reconhecida oficialmente pelo Governo Federal Brasileiro – por meio da FCP – como “remanescente de quilombo”, a partir do Relatório Técnico-Científico produzido por Ratts. Conforme dados publicados na Revista Palmares, até o ano de 2000 apenas as comunidades de Bastiões e Conceição dos Caetanos haviam sido reconhecidas no Ceará como “remanescentes de quilombo” (RODRIGUES, 2016, p. 40).

Para Rodrigues (2016) o reconhecimento das Comunidades de remanescentes de quilombos Bastiões e Conceição dos Caetanos pela FCP foi fruto de um trabalho desenvolvido pelo pesquisador Alex Ratts, nas três últimas décadas do século XX, a frente do movimento negro do Ceará. A prioridade para Ratts (2011, p. 19-40) era tornar as comunidades negras visíveis, as quais chamou de “Agrupamentos Negros”.⁶⁵

Para Souza (2006) a cautela apresentada por Ratts ao usar a expressão “Agrupamento Negro” em vez de Comunidades de Remanescente de quilombolas, faz-se necessário observar, que:

[...] na busca por comunidades remanescentes de quilombos, o Movimento Negro estava ainda contaminado pelas teorias fundantes do mito da invisibilidade negra no Ceará. Até aquele momento, a militância negra cearense buscava a presença da população negra nos agrupamentos remanescentes de ex-escravos, ainda concebia a história e a cultura do povo negro no Ceará, de forma geral, como reminiscência da experiência da escravidão (SOUSA, 2006, p. 164).

Cabe aqui destacar que, além de estar contaminado pelo mito fundante da invisibilidade negra no Ceará, Ratts também estava atento ao processo de auto reconhecimento comunitário, que é necessário para que a comunidade tenha visibilidade como demandante de direitos. Como o critério da auto atribuição só viria a ser estabelecido em 2003, com a publicação do Decreto 4.887, o processo de reconhecimento era feito por agentes estatais, por meio de relatórios técnicos, o que aconteceu com as comunidades Conceição dos Caetanos e Bastiões, que foram reconhecidas como remanescentes de quilombolas, antes do ano 2000.

As demais comunidades negras do Ceará só tiveram seus processos abertos

⁶⁵ A expressão “Agrupamentos Negros” englobava tanto Comunidades Negras (Urbanas e Rurais) quanto remanescentes de Quilombolas.

para reconhecimento pela FCP, depois de 2005. Tendo como procedimento inicial o auto reconhecimento das comunidades e a solicitação oficial a FCP para que a mesma, por meio dos seus técnicos, confirme se as comunidades solicitantes se enquadram no que define o Decreto 4887 de 2003.

No que se refere a auto definição, no Estado do Ceará já existem 86 comunidades com seus processos em andamento, pois já se auto reconhecem como remanescentes de quilombolas. Destas comunidades, cerca de 57% estão certificadas pela FCP e 40% com seus processos tramitando no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, conforme define o Decreto 4887 de 2003:

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

Conforme afirma Roberto Gomes, o então Superintendente Regional do INCRA/CE,⁶⁶ 34 comunidades estão com seus processos em tramitação, em diversas fases, sendo que 5 estão em estágio bastante avançados, destaque para comunidade Sítio Arruda, município de Araripe. Para Gomes o processo tem várias etapas, por isso demanda tempo, por exemplo:

O processo começa com a formação da equipe interdisciplinar, composta por: antropólogo, engenheiro agrônomo, cartografo etc. Depois essa equipe vai para a comunidade com o propósito de elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que deve conter um relatório antropológico que mostre a comunidade e a região em que a mesma está inserida. Também, apresenta as relações da comunidade, observando três eixos: o processo histórico da comunidade, sua organização social e os usos produtivos e culturais que a mesma faz de seu ambiente. O foco final de tal peça técnica é no levantamento e análise das relações territoriais da comunidade, o que embasa a identificação do território proposto a titulação. Esse trabalho da equipe dura em média 10 meses. Depois vem a fase de

⁶⁶ Entrevista realizada com Roberto Gomes, em 25 de abril de 2016, por José Willame Felipe Alves.

publicidade do RTID,⁶⁷ depois vem a fase de contestações. Só, depois de todos os desembaraços vem as negociações com proprietários para as aquisições e repasses para a comunidade.

Conforme informações da CEQUIRCE, as comunidades que já se auto reconhecem como remanescentes de quilombolas, estão distribuídas no território estadual, conforme o quadro abaixo:

Quadro 02: Relação de comunidades integrantes da CEQUIRCE

Nº	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO
01	Acaraú	Córrego dos Lús
02	Aquiraz	Lagoa do R. Goiabeiras
03	Aquiraz	Pereiral
04	Aracati	Córrego de Ubaranas
05	Aracati	Cumbe
06	Araripe	Cachoeirinha/Coqueiro
07	Araripe	Sítio Arruda
08	Araripe	Campina de Fora
09	Aurora	Sítio Antas
10	Baturité	Serra do Evaristo
11	Beberibe	Caetanos
12	Beberibe	Silvino
13	Caucaia	Camará
14	Caucaia	Capuan
15	Caucaia	Coca
16	Caucaia	Boqueirãozinho
17	Caucaia	Cercadão do Dicetas
18	Caucaia	Porteiras
19	Caucaia	Serra do Juá
20	Caucaia	Caetanos em Capuan
21	Caucaia	Serra da Rajada
22	Caucaia	Serra da Conceição
23	Caucaia	Deserto

⁶⁷ Uma vez concluído o RTID, publica-se edital (resumo) no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, por duas vezes, e afixa-se na sede da prefeitura municipal onde está situado o território identificado. O Edital deverá conter informações gerais do processo, localização do território identificado e matrículas de registro de imóveis incidentes. A Superintendência Regional é responsável pela publicação, que será acompanhada por emissão de notificação a todos os ocupantes e confinantes, abrindo um prazo de 90 dias para apresentação de contestação ao RTID. Além dos interessados, deve-se encaminhar a cópia do RTID aos seguintes órgãos públicos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN); Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Em caso de sobreposição de algum interesse desses órgãos no território identificado, será aberta uma negociação na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da AGU (CCAF).

24	Coreaú/Moraújo	Timbaúba
25	Crateús	Queimadas
26	Croatá/Ipueiras	Três Irmãos
27	Cruz	Caiçara de Baixo
28	Horizonte/Pacajus	Base/Alto Alegre
29	Independência	Santa Cruz
30	Ipueiras	Sítio Trombetas
31	Ipueiras	Coité
32	Ipueiras	Cedro
33	Iracema	Bastiões
34	Itapipoca	Nazaré
35	Marco	Patriarca
36	Marco	Batoque
37	Mauriti	Extremas
38	Milhã	Barrado Juazeiro
39	Milhã	Carnaubinha
40	Monsenhor Tabosa	Boa Vista dos Rodrigues
41	Monsenhor Tabosa	São Luiz do Boqueirão
42	Morrinhos	Curralinho
43	Morrinhos	Junco Manso I
44	Novo Oriente	Minador
45	Novo Oriente	Bom Sucesso
46	Novo Oriente	Barriguda
47	Novo Oriente	Paraná
48	Novo Oriente	Santo Antonio
49	Novo Oriente	Lagoa de Dentro
50	Ocara	Lagoa das Melancias
51	Pacujá	Batoque
52	Parambu	São Gonçalo
53	Parambu	Saco Virgem
54	Parambu	Serra dos Rodrigues
55	Parambu	Serra dos Paulos
56	Poranga	Pitombeira
57	Porteiras	Souza
58	Potengi	Carcará
59	Potengi	Catolé
60	Potengi	Sassaré
61	Quiterianópolis	Gavião
62	Quiterianópolis	Fidelis
63	Quiterianópolis	Croatá
64	Quiterianópolis	Furada
65	Quiterianópolis	São Jerônimo
66	Quixadá	Sítio Veiga
67	Quixeramobim	Miarim

68	Quixeramobim	Maloca
69	Quixeramobim	Bom Futuro
70	Quixeramobim	São João Velho
71	Salitre	Sítio Quincas
72	Salitre	Serra dos Chagas
73	Salitre	Lagos dos Crioulos
74	Salitre	Arapuca
75	São Benedito	Sítio Carnaúbas II
76	Solonópole	Estrela
77	Tamboril	Barriguda
78	Tamboril	Brutos
79	Tamboril	Encantados Bom Jardim
80	Tamboril	Torres
81	Tamboril	Lagoa das Pedras
82	Tauá	Consciência Negra
83	Trairi	Beija Bode
84	Tururu	Água Preta
85	Tururu	Conceição dos Caetanos
86	Uruburetama	Serra do Ouro

Fonte: CERQUICE, em novembro de 2017.

O Quadro abaixo está no portal da FCP e mostra os municípios e as comunidades de remanescentes de quilombolas que solicitaram a certificação, os números dos processos e as datas de aberturas. O Estado do Ceará atualmente tem 49 comunidades certificadas como remanescentes de quilombolas:⁶⁸

Quadro 03 – Relação de comunidades Quilombolas no Ceará certificadas pela FCP⁶⁹

CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) NO ESTADO DO CEARÁ ATUALIZADA ATÉ A PORTARIA Nº- 268/2017, PUBLICADA NO DOU DE 02/10/2017.			
Município	Denominação da Comunidade	Nº Processo	Data da Abertura
Acaraú	Córrego dos lús	01420.006793/2014-04	05/06/2014
Aquiraz	Goiabeira	01420.002070/2005-37	01/09/2005
Aquiraz	Lagoa do Ramo	01420.002070/2005-37	01/09/2005
Aracati	Córrego de Urbaranas	01420.002944/2010-13	13/09/2010
Aracati	Cumbe	01420.014216/2014-88	07/11/2014

⁶⁸ Para a FCP os Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

⁶⁹ Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). Comunidades certificadas. <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs> - Acessado em 24 de novembro de 2017.

Araripe Salitre	Sítio Arruda	01420.000044/2009-06	08/01/2009
Baturité	Serra do Evaristo	01420.000278/2010-89	07/02/2010
Catunda Tamboril	Lagoa das Pedras	01420.000133/2007-82	24/01/2007
Caucaia	Boqueirão das Araras	01420.001103/2012-51	23/01/2012
Caucaia	Cercadão do Dicetas	01420.013928/2011-37	11/10/2011
Caucaia	Porteiras	01420.001102/2012-14	25/01/2012
Caucaia	Serra do Juá	01420.001101/2012-61	26/01/2012
Caucaia	Caetanos em Capuan	01420.008813/2011-21	04/07/2011
Caucaia	Serra da Rajada	01420.002013/2016-19	14/03/2016
Caucaia	Serra da Conceição	01420.006438/2016-99	29/06/2016
Caucaia	Deserto	01420.001595/2016-16	02/03/2016
Coreaú Moraújo	Timbaúba	01420.002179/2006-55	31/08/2006
Crateús	Queimadas	01420.000132/2005-76	26/01/2005
Croatá Ipueiras	Três Irmãos	01420.002381/2008-49	11/08/2008
Horizonte Pacajus	Alto Alegre	01420.001078/2005-86	23/05/2005
Horizonte Pacajus	Base	01420.001104/2006-57	18/05/2006
Ipueiras	Sítio Trombetas	01420.002470/2009-76	15/09/2009
Ipueiras	Coité	01420.001659/2010-85	09/06/2010
Itapipoca	Nazaré	01420.004989/2011-11	29/04/2011
Monsenhor Tabosa	Boa Vista dos Rodrigues	01420.003842/2012-87	12/02/2011
Monsenhor Tabosa	Buqueirão	01420.003791/2012-93	02/04/2012
Novo Oriente	Minador	01420.002215/2009-23	25/08/2009
Novo Oriente	Bom Sucesso	01420.000455/2010-27	01/03/2010
Novo Oriente	Barriguda	01420.001795/2009-31	22/07/2009
Ocara	Melâncias	01420.003633/2010-71	23/09/2010
Pacujá	Batoque	01420.001527/2010-53	12/07/2010
Porteiras	Souza	01420.000019/2005-91	06/01/2005
Potengi	Sítio Carcará	01420.001979/2013-88	10/12/2012
Quiterianópolis	Gavião	01420.002947/2006-71	16/11/2006
Quiterianópolis	Fidelis	01420.002948/2006-15	16/11/2006
Quiterianópolis	Croatá	01420.002950/2006-94	16/11/2006
Quiterianópolis	Furada	01420.000409/2011-17	13/01/2011
Quiterianópolis	São Jerônimo	01420.001214/2009-61	19/05/2009
Quixadá	Sítio Veiga	01420.001939/2009-50	02/07/2009
Salitre	Serra dos Chagas	01420.003507/2008-01	26/11/2008
Salitre	Renascer Lagoa dos Crioulos	01420.009890/2011-06	04/10/2010
Salitre	Nossa Senhora das Graças do Sítio Arapuça	01420.001980/2013-11	02/12/2013
São Benedito	Sítio Carnauba II	01420.015652/2012-11	22/05/2012
Tamboril	Encantados do Bom Jardim	01420.002407/2006-97	25/09/2006

Tamboril	Torres	01420.000783/2007-28	04/04/2007
Tamboril	Brutos	01420.003085/2009-46	29/10/2009
Tauá	Consciência Negra	01420.001848/2006-71	01/08/2006
Tururu	Água Preta	01420.000346/2004-61	15/06/2004
Tururu	Conceição dos Caetanos	01420.000047/1998-28	25/02/1998

Fonte: Site da Fundação Cultural Palmares

Após a certificação de que a comunidade é remanescente de quilombolas, pela FCP, passa-se à etapa de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), sobre a responsabilidade do INCRA. Das quarenta e nove comunidades que tem processos em andamento ou concluídos, trinta e quatro estão com seus processos em execução na Regional do INCRA no Ceará, conforme quadro:

Quadro 04 – Relação de comunidades Quilombolas no Ceará com processos abertos no INCRA

RELAÇÃO DOS PROCESSOS ABERTOS NO CEARÁ				
Nº	Nº Processo	Comunidade	Município	Ano de Abertura
1	54130.003558/2005-11	Água Preta	Tururu	2005
2	54130.003559/2005-58	Queimadas	Crateús	2005
3	54130.004190/2005-09	Serra dos Bastiões	Iracema/Irerê	2005
4	54130.004882/2005-49	Alto Alegre	Horizonte e Pacajus	2005
5	54130.001692/2006-51	Souza	Porteiras	2006
6	54130.001694/2006-40	Negros Timbaúba	Coreau	2006
7	54130.001695/2006-94	Conceição dos Caetanos	Tururu	2006
8	54130.001696/2006-39	Lagoa do Ramo e Goiabeira	Aquiraz	2006
9	54130.000662/2007-16	Serra dos Chagas	Salitre	2007
10	54130.000663/2007-52	Lagoa das Pedras	Tamboril	2007
11	54130.000664/2007-05	Encantado do Bom Jardim	Tamboril	2007
12	54130.000412/2008-59	Três Irmãos	Croatas/Ipueiras	2008
13	54130.000696/2008-83	Croatá	Quiterianópolis	2008
14	54130.000697/2008-69	Fidelis	Quiterianópolis	2008
15	54130.000698/2008-72	Gavião	Quiterianópolis	2008
16	54130.000699/2008-17	Consciência Negra	Tauá	2008
17	54130.000774/2008-40	Torres	Tamboril	2008
18	54130.001203/2008-22	Brutos	Tamboril	2008
19	54130.000798/2009-80	Sítio Arruda	Araripe	2009
20	54130.002017/2009-91	Minador	Novo Oriente	2009
21	54130.001213/2010-82	Sítio Trombetas	Ipueiras	2010

22	54130.003129/2010-01	Córrego de Ubaranas	Aracati	2010
23	54130.000523/2011-61	Sítio Veiga	Quixadá	2011
24	54130.001018/2011-33	Melancias	Ocara	2011
25	54130.000159/2012-10	Bom Sucesso	Novo Oriente	2012
26	54130.000544/2012-67	Boqueirão da Arara	Caucaia	2012
27	54130.000080/2012-99	Furada	Quiterianópolis	2012
28	54130.000224/2014-79	Serra do Evaristo	Baturité	2014
29	54130.000483/2014-08	Córrego dos lús	Acaraú/Cruz	2014
30	54130.000788/2014-10	Sítio Carcará	Potengi	2014
31	54130.000843/2014-63	Sítio Carnaúba II	São Benedito	2014
32	54130.001015/2014-42	Sítio Arapuça	Salitre	2014
33	54130.000417/2015-19	Cumbe	Aracati	2015
34	54130.000059/2016-17	Batoque	Pacujá	2016

Das trinta e quatro comunidades de remanescentes de quilombolas com processos em andamento no INCRA do Ceará, apenas o território Sítio Arruda, no município de Araripe, região sul do Estado, teve seu processo concluído e a Certidão de Direito Rural de Uso (CDRU) foi entregue no dia 25 de abril de 2016. Os demais estão em andamento, destes, quatro estão em fase de conclusão: Alto Alegre, Adjacências e Base, municípios de Horizonte e Pacajus; Lagoa das Pedras e Encantado do Bom Jardim, município de Tamboril; Três Irmãos, município de Croatá e Ipueiras; Brutos, município de Tamboril.

2.5 PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO CEARÁ: ANÁLISE COMPARATIVA

Neste subitem procederemos uma análise comparativa entre comunidades remanescentes de quilombos, com a perspectiva de identificar características similares, quanto as suas trajetórias de organização e quais as questões que mais as diferenciam em cada processo. Cinco comunidades foram escolhidas, tendo como critério o estado avançado de organização e implementação de direitos e, consequentemente, a quantidade de dados que sobre elas possuímos.

2.5.1 Formação Histórica

A formação histórica foi feita a partir da análise da organização das comunidades de remanescentes de quilombolas com processos de reconhecimento avançados, tendo como fonte de consultas os Laudos Antropológicos. Essas

comunidades passaram por processos semelhantes de estruturação no que se refere ao recorte temporal, mas no que se refere ao espaço geográfico e a conquista do território apresentam algumas diferenças. Passaremos a descrever as principais ações e realizações que as comunidades escolhidas vivenciaram até a sua organização atual. Selecionamos para esse exercício comparativo as seguintes comunidades: 1) Alto Alegre, Adjacências e Base, municípios de Horizonte e Pacajus; 2) Lagoa das Pedras e Encantado do Bom Jardim, município de Tamboril; 3) Três Irmãos, município de Croatá e Ipueiras; 4) Brutos, município de Tamboril e 5) Sítio Arruda, município de Araripe.

2.5.1.1 Alto Alegre, Adjacências e Base

A comunidade Alto Alegre, Adjacências e Base teve origem no século XIX, com um escravo que fugiu da Barra do Ceará, em Fortaleza, conhecido por Cazusa, que se refugiou na região e posteriormente casou-se com uma indígena da etnia paiacus, com quem constituiu uma grande descendência.

A comunidade Alto Alegre, Adjacências e Base, ao longo do século XX, foi se constituindo, ao tempo que também foi se dividindo, chegando a ter 18 pequenos proprietários, distribuídos em quatro comunidades vizinhas: Alto Alegre, Base, Caetano e Retiro, que juntas perfazem uma área 588,2774 há, conforme RTID elaborado em 2008 por Leslye Bombonato Ursini.⁷⁰

O processo de organização se deu pela mobilização de duas Associações de Moradores que, em datas diferentes, recorreram e foram atendidas pela FCP. Primeiramente, a Associação de Remanescentes do Quilombo de Alto Alegre (ARQUA), situada no município de Horizonte, região litorânea, foi oficialmente reconhecida como “remanescente de quilombo” no dia 08/06/2005, data da publicação de sua certificação no Diário Oficial da União. Posteriormente, a Associação de Remanescentes do Quilombo da Base (ARQUIBA), situada no município de Pacajus, que faz fronteira com o município de Horizonte, obteve o reconhecimento oficial da FCP no ano seguinte, no dia 07/06/2006, quando da publicação de sua certificação

⁷⁰ Nesse período a regional do INCRA no Ceará não tinha, no seu quadro funcional, um profissional com formação em antropologia. A servidora lotada no INCRA em Brasília foi designada para elaborar os Laudos Antropológicos das comunidades: Alto Alegre, Adjacências e Base. URSINI, Leslye Bombonato. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola de Alto Alegre, Adjacências e Base; municípios de Horizonte e Pacajus, Ceará. 2008.

no Diário Oficial da União, sendo que esta comunidade compreendia ainda as “Adjacências”, referindo-se às comunidades de Caetana e Retiro.

A ARQUA solicitou abertura de processo junto ao INCRA-CE, sendo atendida em 18/10/2005, de forma independente da ARQUIBA, que só teve seu processo aberto no ano seguinte, no dia 18/07/2006, que, nesta época, ainda não possuía a inscrição de seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Somente em outubro de 2008, por força da conclusão do RTID as comunidades tiveram seus processos unificados e passaram a pleitear um único território:

Após análise de todas as peças elaboradas e apresentadas que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território dos remanescentes das comunidades dos quilombos de Alto Alegre e Adjacências e Base, constituindo uma única comunidade localizada nos municípios de Pacajus e Horizonte (CE), devendo inclusive os respectivos processos que estão abertos em separado prefigurarem um único processo, os técnicos que procederam a análise das peças emitem este parecer (URSINI, 2008, p. 349).

No entanto, na conclusão do relatório antropológico surgiu a proposta de unificação do território, conforme justificativas como: a ancestralidade e o parentesco em comum, bem como o compartilhamento e os usos do mesmo território no cotidiano das famílias ali residentes. Diante das justificativas, a delimitação do território indicado foi identificado a partir da “memória e dos usos diversos que fazem da área”, ressaltando a ocupação por meio dos “aspectos econômicos, sociais e culturais ao longo do processo histórico para chegar na auto identidade da comunidade” como “remanescente de quilombo” (RODRIGUES, 2016, p. 55).

O Parecer Conclusivo do RTID, apresentou uma definição, com base no relatório antropológico elaborado por Leslye Ursini, de unificação do território e, em reunião com as respectivas comunidades, em 14 de maio de 2008, a proposta foi aceita e as delimitações foram aprovadas, ficando a área definida em 588 hectares.

Para a senhora Marleide Nascimento, líder comunitária, “os moradores só vieram a se mobilizar após tomar conhecimento dos seus direitos”. Para ela, até então, “a comunidade vivia lutando por sobrevivência, cada um trabalhava em suas atividades para criar sua família”.⁷¹ A comunidade está aguardando as negociações do INCRA com os proprietários para a posse definitiva do território, que é o grande objetivo dos quilombolas.

⁷¹ Entrevista realizada com Marleide Nascimento, por José Willame Felipe Alves em 19/11/2017.

No que se refere as atividades religiosas, Marleide, que é integrante de uma igreja evangélica, disse “que os moradores são atuantes e fervorosos em suas igrejas, pois, a maior parte é formada por católicos apostólicos romano, mas, existem muitos que frequentam igrejas evangélicas”.

Encontramos na comunidade Alto Alegre, Adjacência e Base três Igrejas Evangélicas, são: Batista, Assembleia de Deus e Congregação Cristã. Conforme informações o templo Batista foi o primeiro a ser construído. Também encontramos um terreiro de umbanda, pouco frequentado e os seus integrantes se identificam como cristãos católicos. Com a presença de religiões diversas, mesmo assim, a maioria dos remanescentes de quilombolas se identifica como católico apostólico romano. Conforme o Laudo Antropológico são várias comunidades que compõe o pleito do território e tem mais de um padroeiro. Por exemplo: no Alto Alegre, o padroeiro é São Bentinho, Santa Isabel é padroeira de Queimadas, uma comunidade adjacente. Os festejos são alusivos a Santo Antonio, tem as novenas e a missa de encerramento no dia 13 de junho. Também celebram o mês de Maria, em maio, com novenas nas residências das famílias católicas.

2.5.1.2 Lagoa das Pedras e Encantado do Bom Jardim

As Comunidades dos Remanescentes de Quilombo de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, município de Tamboril, no Estado do Ceará, são formadas por duas comunidades tradicionais negras e rurais, ambas originadas pelos descendentes de duas famílias negras da região, com ancestrais escravos. Trata-se das famílias-tronco POSSIDÔNIO e IRÉ, cujos descendentes se misturaram ao longo do tempo através de trocas matrimoniais formais e informais.

Por mais de um século de entrelaçamentos familiares entre as duas famílias POSSIDÔNIO e IRÉ e com outras famílias da região, por meio de casamentos, ou relacionamentos extras conjugais, várias mudanças aconteceram, inclusive os sobrenomes das famílias, sem que perdessem o vínculo com as origens quilombolas.

A maioria dos Possidônio assinam com o sobrenome “Ferreira dos Santos”, enquanto a maioria dos Iré assinam com o sobrenome “Ribeiro de Souza”, mas o vínculo com a ancestralidade negra e escrava está garantida não somente por esses sobrenomes, mas sobretudo pela genealogia das famílias

(MARQUES, 2009, p. 17).⁷²

A família Possidônio, conforme consta no relatório Antropológico (p. 23), teve origem em uma escravizada, por nome de Maria da Conceição, apelidada por “Prisca”. Ela foi escravizada do Tenente Coronel José Felipe Ribeiro Campos, na fazenda Campo Nobre, no município de Tamboril. Prisca era uma escrava doméstica, não tinha marido, mas teve três filhos. Um se chamava Pcedonio Ferreira Lima, do qual se originou a família Possidônio.

A família Irê, por sua vez, originou-se a partir da escravizada Maria Simplício de Sousa, apelidada por Maria Irê. A mesma foi escrava do Cel. João Carlos, na região de Serra das Matas, mais precisamente na localidade de Morros, no município de Tamboril (p. 28).

Os descendentes de Maria da Conceição (Prisca) e Maria Simplício de Sousa (Maria Irê), após suas alforrias, migraram das respectivas fazendas, onde foram escravizadas, para outras comunidades próximas, na busca de trabalhos para sobreviverem. Até então não se conheciam, mas na década de 1920 chegaram às terras do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, onde passaram a trabalhar para o proprietário Francisco Holanda Mello e depois, a partir de 1933, para o Cel. Antonio Zeferino Veras. No Bom Jardim e Lagoa das Pedras os descendentes da família Irê se misturaram com os descendentes da família Possidônio, através de trocas matrimoniais formais e informais (p. 29).

Para o antropólogo José da Guia Marques, responsável pela elaboração do RTID das Comunidades dos Remanescentes de Quilombo de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, nessa comunidade surgem fortes lideranças do movimento pela organização das comunidades no Ceará:

(...) desde que tomaram consciência de suas genealogias e da trágica realidade de seu povo, procuraram lutar pelo resgate da identidade étnico-racial e das origens históricas de suas comunidades, da ancestralidade de seus parentes e dos direitos territoriais de sua gente. Seu José Renato Ferreira dos Santos, conhecido como *Baiano*, tem sido o grande incentivador da organização do povo quilombola, não só em sua comunidade, mas no município de Tamboril e em todo o estado do Ceará. Desde 2007 lidera a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará – CEQUIRCE. (MARQUES, 2009, p. 84).

⁷² Essas informações estão no Laudo Antropológico das comunidades Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, foi elaborado por MARQUES, J. da G. Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território das comunidades de remanescentes de quilombolas Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2009.

Percebe-se que o processo de organização das Comunidades dos Remanescentes de Quilombo de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras foi motivado pelo desejo dos moradores de se reencontrarem com sua história, ou seja a história de sua ancestralidade. A defesa do resgate de uma identidade étnico-racial é uma manifestação coletiva, dado o nível de consciência dos remanescentes de quilombolas.

Para Renato Baiano, quando se refere às etapas de conquista do território, ele afirma que a comunidade sabe o que quer e conhece os seus direitos,

(...) já era uma expectativa e agora é uma grande vitória. Foi também um resgate para as famílias do que já era delas, além de contribuir para fortalecer a criação do território do nosso povo, esse nível de consciência vem da luta e da formação política que a comunidade tem. Não importa apenas conquistar o território, mas também entender que é um direito historicamente negado e que agora está assegurado na Constituição Federal de 1988.⁷³

O direito à área requisitada pelos remanescentes de quilombolas da comunidade Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, para Renato Baiano, é justo, pois as famílias Possidônio e Iré, desde a década de 30 do século XX, trabalham na área pleiteada como território quilombola. Ao longo de décadas desenvolvem atividades rurais (agricultura e pecuária), com métodos de subsistências, com foco na manutenção de suas famílias. A caça e a pesca fazem parte dessas atividades de subsistência. Para Marques (2009, p. 109), os ancestrais dessas comunidades foram expulsos, tiveram seus espaços de trabalhos reduzidos por posseiros que se dizem donos.

Conforme Renato Baiano, os descendentes das famílias tronco, após as alforrias ou a própria abolição (1884) foram se aglomerando na Fazenda Bom Jardim, trabalhando no *sistema de parceria* nas terras do Cel. Antonio Zeferino Veras.

Para os mais antigos o Coronel era como um pai. Eles eram explorados, trabalhavam três dias por semana, sem receber nada, mas mesmo assim achavam o dono da fazenda um protetor. Cel. Antonio Zeferino Veras pouco antes de sua morte decidiu doar pequenas partes de suas terras, situadas na Fazenda Bom Jardim, para 12 famílias de descendentes dos troncos familiares Possidônio e Iré, representadas por aqueles chefes de família que sempre lhe serviram e obedeceram durante todo o tempo em que viveram e trabalharam em suas terras. O dito coronel veio a falecer antes de concretizar formalmente a doação dos lotes de terras às famílias quilombolas, porém

⁷³ Entrevista realizada com Renato Baiano, por José Willame Felipe Alves em 18 de novembro de 2017,

essa doação foi concretizada e registrada em cartório pela filha e herdeira do Cel. Zeferino, Sra. Maria Antonieta Coelho Veras Sousa. Posteriormente a herdeira do Cel. Zeferino, Dona Antonieta Veras, passou a vender para terceiros as demais áreas de terras pertencentes à antiga Fazenda Bom Jardim, áreas estas que eram utilizadas tradicionalmente pelos remanescentes quilombolas para a produção de roças, caça, pesca e extrativismo, ficando os mesmos confinados em seus pequenos lotes de terras “doados” pelo coronel verbalmente e, referendados formalmente por sua filha e herdeira após a morte do coronel, e na área do Assentamento Lagoa das Pedras. Sem área de expansão e sem direito de acesso a antigas áreas de produção de roças, de caça, pesca e coleta, agora nas mãos de terceiros, os quilombolas passaram a se ressentir da falta de terra para trabalhar e para garantir a sobrevivência de suas famílias e a reprodução física, social, econômica e cultural de suas comunidades, conforme estabelece o Decreto 4.887/2003.

Os atuais Remanescentes de Quilombolas de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras reivindicam a devolução da terra ao seu domínio e posse, por entenderem que são os verdadeiros donos, pois carregam na memória coletiva as marcas da ocupação e uso do território pelos seus antepassados, que comprovam e legitimam o seu *direito de “herança”*. Para Renato Baiano, “a reconquista do território não será fácil, mas a comunidade decidiu e vamos lutar pelos nossos direitos até o fim”.

Conforme o RTID, o território proposto pela comunidade é de uma área de 1.959,74 hectares. A comunidade em assembleia aprovou a área do território e encaminhou para o INCRA/CE que terá que realizar o processo de negociação e aquisição.

Renato Baiano afirma “que a luta pela conquista do território surgiu quando a comunidade se conscientizou dos seus direitos”, também foi importante o reencontro identitário, a valorização da ancestralidade, o respeito a cultura afro e o reconhecimento da importância dos negros e negras na construção do Brasil. Hoje a comunidade reconhece e vive valores humanos que a história havia apagado da memória dos afrodescendentes cearenses.

No que se refere as questões religiosa, os remanescentes de quilombolas das comunidades de Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras se definem como católicos, mas não há nenhum templo no interior dessas comunidades. Há apenas uma pequena capela em homenagem a Santo Antonio na sede da Fazenda Bom Jardim. Conforme Baiano, “há muito tempo os atos religiosos não são realizados nela e sim no salão da associação”.

Percebemos que quilombolas, dessa comunidade são católicos, fazem

reuniões sistematicamente para o exercício de suas crenças na sede da associação comunitária, lá celebram novenas, missas, batizados, casamentos, terços, velórios ou outros rituais. Realizam anualmente, no mês de junho, o Festejo de Santo Antonio, com a realização de novenas, quermesses, partilhas. Na última noite tem uma missa e em seguida o leilão de encerramento. O festejo tradicional do padroeiro da comunidade, ocorre uma vez por ano, no mês de junho, encerrando-se no dia 13 de junho.

2.5.1.3 Três Irmãos

A Comunidade de Remanescentes de Quilombolas Três Irmãos é tradicional, negra e rural, localizada entre os municípios de Croatá e Ipueira, no Estado do Ceará, constituída pelos descendentes de duas famílias da região, com ancestrais escravos. Trata-se das famílias: ALVES DOS SANTOS (os Albano) e PEREIRA DOS SANTOS (os Ana), cujos descendentes se misturaram ao longo do tempo através de trocas matrimoniais formais e informais (MARQUES, 2010, p. 15). As misturas familiares aconteceram ao longo de gerações também com outras famílias da região, o que provocou várias mudanças, inclusive alterações de sobrenomes das famílias, sem que perdessem o vínculo com as origens quilombolas.

No que se refere à organização da comunidade dos remanescentes quilombolas de Três Irmãos, ela teve início no ano de 1983, em função da necessidade de conquistarem direitos de cidadania e de se defenderem das pressões do proprietário da Fazenda Olho D'Água da Roça/Angicos, que passou a fazer várias incursões nas áreas de posse tradicional dos quilombolas, invadindo seus plantios e suas forragens e derrubando as cercas de seus quintais, além de passar a cobrar renda de tudo que era produzido nas terras, alegando que as terras eram de sua propriedade. O propósito principal do proprietário da terra era obrigar os quilombolas a saírem de suas áreas de posse e ocupação tradicional, dentro do perímetro da Fazenda Olho D'Água da Roça/Angicos, e migrarem para outras regiões, por receio da Reforma Agrária chegar à sua fazenda.

Segundo Dona Antoniza Mateus, Presidente da Associação Quilombola da Comunidade Três Irmãos, o que levou a comunidade a se organizar foi a necessidade de se libertar do sofrimento imposto pelo proprietário atual das terras, Sr. Chagas Medeiros:

O que levou a gente (...) a essa descoberta foi (...) por meio de conflitos e sofrimentos. Que a gente já vinha sofrendo há muitos anos (...). Porque desde 83 [1983] a gente começou a sofrer as piores consequências. (...). Em relação aos mais idosos... em 83 começou quando o Chagas Medeiros começou a invadir nossos cercados, nossos plantios. A gente planta, plantava – continua ainda hoje plantando – ele... tirava renda de 4x1, como dizia que a terra era dele e confirma até hoje. E como a gente mora aqui na roça, a gente cria os animais, cria ovelhas, cria os nossos gados e a gente precisa duma forragem porque aqui é um lugar muito seco... e quando era no verão ele invadia todas essas forragens e ninguém tinha direito. Se a gente plantava roça, quando a mandioca estava bem bonita, já pra colher a farinha, ele botava o gado dentro pra comer e destruía as plantações. E aí foi quando a gente começou [a enfrentar] os sofrimentos maiores, desde 83 (p. 54).⁷⁴

Em 2003, a comunidade passou a ter o apoio da Pastoral Social da Diocese de Tianguá, através da Irmã Maria Luiza, do Coordenador da Pastoral Social, Sr. Felipe Sanches, e da Coordenadora da Cáritas Diocesana, Sra. Lourdes Camilo, que trouxeram para a comunidade um projeto de construção de cisternas, vinculado a um programa do Governo Federal, denominado *Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)*. Conseguir instalar uma cisterna mediante esse projeto na comunidade exigiu grandes esforços, pois o proprietário da Fazenda Olho D'Água da Roça/Angicos fez de tudo para impedir que a comunidade tivesse acesso a esse benefício. Segundo a presidenta da associação quilombola, Sra. Antoniza Mateus:

(...) era a Irmã Maria Luiza e o Felipe Sanches, Coordenador da Pastoral (...). Quando eles vieram pra cá pela primeira vez (...) foi a Lourdes Camila, que é animadora da Cáritas, veio em 2003, quando foi pra fazer a primeira cisterna. Aonde veio o programa do P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas, isso veio em 2003. Pra gente conseguir essas cisternas já começou assim uma luta, porque (...) quando veio as primeiras cisternas ele [o proprietário] não quis aceitar que viesse, porque disse que era um projeto do governo, que ia tomar as terras e começou já uma polêmica. Pra gente conseguir, o Presidente do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de Croatá] da época – que hoje ele já é até falecido – ele foi no Fórum [de Croatá] e conversou com o Promotor de Justiça, dizendo que aqui era uma comunidade sofrida, que não tinha benefício nenhum aqui, e que a gente estava lutando por essa cisterna. Aí disse que o promotor falou que, devido ao tempo que a gente morava aqui não precisava de nenhuma ordem judicial pra que fosse feito essa cisterna. Aí foi construída a cisterna (p. 54).⁷⁵

Diante das dificuldades no uso da terra de ocupação tradicional, dos conflitos e

⁷⁴ Entrevista realizada pelo Antropólogo José da Guia Marques. Encontra-se no Laudo Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola de Três Irmãos. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2011.

⁷⁵ Entrevista realizada em 2010, pelo Antropólogo do INCRA/CE, José da Guia Marques. Encontra-se no Laudo Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola de Brutos. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2011.

das ameaças do proprietário atual, a Pastoral Social da Diocese de Tianguá incentivou a comunidade a solicitar do INCRA uma vistoria na Fazenda Olho D'Água da Roça/Angicos, para que fosse avaliada a possibilidade de desapropriação da fazenda para fins de Reforma Agrária e a instalação de assentamento rural. O INCRA atendeu a demanda da comunidade, enviou uma equipe técnica formada por agrônomos para fazer a vistoria da fazenda, mas após o estudo agrônômico as terras foram consideradas improdutivas e inadequadas para a instalação de assentamento. Segundo Dona Antoniza, foi a própria comunidade que solicitou do INCRA a vistoria da fazenda para instalação de um assentamento, visto naquele momento como uma possível solução para os constantes conflitos com o proprietário da área:

(...) ai depois nós pedimos... do INCRA a solicitação dum Assentamento (...). Foi em 2005 [*que pedimos a vistoria*], o levantamento da área. Aí como a gente criou a Associação dos Moradores, em 2006 a gente fez o Projeto São José pra conseguir a energia elétrica, que não tinha energia elétrica na época aqui, que inclusive a nossa energia ela veio em março de 2007, foi que ela foi interligada, tem bem pouco tempo. Antes a gente usava mesmo era candeeiro, lamparina, como é conhecida na comunidade. E na época da energia, aí sim, começou a aumentar cada vez mais, posso até dizer assim: os conflitos. Por que (...) o recurso [*do Projeto São José*] não deu pra chegar [*com a energia*] até uma determinada comunidade, conhecida como Carnaúba Inlinhada, onde os filhos do Chagas Medeiros, duas filhas moram até hoje nessa comunidade. Que eles queriam que a energia fosse até lá, e o recurso não deu. E o queque eles acharam que fui eu que proibi, que não quis que essa energia chegasse até lá. Na realidade não foi, é porque o recurso não dava. Aí foi quando começou os maiores problemas. Até hoje eu sou o alvo da ira deles, porque até hoje eles acham que foi eu que não deixei a energia chegar até lá (p. 55).⁷⁶

Como a comunidade continuou em conflito com o proprietário da fazenda e continuando a enfrentar os mesmos problemas de antes da vistoria, e, considerando que as famílias tinham a posse tradicional de suas áreas de moradia e cultivo por mais de 80 anos e que tinham ancestrais escravos, a Pastoral Social da Diocese de Tianguá passou a incentivar a comunidade a lutar pelo resgate de sua história e de sua identidade étnico-racial quilombola, na perspectiva de resgatar seus direitos territoriais, com base no Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal e no Decreto 4.887/2003.

Mas somente a partir de 2005 os moradores da Comunidade Três Irmãos

⁷⁶ Entrevista realizada pelo Antropólogo José da Guia Marques. Encontra-se no Laudo Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola de Brutos. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2011.

começaram a lutar pela delimitação de um território quilombola nas áreas de ocupação tradicional da antiga Fazenda Angicos. Desde então, a comunidade vem se organizando nesse sentido, com o apoio da Pastoral Social da Diocese de Tianguá. Nos últimos anos tem contado também com o apoio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA), do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito (EFTA)⁷⁷ e do INCRA.

Segundo Izidro Alves dos Santos, antigo morador da Comunidade Três Irmãos, onde nasceu,

(...) as áreas antigas ocupadas de forma produtiva por seus ancestrais quilombolas compreendiam a todo o perímetro das terras da antiga Fazenda Angicos, de propriedade do Cel. Antonio Rodrigues de Souza, uma vez que seus ancestrais sempre trabalharam em todas essas áreas e tinham total conhecimento dos limites da fazenda.⁷⁸

A área reivindicada pelos quilombolas da Comunidade Três Irmãos é de 2.946,93 hectares, uma grande área que compreende todo o território da fazenda Olho D' Água da Roça/Angicos, onde seus ancestrais foram escravizados. Trata-se de um território que visa resgatar o espaço de uso e ocupação tradicional de seus ancestrais e que seja capaz de assegurar a reprodução física, social, econômica e cultural de todos os remanescentes quilombolas, tanto da geração presente como das gerações futuras, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 4.887/2003.

Para a presidenta da associação dos remanescentes de quilombolas Três Irmãos, a senhora Antoniza Mateus dos Santos, o processo de organização da Comunidade e a conquista do território têm sido sofridos, conforme disse no dia 20 de novembro de 2015, por ocasião do recebimento, das mãos do superintendente regional do INCRA, Roberto Gomes, do Decreto Presidencial de reconhecimento do território:

⁷⁷ O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica popular Frei Tito de Alencar - EFTA nasceu em 2000, por meio de um convênio entre o Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE), a Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE), a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará (OAB-CE), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e, posteriormente, a Universidade de Fortaleza (UNIFOR). O Escritório foi institucionalizado por meio da Lei Estadual nº 14.922, de 24 de maio de 2011 e é vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Assim, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar tem por objetivo atuar na assessoria às comunidades e movimentos sociais, por meio da práxis da Assessoria Jurídica Popular.

⁷⁸ Entrevista realizada com senhor Izidro Alves dos Santos, em 2010, por José da Guia Marques.

O decreto foi um grande sonho realizado, resultado de uma luta de oito anos, cheia de ameaças. Mas seguimos de cabeça erguida e podemos dizer que hoje quebramos as correntes das senzalas que nos prendiam, hoje a comunidade se sente livre.⁷⁹

A conquista do território é para Antoniza como uma segunda abolição, “ser livre é também ter o direito de viver dignamente e poder construir sonhos e não mais se sujeitar aos senhores que ainda hoje acham que são nossos donos”.

Na perspectiva religiosa os moradores se identificam como católicos apostólicos romanos. Na comunidade não tem templo, mas eles se reúnem nas cassas, para às celebrações como: novenas, terços e missas. Os festejos são realizados no mês de maio alusivo à padroeira Nossa Senhora de Fátima, em parceria com os moradores da sede do distrito de Santa Tereza, quando rezam o terço em família com a presença da imagem, que peregrina pelas casas da comunidade, onde pernoitando uma vez por residência. Ao final do mês de maio, a imagem de Nossa Senhora de Fátima é devolvida para a capela do Distrito de Santa Tereza.

2.5.1.4 Brutos

No que se refere à organização comunitária, os remanescentes quilombolas de Brutos, começaram a se mobilizar no ano de 2003, em função da luta pelo resgate de sua história e de sua identidade étnico-racial. Nesse ano, a comunidade recebeu a visita da Irmã Irene, uma freira alemã da Paróquia de Tamboril, que estimulou a comunidade a fazer celebrações religiosas e a refletir sobre as condições sociais e a trajetória histórica das famílias. Antes da visita da freira, a comunidade já celebrava o Mês de Maria (maio), sob a liderança do animador leigo Chico Maciel, que rezava terços e fazia novenas de casa em casa. O senhor Chico Maciel, em sua época, já alertava sobre a importância da comunidade lutar por seus direitos. Muitas famílias não tinham energia elétrica e suas noites eram clareadas a base de lamparinas.⁸⁰

A partir da visita da Irmã Irene, a comunidade passou a celebrar a Campanha da Fraternidade. Nessas celebrações passou-se a se refletir sobre os direitos de

⁷⁹Áreas serão desapropriadas para criação de dois territórios quilombolas no Ceará, 24/11/2015. <http://www.incra.gov.br/noticias/areas-serao-desapropriadas-para-criacao-de-dois-territorios-quilombolas-no-ceara>, acessado em 23 de novembro de 2017.

⁸⁰ Lamparinas são luzes que acendem para clarear e usa, como combustível, querosene, óleo diesel ou azeites. Antes da descoberta da energia elétrica era comum o uso em todas os espaços de convivência noturna. Atualmente ainda se usa no sertão nordestino, principalmente nas residências de famílias da classe economicamente baixa, que moram na zona rural.

cidadania dos moradores. Até então, a comunidade não tinha transporte escolar, não tinha água, nem luz, os moradores se sentiam abandonados pelo poder público. Falando sobre a atuação da freira católica na comunidade, a presidente da Associação Quilombola, Ana da Silva Moreira (*vulgo* Diana), afirmou o seguinte:

(...) foi quando a Irmã Irene chegou e começou a dar uma força pra gente, foi quando a gente começou a buscar se informar de políticas públicas para as famílias pobres. Pra gente ir pra rua, a gente precisava deixar os filhos da gente na escola de bicicleta ou a pé, não tinha ainda o transporte escolar. A Irmã foi alertando a gente pra gente buscar nossos direitos e o pessoal começou a se interessar. A partir daí a gente começou a montar grupos de primeira comunhão, de dança, de capoeira, quadrilha junina, etc. De lá pra cá a comunidade só tem crescido (MARQUES, p. 45).⁸¹

No final de 2004 a comunidade recebeu a visita da professora Sabina de Matos Pires, filha de Tamboril, que morava e estudava em Fortaleza. Ela estava fazendo um trabalho acadêmico a respeito de relações étnicas e veio à Comunidade de Brutos para pesquisar sobre as raízes históricas e culturais da comunidade. Conforme relato dos moradores, a professora Sabina teria sido a primeira a despertar a questão da negritude dentro da comunidade e a estimular as famílias a fazerem o resgate de suas origens, sua história e sua genealogia (MARQUES, p. 45).

Mas somente a partir de 2005 a comunidade começou a lutar pela demarcação de um território quilombola nas áreas de ocupação tradicional das famílias-tronco. Desde então, a comunidade vem se organizando nesse sentido, com apoio da Paróquia de Tamboril e da CEQUIRCE. Nos últimos anos tem contado também com o apoio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA), do INCRA e da Prefeitura de Tamboril, a partir da gestão do atual prefeito, Sr. José Jeová Souto Mota.

No dia 30 de julho de 2008 foi fundada a Associação Quilombola dos Moradores de Brutos, que passou a representar os moradores junto aos órgãos governamentais e a lutar pela demarcação do território quilombola. Durante esse processo de resgate e reconstrução da identidade, os remanescentes quilombolas foram se fortalecendo pela participação de representantes da comunidade nos eventos promovidos pelo movimento quilombola em nível estadual e nacional. Também foi se fortalecendo pelas respostas dos órgãos competentes às suas demandas, a exemplo da Fundação

⁸¹ Entrevista realizada pelo Antropólogo José da Guia Marques. Encontra-se no Laudo Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola de Brutos. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2011.

Cultural Palmares e do INCRA.

Em 03 de junho de 2008 a comunidade encaminhou requerimento à Superintendência Regional do INCRA no Ceará, solicitando a abertura de processo de reconhecimento, identificação, demarcação e titulação do território quilombola de Brutos.

Em setembro de 2010 a equipe técnica do INCRA-CE iniciou estudos antropológicos, agrônômicos e topográficos de campo, com o objetivo de produzir o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território Quilombola de Brutos, em cumprimento à Ordem de Serviço nº 14/2009, de 30/03/2009.

Em dezembro de 2009 a Associação Quilombola dos Moradores de Brutos encaminhou à Fundação Cultural Palmares a solicitação de registro e da certidão de auto reconhecimento da comunidade como comunidade quilombola, sendo expedida a Certidão de Auto Reconhecimento pela FCP em 16 de março de 2010.

Ao longo dos últimos anos têm sido realizados alguns eventos importantes no interior da comunidade de Brutos, principalmente o “Dia da Consciência Negra”, que tem sido comemorado todos os anos, desde 2005, com celebração de missa e atividades culturais. A partir de 2008 passou-se a realizar no Dia da Consciência Negra, um concurso de beleza com a escolha da “Mais Bela Negra”.⁸²

Um outro importante evento realizado na Comunidade de Brutos foi o 6º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará, em março de 2008, com a participação de várias comunidades quilombolas cearenses e com o objetivo de fortalecer e tornar visível o trabalho realizado pela CEQUIRCE.

Conforme o coordenador da CEQUIRCE, Renato Baiano, as lideranças da Comunidade de Brutos têm uma participação efetiva na organização do movimento quilombola do Ceará, além de estarem integradas na causa e sempre participando dos eventos promovidos por entidades governamentais e não governamentais, voltados para a discussão da temática quilombola.

De 10 a 13 de fevereiro de 2011 foi realizado o 10º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará, na Comunidade de Lagoa dos Crioulos, no

⁸² Chama a atenção a questão da valorização da estética negra na afirmação étnico-racial das comunidades afro-brasileiras. Vários clubes, distribuídos por todo o território nacional, investiram nesse tipo de atividade, procurando ganhar visibilidade e inserindo em suas agendas político-culturais a quebra dos estereótipos negativos ligados a cor negra. Ver: BRAGA, Amanda. História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas. São Carlos, EDuFscar, 2015; NASCIMENTO, Giovanna Xavier da Conceição. Brancas de Almas Negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese de Doutorado. Campinas, PPGH/Unicamp, 2012.

município de Salitre.⁸³ O evento foi coordenado pela CEQUIRCE, que teve como objetivo fortalecer a articulação política, social e cultural entre as comunidades quilombolas, ocasião em que foi fundado o Instituto Quilombola Rural do Ceará - IQUIRCE, tendo sido escolhida como sede do Instituto a cidade de Tamboril e como presidente da entidade a Sra. Ana da Silva Moreira (vulgo Diana), atual presidente da Associação Quilombola dos Moradores de Brutos.

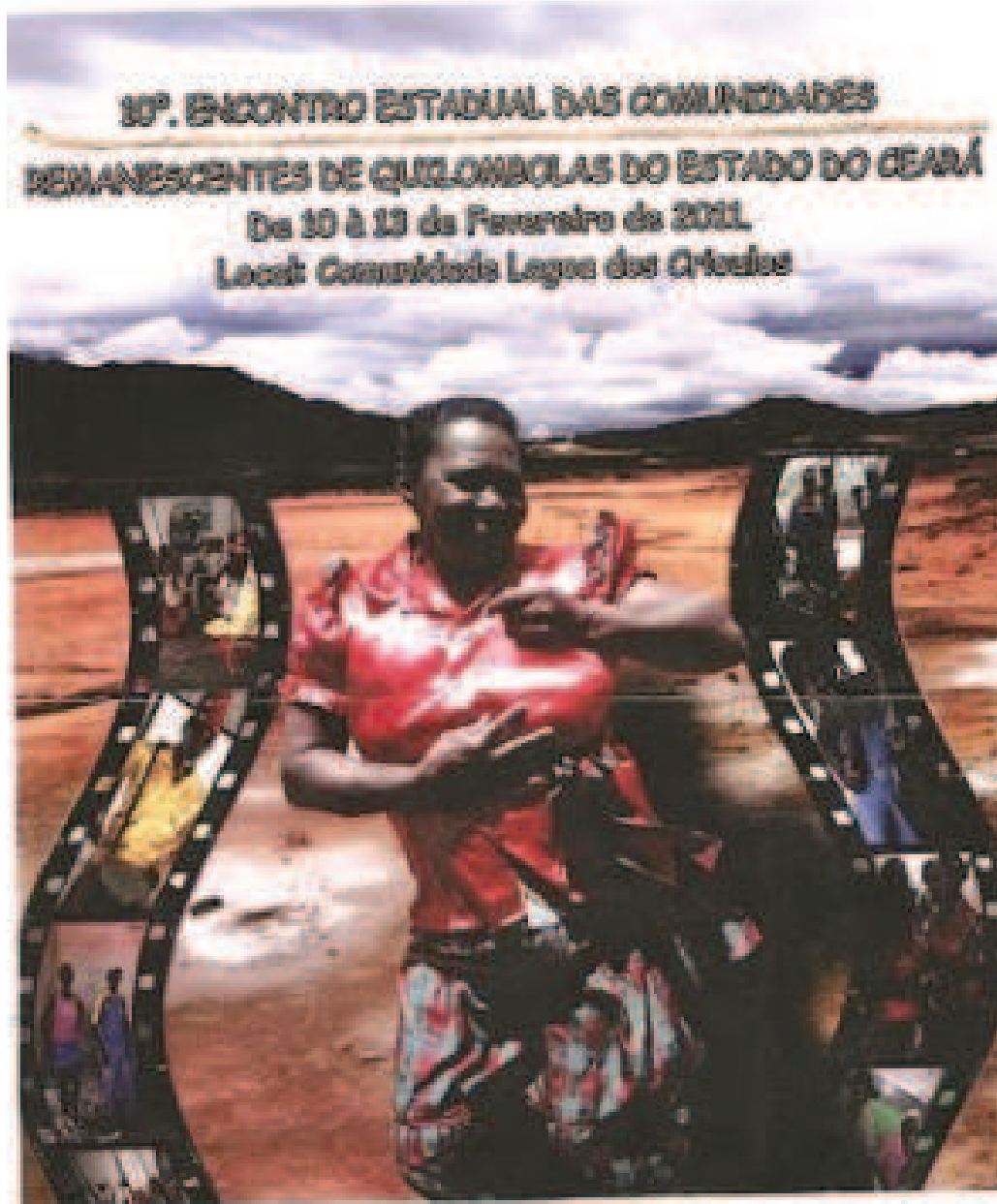


Foto 02: Cartaz de divulgação do 10º Encontro de Comunidades Negras no Ceará.

⁸³ Comunidades Quilombolas se reúnem em Salitre. www.sda.ce.gov.br/index.../43858-comunidades-quilombolas-se-reunem-em-salitre. Acessado em 05 de fevereiro de 2018.

A abertura do evento contou com a participação de vários segmentos culturais, além de representantes dos governos municipais, estaduais e federais, e de Comunidades Quilombolas de outros municípios, como Araripe, Potengi, Itapipoca, Tururu, Caucaia e Quixadá.

O Secretário de Educação Miguel Antonio da Silva, representando o Prefeito de Salitre Agenor Ribeiro na abertura do 10º encontro falou da importância da luta pelo reconhecimento dessa gente que busca uma realidade, que é a de viver com dignidade. Para o secretário, a administração salitreense tem apoiado a comunidade de Lagoa dos Crioulos, bem como as demais, com a implementação de políticas públicas voltadas para o bem-estar social, como Calçamentos, Energias, Centro Educacional, PSF, cisternas e Assistência Social.⁸⁴

Por ocasião do 10º encontro, o INCRA, através do então Superintendente Raimundo Amadeu Freitas, entregou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades da Serra dos Chagas e do Sítio Arruda, no qual são identificados os imóveis rurais dentro do perímetro da comunidade quilombola.⁸⁵

Para Lourenço, líder comunitário do Sítio Arruda, a realização do encontro na Região do Cariri Cearense trouxe ânimo para as comunidades e o fortalecimento do movimento quilombola, “pois várias lideranças estiveram presentes e manifestaram apoio a nossa luta. Na oportunidade recebemos o RTID que foi para a comunidade do Sítio Arruda a certeza da conquista do território, tão esperado por todos”.⁸⁶

No que se refere as questões de religiosidade, os remanescentes de quilombolas de Brutos se definem como católicos apostólicos romanos, no entanto, não há nenhum templo católico no interior da comunidade. Há apenas um pequeno “santuário”, em homenagem à padroeira, Nossa Senhora de Fátima. Os moradores exercitam suas crenças em reuniões na casa da presidenta da associação e/ou em alguma outra residência para celebração de atividades, como: novenas, missas, batizados, casamentos, terços, velórios ou outros rituais. Realizam anualmente, no mês de maio, o festejo alusivo à Santa padroeira, com atividades como: novenas, batizados, quermesses e enceram com uma missa campal, no último dia do mês.

⁸⁴ *Comunidades quilombolas reunidas em Salitre.*

<http://tresfronteirasam.com.br/radio/noticias.php?noticia=416>. Acessado em 05 de fevereiro de 2018.

⁸⁵ *Comunidades quilombolas reunidas em Salitre.*

<http://tresfronteirasam.com.br/radio/noticias.php?noticia=416>. Acessado em 05 de fevereiro de 2018.

⁸⁶ Entrevista realizada com o Sr. Severino Caetano de Souza, em 25 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

2.5.1.5 Sítio Arruda

O Sítio Arruda é uma comunidade de remanescentes de quilombolas e tem origem em três famílias negras tradicionais, tendo sua organização como associação comunitária, no ano de 1982. Os quilombolas vieram do Sítio Alto dos Grossos, a uma distância de 12 km.⁸⁷

O processo de organização, conforme Severino Caetano de Souza (47 anos),⁸⁸ líder comunitário, deu-se da seguinte maneira: “no início nós não éramos conhecidos como remanescentes de quilombolas, era só como uma comunidade de negros e negras”. Já o senhor Antonio José do Nascimento (74 anos),⁸⁹ líder comunitário responsável pela aquisição de parte da atual propriedade rural que eles moram, disse que: “o grande objetivo de se mudar para o Sítio Arruda foi procurar um lugar melhor para sobreviver, pois, o Alto dos Grossos não estava mais suportando as famílias”.

Percebe-se que esta comunidade, como a maioria das outras, gerenciava suas demandas cotidianas através de uma auto percepção enquanto coletividade dotada de ancestralidade comum. Tais identificações passaram por um processo de ressignificação no contato com o movimento negro e quilombola, percebendo que as suas carências cotidianas eram dependentes de instâncias políticas e públicas, com as quais passou a dialogar expressando as suas reivindicações e reparações de direitos.

No que se refere à organização formal da comunidade de remanescentes de quilombolas, o grupo começou a se organizar já nos anos 2000, em função da luta pela regularização e ampliação de suas terras. Conforme afirma Marques (2010):⁹⁰

Desde o ano de 2005, a comunidade vem se organizando nesse sentido, com apoio e incentivo da Associação Cristã de Base (ACB), do Crato, do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), de Araripe, da Prefeitura de Araripe, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araripe e do Vereador Antonio Silvio Pinto, da Câmara Municipal de Salitre (MARQUES, 2010, p. 49).

⁸⁷ Sendo essa comunidade o tema principal desta tese, aqui apenas traçaremos alguns elementos básicos de sua história e organização. No próximo capítulo essa comunidade será descrita e analisada com mais detalhamento.

⁸⁸ Entrevista realizada com o Sr. Severino Caetano de Souza, em 25 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

⁸⁹ Entrevista realizada com o Sr. Antonio José do Nascimento, em 25 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

⁹⁰ Essas informações estão no Laudo Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade de remanescentes de quilombolas Sítio Arruda. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2010.

Em 2005, a Coordenadora do CRAS de Araripe, a assistente social Maria Albaneide Fortaleza, iniciou um trabalho social junto à Comunidade Sítio Arruda, para referenciar a comunidade junto ao Cadastro Geral do CRAS e incentivou a comunidade a se organizar como comunidade quilombola, modificando assim a natureza da associação comunitária.

A partir da intervenção do CRAS junto à comunidade, os moradores passaram a ter mais acesso às políticas públicas de saúde, educação, assistência social, assistência agrícola, graças às parcerias estabelecidas pelo CRAS com outras secretarias municipais. Chegaram na comunidade, por exemplo, o programa de construção de cisternas e o Programa Luz para Todos, que contribuíram para melhorar as condições de vida da população, que passou a ter acesso a água das cisternas de placa e a energia elétrica.

Conforme afirma a secretária da Associação Quilombola, a professora Fátima Lourenço, a tomada de consciência e luta pelo resgate da identidade étnico-racial da comunidade Sítio Arruda, surgiu no início de 2007, a partir da participação de representantes da comunidade nos eventos do movimento negro do Cariri, depois a comunidade passou a ter apoio do CRAS, do Prefeito Municipal de Araripe, Sr. Humberto.

Surgiu através de reunião. A gente ia a reunião no Crato, em Juazeiro... aí participamos de uma reunião de negros lá no Crato (...) trazendo essa orientação [do movimento negro] a gente se orientou com o pessoal de Araripe, com a Adriana do CRAS e ela veio. Dr. Humberto [o prefeito] na época deu muita força pra que a gente montasse essa associação. (...) A gente orientando a comunidade, eu tendo um conhecimento maior, aí a gente findou montando essa associação. E até hoje a gente está continuando. (...) começou entre eu, o Severino (presidente da associação), o CRAS e o Prefeito Municipal (MARQUES, 2010, p. 50).

No dia 12 de abril de 2006 criaram a Associação Comunitária do Sítio Arruda, com o objetivo de “promover reuniões, estudos, encontros, debates e palestras com o fim de promover o desenvolvimento sociocultural e político da comunidade”. No dia 27 de novembro de 2007, a comunidade decidiu em Assembleia Geral se auto reconhecer como comunidade remanescente de quilombo e alterar o estatuto da Associação Comunitária do Sítio Arruda, que passou a ser denominada Associação Quilombola do Sítio Arruda.

Em 09 de julho de 2008, o Prefeito Municipal de Araripe, Sr. Francisco Humberto de Menezes Bezerra, assinou a Lei Municipal nº 853/2008, reconhecendo de Utilidade Pública a Associação Quilombola do Sítio Arruda.

No ano de 2009 a comunidade encaminhou para a Fundação Cultural Palmares um abaixo-assinado solicitando a Certidão de Auto Reconhecimento da comunidade como comunidade quilombola. A respectiva Certidão foi expedida em 02 de março de 2009 e em 7 de abril de 2009 a comunidade encaminhou ao INCRA uma solicitação de reconhecimento e demarcação de seu território, sendo que no dia 15 de abril de 2009, o INCRA instaurou um procedimento administrativo com tal finalidade.

Em 20 de julho de 2009, o Superintendente do INCRA no Ceará assinou a Ordem de Serviço nº 71/2009, através da qual designou uma Equipe Técnica, composta por um antropólogo, dois agrônomos, um geógrafo, dois procuradores federais, um economista e um assistente administrativa, com o objetivo de desenvolver pesquisas de campo e elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território pleiteado pela Comunidade Quilombola Sítio Arruda. Os trabalhos de campo se iniciaram em fevereiro de 2010 e foram concluídos em setembro do mesmo ano.

No período de 23 de fevereiro de 2010, a equipe técnica do INCRA iniciou os estudos preliminares para identificação e delimitação das terras ocupadas pelos remanescentes do Quilombo Sítio Arruda, tendo sido iniciado também o cadastro das famílias quilombolas e não-quilombolas e o levantamento da cadeia dominial, além da delimitação da área pleiteada. Desde o ano de 2006 as lideranças quilombolas da Comunidade Sítio Arruda vem participando ativamente de eventos promovidos por entidades governamentais e não governamentais, voltados para a discussão da temática quilombola, além de estarem se integrando atualmente às atividades do Movimento Quilombola em nível estadual.

A luta da comunidade de remanescente de quilombola Sítio Arruda pela conquista do território foi coroada com êxito, pois, no dia 25 de abril de 2016, o Presidente da Associação, Antônio Silva Cruz, recebeu das mãos do Superintendente Regional do Incra no Ceará, Roberto Gomes, a Certidão de Direito Rural de Uso (CDRU).



Foto 03: Antônio (presidente), Roberto Gomes (superintendente) e Márcio (orador)⁹¹

Fonte: José Willame Felipe Alves

Um momento de grande alegria, afirma Roberto Gomes, “vejo um sonho realizado de muitos seres humanos. É um ato de reparação histórica, nesse momento é feito justiça com essa gente”. Ao se dirigir aos colegas de trabalho, disse que, “também para nós que representamos o INCRA/CE, é a realização de um feito histórico, a comunidade de remanescente de quilombolas Sítio Arruda é a primeira de muitas que irão ter os seus direitos, de fato garantidos, a conquista de seus territórios”.

Para o Antropólogo José da Guia Marques, responsável pela elaboração do RTID do Sítio Arruda, “a caminhada até a entrega da certidão é muito longa, a equipe é pequena e as demandas são muitas”. Ele reconhece a dificuldade de se realizar os trabalhos nas comunidades de remanescentes de quilombolas, conforme define o Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para

⁹¹ O Jovem José Lourenço de Souza (Márcio), orador representa a comunidade quilombola do Sítio Arruda nos agradecimentos por receber do Superintendente do INCRA, Roberto Gomes, a Certidão que assegura o direito ao uso da terra requerida.

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. “Mas quando o trabalho chega ao seu final é muito gratificante. No Sítio Arruda, são quase 180 pessoas felizes por um sonho realizado e eu com a consciência tranquila do dever cumprido”.



Foto 04: Marques (antropólogo), Antônio (presidente)⁹² e Willame (pesquisador)

Fonte: José Willame Felipe Alves

Para o presidente da Associação quilombola do Sítio Arruda a CDRU é o documento mais importante para a comunidade, “ela é fruto de muita luta, são quase 10 anos que nós estamos correndo atrás. Aproveito para agradecer a insistência do ex-presidente Caetano, as lideranças da comunidade e aos meus irmãos quilombolas que nunca perderam a esperança de alcançarmos dias melhores”.

Percebe-se a grande satisfação de todos os envolvidos nessa conquista, incluindo os servidores públicos federais do INCRA/CE, que viram o primeiro resultado efetivo dos seus trabalhos, pois duas propriedades foram desapropriadas e

⁹² O presidente mostra a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) como um troféu, fruto de muitos anos de insistência dos quilombolas do Sítio Arruda.

indenizadas para integrarem o território requerido, além da comunidade quilombola, que recebeu de direito a área rural que eles trabalharam ao longo de gerações, mas que não lhes pertenciam.

2.5.2 Análise comparativa

As comunidades quilombolas analisadas são: Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, município de Tamboril; Alto Alegre e Base, municípios de Horizonte e Pacajus; Brutos, município de Tamboril; Três Irmãos, município de Croatá e Sítio Arruda, município de Araripe, todas apresentam processos de organizações semelhantes. Para o líder do movimento quilombola no Ceará, Renato Baiano, os remanescentes de escravizados foram mobilizados, de forma mais intensa, na primeira década do século XXI, após a publicação do Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Percebe-se que as reivindicações das comunidades negras quilombolas são as mesmas, todas lutam pela regularização fundiária de suas terras e preservação de suas famílias, e têm como foco principal o acesso à terra, a formação de famílias, a autonomia na vida cotidiana, o controle dos meios de produção e do processo de trabalho. Nesse sentido, terra, família e trabalho são os objetivos primazes e as bandeiras de luta dos quilombolas.

No que se refere a luta pela terra, as comunidades a veem como prioridade. Para Severino Caetano,⁹³ líder da comunidade Sítio Arruda, a terra representa a vida do quilombola. Pois, o remanescente de escravizado é primeiramente um camponês.

Para Castro(2012):⁹⁴

As comunidades remanescentes de quilombos são acima de tudo, comunidades de agricultores, antes escravizados e depois auto liberados por suas lutas de resistência, hoje voltados para a sua subsistência. Além de ser

⁹³ Entrevista realizada com o Sr. Severino Caetano de Souza, em 25 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

⁹⁴ Ubiratan Castro de Araújo. Ex-presidente da FCP. No primeiro mandato do presidente Lula, com Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, o professor assume a presidência da Fundação Cultural Palmares. A sua gestão destaca-se como referência na luta em prol da demarcação das comunidades quilombolas e afirmação da cultura negra, além de outras fundamentais ações, como a busca de ferramentas para consolidar a lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras em todos os níveis escolares.

o suporte indispensável à sobrevivência econômica, a terra dos pretos é o espaço onde se projeta a identidade étnica e a solidariedade comunal. Lá estão enterrados os mortos, lá estão plantadas as ervas medicinais e mágicas, lá estão os locais de oferendas religiosas, lá estão as âncoras da memória das comunidades. Por isso, além de terras de produção, as terras de pretos são territórios de memória e de identidade.⁹⁵

Sob o ponto de vista das lideranças dos quilombolas, a questão principal que se coloca é a garantia do acesso à terra. Para eles a relação com a terra transcende a questão produtiva, é mais do que um bem econômico. Terra e identidade, para essas comunidades, estão intimamente relacionadas. A partir da terra se constituem as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e imateriais. Através da terra as famílias são reconstruídas, as relações são fortalecidas e o espírito comunitário mantido.

A família se apresenta como um outro elemento de análise comparativa indicado pelos quilombolas. Falar dos ancestrais é motivo de alegria no meio da comunidade. As gerações mais novas são contagiadas pela memória dos idosos. É percebida uma atuação preponderante das mulheres na preservação e manutenção das famílias. Para Fátima Lourenço “as mulheres, também, são responsáveis pelo equilíbrio das famílias, a educação, as crenças religiosas e a formação da identidade dos quilombolas”.

As mulheres têm uma grande importância na organização das comunidades, são responsáveis pelas atividades religiosas e estão a frente das manifestações culturais. Nas cinco comunidades analisadas as mulheres têm uma forte participação nas diretórias das associações. Renato Baiano afirma que associações quilombolas que integram a CEQUIRCE, seguem a orientação de dividir os cargos da diretoria por sexo: homens 50% e mulheres 50%, “mas o que se vê no momento é que elas tão tomando conta. Se não fosse as mulheres as comunidades não avançavam”.

Percebe-se, em cada comunidade pesquisada, que as mulheres estão na liderança, desenvolvendo várias atividades, como: religiosas, trabalhadoras das esferas domésticas, agrícolas e pecuárias. Fatima Lourenço afirma “que mulheres nas comunidades quilombolas do Ceará são responsáveis por uma boa parte da renda familiar, com suas diversas atividades, desde a agricultura até o serviço público, como

⁹⁵ Em entrevista a FCP, por Daiane Souza e Drielly Jardim. Tema: Quilombos: territórios de memória e de identidade. 2012. <http://www.palmares.gov.br/archives/19174>. Acessado em 30/10/2017.

é o meu caso, sou professora da rede pública municipal”. Destaque-se que, como foi evidenciado na descrição das comunidades, personagens femininos atuando como assistentes sociais e professoras, fornecem para as comunidades o acesso à cultura escrita e desta forma facilitam a formatação de agendas reivindicatórias e potencializam a sua resolução através do diálogo com instâncias governamentais.

Com relação aos trabalhos desenvolvidos nas comunidades, algumas mudanças vêm acontecendo. Para Fernando Baiano, “antes a base era a agricultura de subsistência, todo sustento das famílias vinha do campo, produzido pelos próprios moradores”. O que se percebe atualmente são outras atividades rentáveis sendo desenvolvidas nas comunidades. Renato explica que são projetos conquistados, depois da organização do movimento quilombolas, “as coisas mudaram e novas atividades rentáveis são desenvolvidas com apoio de projetos, como o Zumbi⁹⁶ que está em várias comunidades, num valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), implantando mini padarias, fábricas de confecções comunitária, dentre outros”.

Um outro importante projeto é o Paulo Freire⁹⁷ que é implantado nas comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Para Fátima Lourenço esse projeto vem mudando a realidade das comunidades. “Aqui no Sítio Arruda tem um técnico duas vezes por semana acompanhando dois pequenos projetos, um de bordado e outro de cabras leiteiras”. As famílias estão envolvidas na produção e comercialização na comunidade e na sede do município de Araripe. O que se percebe são ações que buscam desenvolver as potencialidades dos remanescentes de escravizados favorecendo o combate à miséria e minimizando as desigualdades sociais.

Percebe-se, que o processo de organização e as atividades desenvolvidas para manutenção das vidas dos quilombolas são comuns nas cinco comunidades. O que o movimento das comunidades de remanescentes de quilombolas no Ceará vem mostrando na atualidade é uma unidade. Graças as dificuldades impostas pelo

⁹⁶ O Projeto Zumbi é uma ação do Governo do Estado do Ceará, através da Secretária de Desenvolvimento Agrário, que é desenvolvido em 40 comunidades quilombolas por meio de projetos produtivos. O investimento é oriundo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e contempla projetos produtivos na área de artesanato, confecção de roupas íntimas e produção de alimentos.

⁹⁷ Projeto Paulo Freire constitui uma importante contribuição da SDA ao processo de melhoria da qualidade de vida da população rural cearense. O objetivo do projeto é reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares de 31 municípios cearenses, através do desenvolvimento do capital social e humano e da produção sustentável para aumento da renda a partir de fontes agrícolas e não agrícolas com foco prioritário nos jovens e mulheres.

sistema e falta de interesse da classe dominante, a única possibilidade de se conquistar definitivamente os direitos constitucionalmente assegurados é por meio da luta e da resistência, o que eles sabem fazer muito bem.

CAPÍTULO III

3 ORGANIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA - SÍTIO ARRUDA

Nesse capítulo evidenciaremos a comunidade quilombola Sítio Arruda, seu processo histórico de gênese, sua manutenção e permanência até hoje. Por meio da memória das lideranças foi feito um relato desde o tempo da vida em cativeiro até os dias atuais, revisitando e compreendendo essa comunidade como remanescente de quilombo, segundo os conceitos atuais, como se originou, se organiza e se mantém.

É enfatizada a relevância deste tipo de abordagem, observando, sobretudo, como o processo de organização das comunidades quilombolas vem mudando, em um processo de evolução interessante, já que, tanto em relação à formação dos quilombos como das comunidades remanescentes destes, a fuga e ocupação de lugares isolados eram as formas mais comuns. No entanto, acompanhando o que aborda Cantanhede Filho (2006, p. 17 e 18),⁹⁸ com o tempo passou a haver um deslocamento da ideia de fuga para a ideia de autonomia no processo produtivo. Ou, como diz a antropóloga Ilka Boaventura Leite, configura-se nessas comunidades uma *resistência pela permanência*, já que o acesso à posse fundiária e a autonomia laboral passam pela luta pela manutenção daquele *território negro*.⁹⁹ Assim como outras comunidades remanescentes de quilombos, o Sítio Saracura constituiu-se “a partir de uma formação social e histórica singular, através dos laços de parentesco, de uma memória e cotidiano comuns, configurando o que Bandeira (1988) denominou ‘territorialidade negra’” (LEITE, 2000: p. 22).

A principal metodologia utilizada é a história oral, visto que as informações acerca da comunidade pesquisada são de pouco conhecimento do universo acadêmico e com pouco registros escritos. O registro da memória é relatado por meio de depoimentos daqueles que conhecem e se reconhecem no passado comunitário e no presente das famílias integrantes da comunidade pesquisada.

⁹⁸ Ver: CATANHEDE FILHO, Aniceto. A pesquisa antropológica nos quilombos: uma experiência. In: O INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas: Algumas Experiências. Brasília: NEAD Debate, 2006.

⁹⁹ Ver: LEITE, Ilka Boaventura. Comunidade de Casca: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Antropologia, 2000; NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas.

Diante desta compreensão, busca-se, prioritariamente, por meio de relatos das lideranças e com o auxílio de documentos (Laudo Antropológico, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, livro de Atas da Associação Quilombola do Sítio Arruda) analisar toda a dinâmica de criação, organização, manutenção e desenvolvimento da comunidade pesquisada.

Foram realizadas sete entrevistas com as lideranças, sendo três homens e quatro mulheres, distribuídas em três gerações. Na primeira geração foi ouvida Raimunda Verônica do Nascimento, senhora analfabeta, 81 anos, líder das famílias Pereira da Silva e Nascimento, detentora de vasto conhecimento de sua ancestralidade; Maria Caetano de Souza, senhora analfabeta, 78 anos, descendente da família Caetano de Souza, detentora da memória dos seus ancestrais, desde o cativo e Antonio José do Nascimento, 74 anos, liderança responsável pela venda da antiga propriedade no Alto dos Grossos e a compra de parte da atual propriedade rural no Sítio Arruda, músico integrante da Banda Cabaçal da comunidade. Na segunda geração foram ouvidas a senhora Antonia Pereira de Alencar, 47 anos, liderança religiosa, uma das responsáveis pela coordenação dos festejos e Severino Caetano de Souza, 48 anos, considerado pela comunidade como a maior liderança, descendente das três famílias, primeiro presidente da associação e responsável pela organização formal do Quilombo. Na terceira geração foram ouvidas Maria de Fátima Lourenço Bispo, 34 anos, professora da Escola de Ensino Fundamental Santa Verônica, na própria comunidade, com formação superior, secretária da associação e Antonio Silva Cruz, 35 anos, atual presidente da Associação.¹⁰⁰

Com o objetivo de não valorizar o preconceito linguístico tão presente em nossa sociedade, especificamente no Nordeste, o pesquisador optou por grafar corretamente as falas dos entrevistados. Não interferindo na sintaxe, na fluidez e na estrutura dos discursos. Buscou-se reconhecer a intenção das falas, a sequência lógica e o conteúdo que cada entrevistado deu aos questionamentos feitos pelo pesquisador, no intuito de atender a problematização da temática em foco.

3.1 LOCALIZAÇÃO

A comunidade quilombola Sítio Arruda está localizada entre os municípios de Araripe e Salitre, na região sul do Ceará, na chapada do Araripe, a uma distância de

¹⁰⁰ As fotos das sete lideranças estão no final deste capítulo.

17 km da sede do município de Araripe e a 526 km de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Mapa 1 - Localização da comunidade quilombola Sítio Arruda, no Estado do Ceará.¹⁰¹



A região na qual está localizada essa comunidade remanescente de quilombos, habitada por descendentes de africanos escravizados, se localiza no Cariri cearense, região composta por 27 municípios. Conforme dados da FCP, seis comunidades já foram certificadas, nesta região, pela referida fundação, sendo elas:

¹⁰¹ Mapa que indica as comunidades quilombolas do Ceará, elaborado pelo INCRA-Ceará, em 2014.

Sítio Carcará, no município de Potengi; Souza, no município de Porteiras; Serra dos Chagas, Renascer Lagoa dos Criolos e Nossa Senhora das Graças do Sítio Arapuca, no município de Salitre e Sítio Arruda, no município de Araripe. Sendo que este último teve seu processo de demarcação do território concluído e a comunidade quilombola já recebeu a escritura provisória da área, entrega realizada em solenidade na sede do INCRA no Ceará, em 25 de abril de 2016. Os outros cinco estão em processo de elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) pelo INCRA.

Nesta região, no sul do Ceará, encontra-se parte da chapada do Araripe. O Brasil tem cinco áreas geográficas, oficialmente denominadas “Chapadas”: a dos Veadeiros (Goiás), das Mesas (Maranhão), Diamantina (Bahia), dos Guimarães (Mato Grosso) e do Araripe (Ceará, Pernambuco e Piauí).

Simplificando, *chapada* é uma formação geológica com uma planície no alto. Mas, claro, estas regiões vão muito além disso: são referências em ecossistemas e beleza natural. A do Araripe se diferencia das outras quatro por estar em uma região semiárida, e a presença de água em seu entorno faz com que ela ganhe *status* de oásis.

A Chapada do Araripe está localizada na divisa dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco e abriga uma floresta nacional, uma área de proteção ambiental e um geoparque.



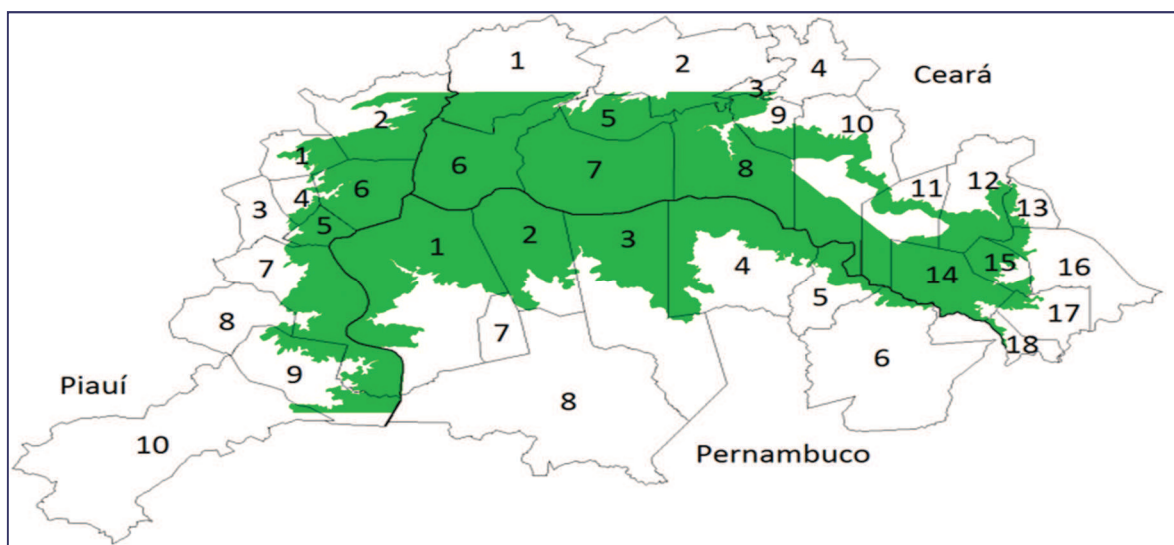
Foto 05: A Chapada do Araripe (Em 23 de fevereiro de 2018)

Fonte: José Willame Felipe Alves

A Área de Preservação Ambiental (APA) da Chapada do Araripe foi legalmente definida por Decreto Federal. O perímetro está disponível na página eletrônica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

AAPA Chapada do Araripe é definida por cotas de altitude entre as divisas dos estados do Ceará (500m), Pernambuco (640m) e Piauí (480m), compreendidas entre latitudes delimitadas por cartas da SUDENE (7°S e 8°S), excetuando-se a extensão da Floresta Nacional do Araripe-Apodi e áreas urbanas na época do seu Decreto Federal de criação, de 4 de agosto de 1997. O perímetro legal disponível na página eletrônica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade não é o mesmo que foi definido pelo decreto, visto que, legalmente o perímetro foi definido, contemplando 36 municípios, sendo: 18 no Ceará, 8 no Pernambuco e 10 no Piauí.

Mapa 2 - Identificação da APA na Chapada do Araripe segundo decreto de criação (área verde), com divisas estaduais (linha grossa) e limites municipais (linha fina). A numeração corresponde à listagem da tabela a seguir.



Ceará	Pernambuco	Piauí
1. Campos Sales	1. Araripina	1. Alegrete do Piauí
2. Assaré *	2. Ipubi	2. Fronteiras
3. Altaneira *	3. Bodocó	3. Padre Marcos
4. Farias Brito *	4. Exu	4. Francisco Macêdo
5. Potengi	5. Moreilândia	5. Marcolândia
6. Salitre	6. Serrita	6. Caldeirão Grande do Piauí
7. Araripe	7. Trindade	7. Simões
8. Santana do Cariri	8. Ouricuri	8. Caridade do Piauí
9. Nova Olinda		9. Curral Novo do Piauí
10. Crato		10. Paulistana *
11. Barbalha		
12. Missão Velha		
13. Abaiara		
14. Jardim		
15. Porteiras		
16. Brejo Santo		
17. Jati		
18. Penaforte		

* municípios que não integram a APA segundo mapa da página do ICMBio.

A APA Chapada do Araripe é formada por propriedades particulares e outras Unidades de Conservação, sendo as principais apresentadas como destino ideal recomendado para a observação de aves. A ave mais observada é o Soldadinho-do-

Araripe,¹⁰² que somente é encontrada nessa região do Ceará (observação pessoal de Weber Girão e Ciro Albano), foi considerada uma das cinco espécies da fauna cearense mais ameaçada de extinção global na lista oficial brasileira de 2003 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), onde foi classificada como “ criticamente em Perigo”, recebendo o mesmo *status* pela União Internacional para a Conservação da Natureza (BirdLife International 2004) em sua lista de espécies globalmente ameaçadas de extinção.

O município de Araripe é o único da região que tem todo o seu perímetro urbano e rural dentro da APA. As principais atrações ficam por conta das três cavernas: Gruta das Corujas, Gruta das Onças e Gruta do Brejinho. Todas cadastradas na Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e que são visitadas por curiosos e estudiosos do assunto.

A Comunidade quilombola Sítio Arruda é bem localizada e de fácil acesso. Ao sair da sede do município de Araripe pela Rodovia CE 292, na direção do vizinho município de Campos Sales, após percorrer 10 km entra a esquerda em uma estrada de terra carroçável, depois de percorrer 7 km nesta via, chega-se à comunidade. O território fica localizado em dois municípios, apesar da maior parte da área estar na zona rural do município de Salitre (conforme o mapa) os moradores preferem manter suas relações comerciais, sociais, educacionais e domicílios eleitorais, por acesso e proximidade, com o município de Araripe.

3.2 DESCRIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO

Conforme Antonio Silva Cruz,¹⁰³ atual presidente da associação quilombola Sítio Arruda, a área foi classificada, pela equipe técnica do INCRA, formada pelo

¹⁰² O Soldadinho-do-araripe é uma ave passeriforme da família Pipridae. O nome bokermanni é uma homenagem ao zoólogo brasileiro Werner Bokermann. É uma espécie em perigo crítico de extinção. Ele mede aproximadamente 14,5 cm. Machos e fêmeas apresentam um forte dimorfismo sexual no que diz respeito a cor da plumagem. Os machos são predominantemente brancos, com penas pretas que se estendem das asas ao dorso e cabeça vermelha. As fêmeas são principalmente da cor verde oliva e apresentam um reduzido penacho verde na cabeça. A espécie só foi descoberta muito recentemente, em 1996, por Galileu Coelho e Weber Girão (coordenador do Projeto soldadinho-do-araripe). Em 2000, a população de soldadinhos era estimada em menos de 50 indivíduos, sendo que somente três machos e uma fêmea foram encontrados nesse ano. Em 2003 as estimativas foram mais otimistas e a estimativa subiu para 250 indivíduos e 2011, a última contagem, as estimativas foram mais otimistas chegando a 800.

¹⁰³ Primeira entrevista realizada com Antônio Silva Cruz, presidente da Associação Quilombola Sítio Arruda, em 25 de outubro de 2016, na própria comunidade.

geógrafo Francisco Hélio Zaranza e os agrônomos Francisco José Santos Figueiredo e Luciano Bezerra, por ocasião da elaboração do RTID, em três unidades de paisagem: área de chapada, área de baixio e área de sertão:

Na área de chapada, por ser plana, estão construídas as residências dos moradores, escola, salão da associação, campo de futebol, cisternas. É uma área de solo arenoso que serve para o cultivo de cereais (milho, feijão e fava), hortaliças (abóbora, jerimum, maxixe, amendoim, quiabo, pepino e feijão andú - cultivado na horta para o consumo verde), frutas (melancia, banana, mamão, manga e melão) e tubérculos (mandioca, macaxeira e batata doce).



Foto 06: Chapada, área com edificações

Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 07: Chapada, área de cultivo agrícola no período invernos - (Feijão e batata doce)

Fonte: José da Guia Marques

Na chapada encontra-se a caatinga e suas formações típicas, com espécies herbáceas, arbóreas e arbustivas e representa 46% da área do território. O relevo da caatinga é suavemente ondulado, sendo dominado por uma significativa planície pluvial, o resto da área é plana e seca. Essas áreas são destinadas basicamente à criação de pequenos e médios animais (aves, caprinos, ovinos e suínos) e grandes animais (bovinos e equinos). Além da criação de animais, também se utiliza essas áreas para a retirada de madeiras para a construção de telhados, materiais para a confecção de artesanatos e lenhas para usos domésticos.

A segunda unidade de paisagem é a área de baixio (vazante), que é utilizada por algumas famílias quilombolas para o plantio de milho, feijão, fava e capim. Essa área apresenta uma vegetação arbustiva rasa, própria de área úmida. São nessas áreas que se localizam as melhores terras de cultivo da região, são escuras e férteis. Porém, só são utilizadas nos períodos dos invernos, nos meses de janeiro a abril. Essa área representa 6% da área do território.



Foto 08: Baixio, área preparada para o cultivo agrícola no período invernos
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 09: Baixio, área cultivada no período invernos – (Milho)
Fonte: José da Guia Marques

A **terceira unidade de paisagem** é a área de sertão, que compreende uma terra mais seca, dominada pela vegetação de caatinga, onde se planta milho, fava e feijão. Tem um tipo de solo avermelhado. Essa área representa 48% da área do território.

Segundo o Relatório Agrônomo da Equipe Técnica do Setor de Regularização Quilombola do INCRA/CE, citado por Marques (2010. p. 87):

Caatingas são formações arbóreo arbustiva que têm como característica principal a caducidade foliar. São formações lenhosas de porte variável, de caráter xerófilo. A caatinga é um tipo de vegetação que sofre influência direta do clima, caracterizado pelas precipitações limitadas, distribuição desigual de chuvas e um período seco muito nítido. Estes elementos aliados às condições pedológicas e ao maior ou menor uso da terra influem decisivamente na sua constituição fisionômica. A caatinga tem uma vegetação rica em diversidade e com grande potencial forrageiro, madeireiro, frutífero e medicinal, além de possuir uma fauna moderadamente diversificada e extremamente importante para a sua manutenção.



Sertão: Área de preservação ambiental

Foto 10: José Willame Felipe Alves



Foto 11: Sertão, área plantada (Mandioca)

Fonte: José da Guia Marques

Quanto ao solo vermelho da área de sertão, dominado pela vegetação de caatinga, os autores do referido Relatório afirmam que:

(...) a maior limitação ao uso agrícola destes solos decorre de sua baixa fertilidade natural, porém são fisicamente bons, ou seja, são profundos e porosos, de textura em grande parte média e relevo predominantemente plano e suave ondulado, o qual propicia condições para mecanização das culturas. Além das limitações decorrentes de sua baixa fertilidade, estes solos situam-se muitas vezes em áreas sob condições de clima seco com baixas precipitações pluviométricas e, de um modo geral, são solos ácidos a fortemente ácidos que requerem, racionalmente, além de adubação, o uso de corretivos. Nos solos de textura média as adubações orgânicas são muito indicadas. A maior utilização destes solos é com a pecuária extensiva. As culturas de milho, feijão, fava, mandioca, fruticultura e mamona também são observadas (MARQUES. 2010, p. 87).

No Território Quilombola Sítio Arruda há basicamente três tipos de vegetação: uma vegetação de floresta, que predomina em toda a área de chapada, uma vegetação de vazantes, que se encontra na área do baixio e uma vegetação de caatinga, que predomina na área do sertão.

Na área de chapada, dominada pela vegetação de floresta, encontram-se várias espécies de plantas nativas, conforme afirma o Sr. Antonio Silva, como: jatobá, pau d'arco, piquiá, pau mocó, cipó de caititu, sipaúba, juazeiro, cedro, marmeleiro, jacarandá. Bem como outras plantas frutíferas, nativas ou plantadas, utilizadas na alimentação humana, como: cajá, cajueiro, mangueira, imburana, pitombeira, mamoeiro, ameixa e guabiraba.

Na área de baixio, nos córregos que formam passagens d'água, são encontradas diversas espécies de plantas de uso medicinal, que são utilizadas pelos quilombolas. Conforme explica o líder comunitário, Severino Caetano, as plantas já identificadas são: urucu, jatobá, imburana de cheiro e de espinho, aroeira, ameixa, melancia da praia, marmeleiro, cabeça de negro, jurema preta, cansação e malva. Enquanto que na área denominada de sertão as espécies de vegetação predominante são: jurema, marmeleiro, unha de gato, pereiro, mororó, angico, aroeira e canafístula.

A fauna da região é bastante abundante, embora algumas espécies animais estejam em extinção. Segundo relatos do presidente da associação dos quilombolas do Sítio Arruda, Antonio Silva, apesar da escassez ainda é possível encontrar no território quilombola as seguintes espécies de animais, conforme nomenclatura local: veado capoeiro, tatu, cutia, gato maracajá pintado, gato maracajá preto, onça vermelha, onça pintada, tamanduá bandeira, quati, gambá, cágado, cabeçudo, furão, raposa, preá, tiú ou tejo, mocó, rabudo, punaré, guaxinim pequeno, camaleão, tijubina, calango, guabiru, macaco soim ou saguim, mambira.

Os animais que estão em extinção no território, segundo os moradores, são: gato maracajá, onça-pintada, caititu, queixada, porco espinho. As espécies preferidas pelos quilombolas para a caça são: tatu, peba, preá, cutia, mocó, tejo e camaleão, os quais são utilizados exclusivamente para a alimentação do grupo.

Conforme levantamento feito em conversa com o Sr. Antonio Silva, as espécies de aves existentes no território, são: gavião, carcará, gaviãozinho, seriema (em extinção), jacu, garça, morcego pequeno, anum-preto, sabiá, rolinha cascavel, rolinha sangue de boi, rolinha branca, rolinha rocha, rolinha cachecha, galo de campina, garrincha (faz ninho dentro de casa), garrincha (do mato), juriti, nambu, pombo, beija-flor, curicaca, periquito, urubu carniceiro (preto e cabeça pelada), sabiá, xoró, coruja, gorgoró, caburé, mãe-da-lua, andorinha, bem-te-vi, azulão, vinvim (de acordo com a crença dos anciãos da comunidade o seu cântico é agourento, anuncia a morte de alguém), tetéu, João-de-barro (profeta do inverno), rasga mortalha (é considerada

pelos quilombolas, também, como uma ave agourenta, acredita-se que quando ela passa por cima de alguma casa soltando um ruído semelhante a um pano sendo rasgado, é sinal que algum morador por ali está perto de morrer.

Espécies de cobras que podem ser encontradas no ambiente, conforme nomenclatura local: jararaca, jiboia, cascavel, cobra preta, coral, salamanta, cobra-cipó, cobra verde, cobra cega ou de duas cabeças, caninana, corredeira, goipeba e jaracuçu.

Espécies de insetos existentes no território: escorpião, lacraia, gafanhoto, caranguejeira (chamam de caranguejo), piolho-de-cobra, barata selvagem, abelha-italiana; espécies de maribondos: maribondo chapéu, enchu, enchuí, boca de garrafa, mangangá.

Não há informações sobre peixes, pois não há praticamente nenhuma fonte hídrica natural na área do território (rios, riachos, açudes, lagoas). O abastecimento d'água nas residências da comunidade é feito por meio de cisternas de placas e cisternas de polietileno, atualmente têm 30 (trinta) de placas e 7 (sete) de polietileno.

A cisterna de placa é um tipo de reservatório de captação da água de chuva, construído com placas de cimento pré-moldadas, cuja finalidade é armazenar água para o consumo básico das famílias rurais residentes na região semiárida durante o período de estiagem ou quando não há disponibilidade de água com qualidade para o consumo residencial.¹⁰⁴ As cisternas de polietileno foram distribuídas pelo Programa Água para Todos, Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional (MI), a partir de 2014, foram entregues na comunidade pesquisada no ano de 2016. É uma cisterna mais prática, para os moradores, pois já chega pronta e pode ser utilizada imediatamente. As cisternas de polietileno possuem a mesma capacidade de armazenamento das cisternas de placa: 16 mil litros.

¹⁰⁴ Essas informações sobre Cisterna de Placas estão disponíveis nas Cartilhas Temáticas Tecnologias e Práticas Hidroambientais para Convivência com o Semiárido. Organizadores: RANÇA, F. M. C. ; FIGUEIREDO, A. Z. Q. ; FONTENELE, F. C. B. ; ALVES, J. J. ; OLIVEIRA, J. B. . **Cisterna de placas: construção, uso e conservação**. Fortaleza: SRH-CE, 2010.



Foto 12: Cisterna de placas
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 13: Cisterna de polietileno
Fonte: José Willame Felipe Alves

A água captada vem do telhado das casas, conduzida por calhas de zinco ou PVC, que direcionam a água até o tanque de armazenamento da cisterna, cuja capacidade é definida a partir do número de pessoas que irão utilizá-la e a capacidade de captação do telhado, mas comumente variam entre 16.000 e 21.000 litros.

É comum ver na região Nordeste diversos tipos de cisternas. Segundo Gnadlinger (2008), os tipos mais conhecidas e construídas nas próprias comunidades, com sucesso, são: cisterna de placas de cimento, tela cimento, de tijolos, ferro cimento e cisternas de cal; cada tipo apresentando suas características próprias, vantagens e desvantagens. A cisterna de polietileno já chega na comunidade pronta. Neste caso específico da comunidade quilombola Sítio Arruda, as cisternas são de placas e polietileno.

3.3 PORQUE QUANDO ELE SE CRIOU SE CRIOU NA CHIBATA: O POVOAMENTO DO SÍTIO ARRUDA

O Sítio Arruda é uma área rural que foi inicialmente, nos anos oitenta do século XX, utilizada como espaço de acolhida a uma gente marcada pelo sofrimento, trajeto peculiar aos remanescentes de escravizados, vinda de outros sítios denominados de Coqueiro e Alto dos Grossos, no próprio município de Araripe. Essa gente, um aglomerado de negros e negras, que tinha um objetivo maior, lutar pela sobrevivência e pela conservação da sua cultura, passada de geração a geração, prática corriqueira, de forma coletiva, na antiga comunidade que viveram por aproximadamente por um século.

A vinda dos remanescentes de escravizados para o Sítio Arruda se deu como fuga de um estado de exploração e perseguição que viviam, para uma nova realidade, quando um fio de esperança surgiu. O Quilombo Sítio Arruda é constituído de cerca de 180 pessoas distribuídas em 46 famílias, que vivem coletivamente em regime de partilha e estão distribuídas em uma área de 334,34 hectares. É uma comunidade tradicional e rural originada de três famílias negras descendentes de escravizados. A família dos Nascimento, vinda do município de Cabrobó-PE; a família dos Pereira da Silva, escravizada na chapada do Araripe e a família dos Caetano de Souza, vinda dos Inhamuns-CE. Essas famílias foram se misturando ao longo do tempo, após a Abolição da Escravatura, por meio de relações conjugais formais e informais (consensuais).

Para entender melhor a origem das famílias do Quilombo Sítio Arruda utilizamos depoimentos de quilombolas idosos que guardam a memória histórica das famílias remanescentes de escravizados da região. A senhora Raimunda Verônica do Nascimento,¹⁰⁵ em nome da família Nascimento, fala do seu avô Antônio João do Nascimento, conhecido como Antônio Grosso, um dos principais responsáveis pela existência da comunidade pesquisada.

(...) eu conheci o pai da minha mãe, ele se chamava Antônio João do Nascimento. (...) eu tinha dez anos quando ele morreu. (...) ele me dizia que era do Pernambuco, veio do Rio São Francisco, lá de Cabrobó. Dizia que sofreu muito lá, até que conseguiu fugir de lá sem rumo, até chegar aqui no Coqueiro. (...) tinha idade de 10 anos, aí chegou, se encostou na fazenda do finado Otoni Barreto. (...) acho que lá ele vivia desprezado, vivia pelas casas dos outros, fazendo uma coisa, fazendo outra (...) ele fugiu pra procurar um lugar melhor, fugiu, veio se criar mais o finado Otoni. Acho que não foi melhor, mas ficou por aqui (...) foi criado pelas mãos dos outros, por aqui, por acolá, né.

O que aconteceu com Antônio João do Nascimento, foi a fuga de um estado de vida miserável, ceceada de condição mínima de sobrevivência promovida por senhores que mantinham, ainda, no período pós-abolicionista, práticas de exploração semelhantes às do cativeiro. Muitos foram embora na perspectiva de alcançarem liberdade de fato, queriam sair daquele local que moravam, no intuito de fugir dos castigos, que sofriam corriqueiramente, para procurar novas moradas e novos relacionamentos.

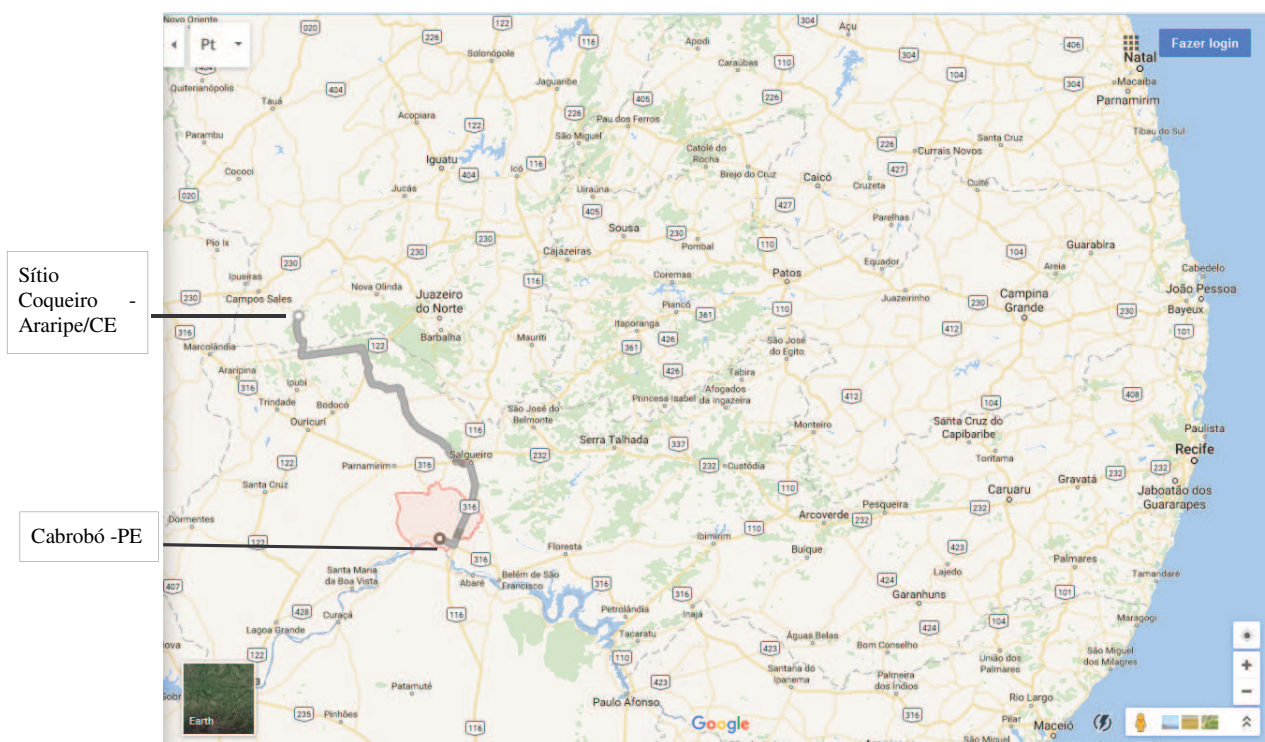
Tal realidade, de sofrimento após a abolição da escravatura, é vivenciada em todos os estados brasileiros, pois a mão de obra escravizada é substituída por outra, barata e subsidiada pelo poder público. Para Gilberto Maringoni (2011, p. 34-42) com a abundância de mão de obra imigrante, os ex-cativos acabaram por se constituir em um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política alguma na jovem República. O que proporcionou um estado de abandono, consequentemente de miséria absoluta que obrigou aos remanescentes de escravizados procurarem outros lugares, para, em condição de dependência, pela comida e pelo teto, se manterem vivos.

Para a senhora Verônica, o seu avô não era escravo, propriedade de ninguém, mas os seus pais tinham sido escravizados e beneficiados pela lei Áurea. No entanto,

¹⁰⁵ Entrevista realizada em 2010, pelo antropólogo José da Guia Marques e confirmada em 05 de janeiro de 2017 por José Willame Felipe Alves.

continuaram vivendo explorados pelo seu antigo dono em Cabrobó, situação que provocou a fuga de seu avô por não aceitar mais aquela condição de vida. Fugindo, ele chegou ao Sítio Coqueiro e *se encostou lá*, pois já não aguentava de tanta fome, ele não vinha com lugar definido para ficar, estava fugindo sem destino. No entanto, foi atraído pela condição de vida ali oferecida (alimentação e moradia), pois era apenas uma criança, com cerca de 10 anos de idade.

Mapa 3 – Percurso realizado pelo patriarca da família Nascimento, de Cabrobó à Fazenda Coqueiro, cerca de 260.



Com uma nítida memória de seus ancestrais, Dona Raimunda Verônica fala de sua árvore genealógica. Disse *ser filha de Verônica Maria da Conceição e neta do patriarca quilombola Antonio João do Nascimento e de Maria Verônica da Conceição, e bisneta de Antonio João do Nascimento e Maria de Jesus*, desse último casal ela não tem muito conhecimento, mas presume que foram escravizados em Cabrobó-PE. Quanto ao avô Antonio Grosso, que chegou no Cariri cearense, fugido do Estado de Pernambuco, no início do século XX, tinha comportamento de uma pessoa sofrida originária de família escravizada.

No Sítio Coqueiro, Antonio João do Nascimento morava e trabalhava nas terras do Cel. Othony Barreto da Silva, para Maria Verônica, seu avô cresceu na condição de *criado do coronel*, trabalhava nas diversas atividades e não era remunerado,

apenas recebia em troca a alimentação, moradia e precárias vestimentas. Nesse mesmo lugar conheceu a senhora Maria Verônica da Conceição (mulher negra, descendente da família quilombola Pereira da Silva), com quem veio a se casar e constituíram uma grande descendência.

Ao se casar com Maria Verônica da Conceição, Antonio Grosso passou a morar com sua família em uma terra de herança de sua esposa, numa localidade vizinha ao Sítio Coqueiro, que ficou conhecida como Alto dos Grossos, em referência a ele, que era bastante gordo. Nessas terras, seu Antônio João do Nascimento viveu com sua família e seus descendentes até o dia de sua morte, no ano de 1946. Segundo Dona Raimunda Verônica, os descendentes do avô permaneceram no Alto dos Grossos até o início do ano de 1983, quando se mudaram para o Sítio Arruda.

A segunda família, Pereira da Silva, uma das que originou o Quilombo Sítio Arruda, presume-se que foi formada na própria fazenda Sítio Coqueiro, onde assumiu o sobrenome da própria família de escravizadores.¹⁰⁶ A família branca Barreto da Silva compunha um núcleo tradicional que dominava a região do Sítio Coqueiro na época do regime escravista. Dona Raimunda Verônica do Nascimento afirmou que Raimundo Pereira da Silva era seu avô paterno:

Raimundo Pereira da Silva era meu avô [...] pai do meu pai [...]. José Raimundo da Silva [...] era meu pai, filho de Raimundo Pereira da Silva [...]. Eu sabia que meu avô vendeu aquelas terras pra Ottoniel Barreto, mas quando eu nasci já eram vendidas. [...] Nem conheci minha avó, nem conheci meu avô, minha mãe era que nos falava deles. Falava que eles eram desses Pereira de lá da Lagoa dos Paulinos, meu pai, minha avó, minha bisavó, pela parte do meu pai. Agora minha outra avó já era pela parte do Antônio João do Nascimento. Eles tinham terra por aí (pelo Sítio Coqueiro), mas quando meu pai morreu, nós ficamos no Alto dos Grossos, mas a terra nossa já era pouca, nós morava lá num pedacinho que nem aqui.

¹⁰⁶ Foi uma prática comum os ex-escravizados assumirem os sobrenomes senhoriais: “[...] muitos senhores deviam permitir e incentivar que seus ex-escravos portassem seus sobrenomes numa demonstração de poder paternal e clientelístico, mas alguns não apreciavam muito tal costume com os escravos agindo com uma forma de “direito adquirido” ao somarem ao seu nome de batismo o sobrenome do ex-senhor, para assim compartilhar um pouco do seu capital simbólico, principalmente de um notável. É a ideia do “você sabe com quem está falando?”, com o liberto usando o nome (a “projeção social”) de seu antigo senhor em momentos de necessária afirmação perante outros de igual ou maior *status* socioeconômico. [...] Diversas pistas documentais apontam, porém, que os libertos manipulavam vários nomes (ou identidades). Provavelmente o sobrenome do senhor servia como uma *identidade pública* usado na interação destes indivíduos negros com a sociedade branca, enquanto entre os seus *parceiros* usavam indicativos nominais diferenciados, como referenciais étnicos, de procedência, profissional etc.”. (MOREIRA, Paulo. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura Crioula: os parentes contra o cativeiro. In: SILVA, Gilberto; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010: p. 49.

A confirmação da origem da Família Pereira da Silva se deu no depoimento do Sr. Antônio Aires Barreto (80 anos), morador do Sítio Junco, próximo ao sítio Coqueiro, um descendente de uma família escravista da região, afirmou ao Antropólogo José da Guia Marques *que o fazendeiro Raimundo Barreto da Silva (escravista oitocentista) havia comprado dois casais de escravos, e que deles descendia a família dos remanescentes de escravizados Pereira da Silva.*

A terceira família, Caetano de Souza, tem origem na região dos Inhamuns cearense. Conforme Severino Caetano de Souza, conhecido como Lourenço, líder comunitário, afirma, o patriarca dessa família era o Sr. Antonio Caetano de Souza, que é filho de Maria Josefa da Conceição e neto de Caetano Francisco de Souza (Pai Cão) que foram escravizados na fazenda Cococi, no município de Parambu/CE.

Para confirmar a origem da família Caetano de Souza, a Senhora Maria Caetano de Souza, conhecida como Maria Coruja, relata que ouviu de seus ancestrais,¹⁰⁷ que seu avô foi escravizado na Fazenda Cococi, do Coronel Leandro Feitosa.

(...) o meu pai me contou que eles moravam na fazenda Cococi, do Cel. Leandro Feitosa, no município de Parambu (...) ele disse que lá eles sofriam muito e que os pais dele eram escravos lá (...) contou que meu avô apanhava muito, dormia pelo chão. (...) as roupas que eles vestiam era de saco (...) daquele sal que se comprava de primeiro de saco, né? (...) disse que as roupinhas veias era daquele jeito, disse que era a maior tristeza da vida (...) Trabalhavam só pelo comer (...) e comiam os restos que eles deixavam, não era nenhuma comida própria, né? Disse que quando eles [os Feitosas] comiam e deixavam aquelas sobras é que eles (os escravos) iam comer. Disse que quando eles faziam qualquer coisa [errada] era uma pisa no tronco, disse que era só sofrimento. Mas eles sofreram, sofreram muito, meu pai contava muita coisa (...).

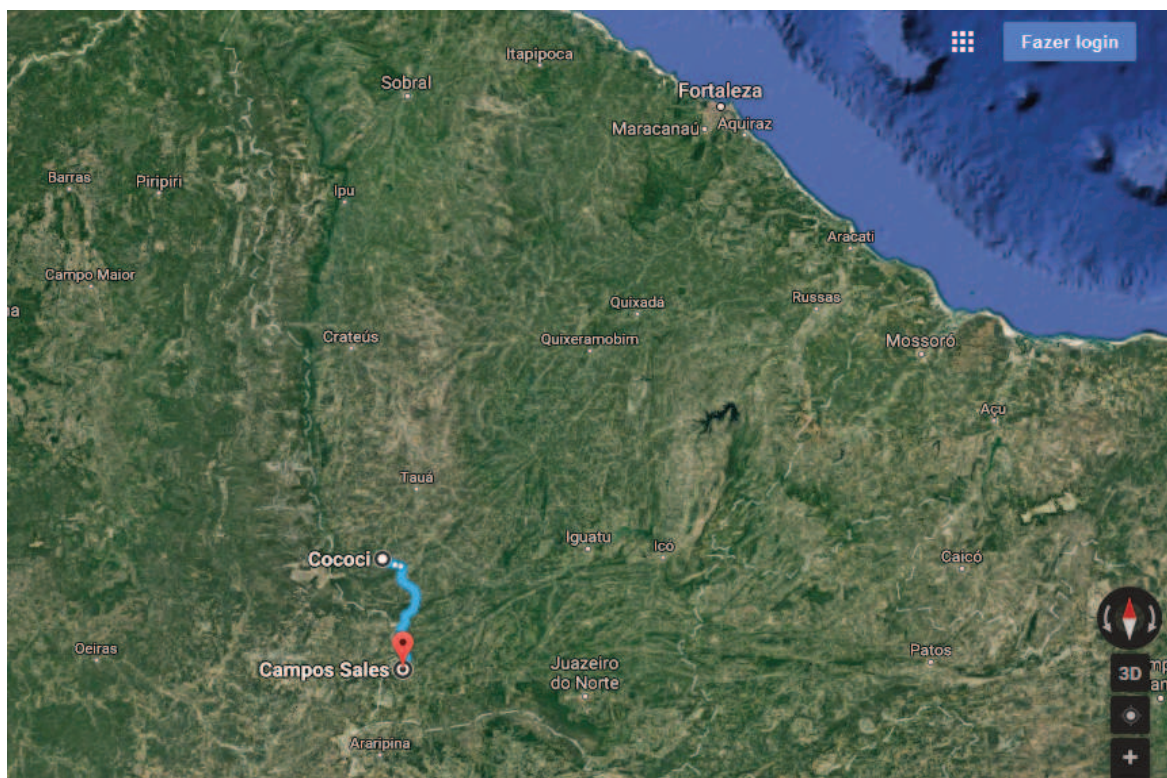
Para ela o sofrimento dos seus ancestrais se deu no século XIX, mas o seu pai, Joaquim Caetano de Sousa, e sua tia Maria Josefa da Conceição, a mãe de Antonio Caetano de Souza, um dos patriarcas dos quilombolas do Sítio Arruda, *foram tratados como se ainda fossem escravos*, mesmo no período pós-escravidão. Passaram a infância e a adolescência na Fazenda Cococi, também conhecida como Barra do Cel. Leandro. Depois de adultos e livres é que migraram para a Chapada do Araripe, sendo que seu pai passou a morar em Araripe e sua tia foi morar em Campos Sales, onde nasceu o patriarca dos quilombolas, Seu Antonio Caetano.

¹⁰⁷ Depoimento do arquivo pessoal do Antropólogo José da Guia Marques entrevista realizada em 2010.

Referindo-se a seu pai e ao seu primo, disse:

Ele foi escravo, morou lá dentro da casa deles [dos Feitosas]. Meu pai contava todos os causos, de noite assim, a gente ouvindo e ele contando (...) o pessoal chegava e ele contava o sofrimento. A minha tia Josefa, morou lá e foi escrava também (...) depois ela veio embora pra Campos Sales. Ela disse que sofreu tanto que quando chegou aí ficou fraca (...) quase morreu de fraqueza (...). Quando ela saiu de lá (Cococi) e teve o menino (Caetano), disse que deu para o Cel. Otoniel Barreto, pra não morrer de fome. Quando veio de lá, do Cococi, já veio grávida do Caetano, aí não tinha condições de criar, não sabia nem quem era o pai (...) já deu para o coitado ficar sendo “escravo” também, porque quando ele se criou, se criou na chibata, aquele dali sofreu muito mais do que ela, [a escravidão não era mais permitida pela lei], mas ele foi criado como “escravo”, foi. O velho Otoniel Barreto botava ele pra correr atrás de boi, era de pé, era de cavalo, de todo modo, tinha hora que eu chegava lá e tinha desgosto (...). Quem criou ele foi o compadre Otoniel e a comadre Dolores [esposa do Coronel] (...), mas foi na base da “escravidão”, na peia direto, era um sofrimento aquela criatura. Apanhou muito, coitado, sofreu muito!

Mapa 4 – Percurso realizado pela mãe do patriarca da família Caetano de Souza, da fazenda Cococi, no município de Parambu/CE a Campos Sales/CE, cerca de 100 km.

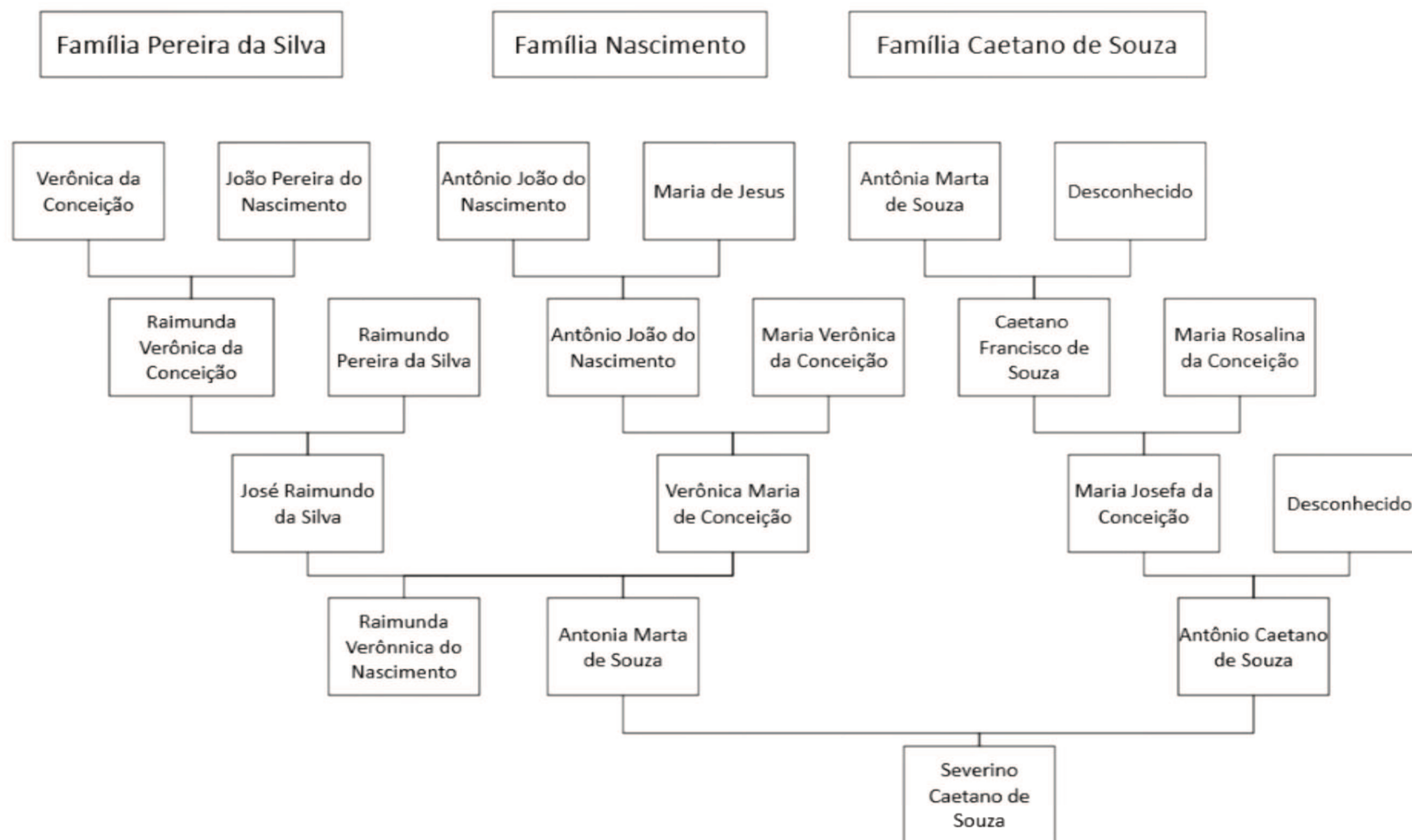


Portanto, os relatos das três famílias convergem para uma origem de escravização antes e durante as suas permanências no sítio Coqueiro (Araripe/CE), na fazenda de propriedade do Sr. Raimundo Barreto da Silva e seus herdeiros/descendentes, onde as famílias se relacionaram/desenvolveram

intensivamente e se multiplicaram.

O gráfico genealógico abaixo dá conta de mostrar arranjos familiares até a quinta geração das famílias Pereira da Silva, Nascimento e Caetano de Souza, demonstrando assim, que há entrelaçamentos genéticos entre estas famílias, que deram origem a comunidade quilombola sítio Arruda

Gráfico Genealógico das famílias do Sítio Arruda



Em destaque está Severino Caetano de Souza, fruto do entrelaçamento das três famílias, postada aqui como a quinta geração conhecida desde o cativeiro. A sua ascendência materna contempla as famílias Pereira da Silva e Nascimento e ascendência paterna contempla a Família Caetano de Souza. Para Marques (2010, p. 38) *cruzamento genético entre essas famílias quilombolas, gerou uma comunidade única de famílias negras aparentadas.*

O Sítio Coqueiro foi uma das localidades onde se constatou a exploração de escravos. Conforme relatado pelo Antropólogo José da Guia Marques (2010, p. 17), no Laudo Antropológico de reconhecimento do território da comunidade quilombola Sítio Arruda, o então fazendeiro Raimundo Barreto da Silva, proprietário do referido sítio, oficializou permuta da sua escrava Sebastiana pelo escravo Joaquim, pertencente à Dona Clementina Rodrigues Nogueira. Para o líder comunitário Antônio Caetano de Souza, essa permuta se deu para suprir as necessidades de ambos, pois Dona Clementina, que era sogra do fazendeiro, morava na sede do povoado e queria a escrava para lhe servir como mucama, enquanto o escravo Joaquim foi para trabalhar na lavoura da Fazenda Coqueiro.

Com o advento da abolição da escravatura no Ceará, em 1884, os negros passaram a condição de libertos, deixaram de ser escravos e passaram a condição de livres, no entanto numa situação social igualmente subordinada. Nessa nova condição de vida, eles foram submetidos a outras dificuldades para sobreviverem, a falta de condições de produção do sustento e a pobreza generalizada obrigaram aos libertos a viverem nas antigas fazendas sob as ordens dos seus ex-proprietários, passaram a trabalhar de meeiros ou apenas pelo sustento alimentar. Os fazendeiros mantinham as práticas semelhantes às antigas para lidar com trabalhadores livres, conforme MARQUES (2010, p. 17) os herdeiros do Sr. Raimundo Barreto da Silva tratavam os seus trabalhadores negros, como se ainda fossem escravos.

Nas primeiras décadas do século XX as famílias dos descendentes de escravizados foram crescendo no Sítio Coqueiro e em torno dele. Mesmo não havendo legalmente a prática escravista, aquelas famílias negras se encontravam sujeitas às determinações dos seus antigos donos, pois não tinham posses e nem oportunidades de trabalhos com justas remunerações.

Na segunda geração de herdeiros do Sr. Raimundo Barreto a propriedade foi vendida ao fazendeiro Dr. Marcondi Alencar, conforme Marques (2010, p. 23):

As terras do Sítio Coqueiro que antigamente eram de domínio do Sr. Raimundo Barreto da Silva, passaram por herança para o domínio do Cel. Othony Barreto da Silva e, após a morte deste, passaram novamente por herança para o domínio do casal Ottoniel Barreto da Silva e Maria Dolores Barreto. E, há cerca de três décadas, foram vendidas para o proprietário atual, Sr. Marcondi Alencar (...).

O Sr. Marcondi Alencar não tinha experiência e nem convivência com descendentes de escravos, conseqüentemente não aceitou que eles permanecessem na fazenda. Eles foram obrigados a deixar o lugar no qual estavam acostumados a viver e mudaram para uma comunidade próxima, denominada de Alto dos Grossos. Como já dissemos, a denominação do sítio foi um reconhecimento ao patriarca quilombola, o Sr. Antonio João do Nascimento, conhecido como Antonio Grosso.

A pequena área de terra de 247 tarefas¹⁰⁸ foi o que restou de uma propriedade maior, na localidade Alto dos Grossos, que pertencia aos remanescentes de escravos, herança adquirida por meio de matrimônio, conforme afirma o Sr. Antonio José do Nascimento (74 anos),¹⁰⁹ que foi tudo que restou dos seus ancestrais, paternos e maternos:

(...) antigamente a área ocupada pelas famílias no Alto dos Grossos era muito maior (...) E que o Cel. Ottoniel Barreto teria tomado parte da área (...), depois que ele se apossou e botou uma cancela, cercou de arame e pronto. E aí disse: 'aqui não entram mais não'. Essas terras do Alto dos Grossos, antigamente eram do finado Zé Tavares, meu bisavô (...) o pai da minha avó (...), a mãe da minha mãe (...) ficou pro finado João Pereira, ele vendeu uma parte (...) aí foi embora pra Araripina/PE e deixou isso aqui, aí entregou pra nós. Ele disse: vão e tome de conta, é a parte de vocês. O finado João Pereira era filho de Zé Tavares. A área original era umas 1.500 tarefas (...). E essa parte da frente também era do meu finado avô, pai do meu pai, e eles tomaram. O nome do meu pai era João Raimundo da Silva (...) eles eram negros.

Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, os remanescentes de escravizados que atualmente formam a comunidade quilombola Sítio Arruda permaneciam no Alto dos Grossos, trabalhavam em sua propriedade rural e também se empregavam como trabalhadores rurais ocasionais nas vizinhanças, pescavam e utilizavam a água do açude do Sítio Coqueiro para consumo.

¹⁰⁸ Tarefa é uma unidade de medida de superfície muito utilizada pelos trabalhadores rurais no Ceará para calcular a área de seus terrenos. Uma tarefa corresponde a uma área de 625 braças², ou seja, 25 braças x 25 braças. Uma braça corresponde a 2,2 metros lineares. Por fim, uma tarefa tem 55 mt x 55 mt, que é igual a 3025 mt².

¹⁰⁹ Entrevista realizada com o Sr. Antonio José do Nascimento, em 25 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

Da terra e do açude tiravam os seus sustentos e ali viveram por cerca de 30 anos, até que o então fazendeiro Dr. Marcondi Alencar proibiu o acesso ao açude, tornando impossível a permanência deles naquela localidade. A única saída foi ceder às pressões do grande proprietário e vender sua pequena área para o mesmo. Conforme o Sr. Antonio José do Nascimento, o fazendeiro perseguiu os moradores do Alto dos Grossos até não aguentarem mais:

Nós botávamos uma roça (...) de 10 tarefas, aí os bichos dele entravam (...). Ele nos mandava fazer a cerca com 10 fios de arames (...), mas os bichos dele arrobavam por debaixo, as ovelhas, as criações, cavalos (...) que nem uns pebas, aí entravam de 20 a 30 cabeças, que ele tinha muitas criações, tinha mil e tantas cabeças. E comia a roça todinha, eu ficava com raiva. Tinha dia que eu pensava assim: sabe, eu vou sair daí, vou vender essas terras (...). E disse: eu vou vender ao Seu Marcondi, vamos sair daqui, porque eu não posso com ele, que ele é rico e eu sou pobre, e assim eu vou vender (...) aí eu fui, vendi pra ele [Dr. Marcondi] e chamei eles [os demais parentes] pra vir embora pra cá [Sítio Arruda].

A estratégia do fazendeiro para afastar os quilombolas da área, antes por eles conquistada, foi dificultar a produção de alimentos com a invasão dos animais herbívoros de sua fazenda nas plantações deles. Essa prática era comum nas comunidades negras que se aglomeraram no pós-abolição. Os negros ganharam a condição de libertos, no entanto permaneceram condicionados ao *status* de seres humanos inferiores.¹¹⁰

Citando o depoimento do remanescente de escravos Cornélio Cancino, de 82 anos, em 1995, a historiadora Matos (2005) constata que também no Rio de Janeiro os fazendeiros não respeitavam os libertos, e os prejudicavam colocando os seus rebanhos para comer suas plantações:

Um dia meu pai fez uma roça num lugar chamado São Lourenço. Meu pai deixou de trabalhar na turma aquele dia e foi capinar a roça dele. Aí o fazendeiro mandou tirar a cerca e botou os bois tudo pra comer, comeram a roça toda. Meu tio estava chegando e foi lá avisar meu pai. Quando chegou lá que viu aquilo, tio Cornélio viu aquilo e falou assim: meu Deus, ah, eu não fui trabalhar hoje, aí o fazendeiro mandou o apontador vir aí, abrir e botar os bois pra comer tudo (...) quer dizer que ninguém vai ficar rico no terreno dele não. Aí o meu tio disse: saia daí, vamos embora (...) a gente era um bicho, não vamos falar não, não vale apena. (MATTOS, 2005, p. 56)¹¹¹

¹¹⁰ Ver: FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Ed. DA Unicamp, 2006.

¹¹¹ A entrevista de Cornélio Cancino (remanescente de escravizados, em Juiz de Fora, Minas Gerais), encontra-se no livro Memória do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição, de RIOS, Ana Maria Lugão, MATTOS Hebe. 2005, p. 56.

Os fazendeiros não permitiam que os libertos construíssem patrimônios em suas propriedades, ou em seu entorno ou montassem estratégias que os autonomizassem dos grandes proprietários. O trabalho duro no campo continuou para os libertos como antes no cativeiro, assim como o poder e a autoridade impostos pelos fazendeiros se mantiveram por muitos anos no pós-abolição, o que ocasionou vários conflitos.

Os conflitos eram comuns nas diversas regiões do Brasil no pós-abolição. De um lado os libertos famintos que só sabiam cultivar a terra, tinha a necessidade de produzir os seus sustentos. Muitos foram lançados à própria sorte, uns passaram a mendigar nos centros urbanos, outros entraram na criminalidade e outras na prostituição. O sentimento de liberdade era manchado pela ausência de condição de vida digna. Do outro lado, os senhores de escravos, com seus compromissos econômicos e suas grandes fazendas necessitavam do trabalho cativo para tocarem seus negócios.

Na região estudada os remanescentes de escravos tinham uma grande dependência dos seus ex-senhores, pois as secas constantes e as áreas agricultáveis de baixa qualidade obrigavam a mendigar ajudas daqueles que eles conheciam. A principal atividade desenvolvida na região era a criação de gado e como ela necessitava de pouca mão de obra, isso ocasionava a continuação do trabalho dos libertos, muitas vezes apenas pelo alimento ou pelo frágil acesso a terra.

3.4 EVOLUÇÃO SOCIAL – A COMUNIDADE SE ENCONTRANDO

A comunidade Quilombola Sítio Arruda, no atual território, teve início em 1983, quando os remanescentes de escravizado vindo do Alto dos Grossos chegaram lá. No início tiveram muitas dificuldades. Para Severino Caetano de Souza,¹¹²

Quando chegamos aqui em 1983, não tinha uma casa pra nós morarmos (...) ficávamos debaixo de barracas de jiquiri, coberto com folhas. De noite os homens ficavam vigiando, por causa dos guaxinins, guarás e cobras, que vinham pra perto das barracas (...) nós não tínhamos nenhum cachorro pra espantar os bichos.

¹¹² Entrevista realizada com Severino Caetano de Souza em 25 de outubro de 2016, na comunidade Sítio Arruda, por José Willame Felipe Alves.

Toda a luta inicial dos quilombolas era pela sobrevivência, tomando a terra como centralidade de sua resistência, em decorrência do processo de exclusão e marginalidade que seus ancestrais sofreram no contexto escravista brasileiro. Produzir alimentos para todos e construir teto para cada família se tornaram as principais metas a serem alcançadas. Duas décadas se passaram, e os quilombolas continuavam, mesmo sem uma orientação técnica, focados nas metas propostas. Um horizonte surgiu, dias melhores se avizinhavam, conforme afirma Severino Caetano: *As coisas começaram a melhorar depois da entrada do Presidente Lula, quando ele começou olhar pra nós. Em 2005 nós conseguimos as cisternas, pra pegar uma água melhor. A necessidade era tão presente que eles não tinham conhecimento dos seus direitos. Até aqui nós não falávamos em comunidade quilombola.*

A comunidade Sítio Arruda só veio a despertar para conquista de direitos a partir de 2006, conforme afirma a segunda secretária da Associação Quilombola, Sra. Fátima Lourenço. Para ela a tomada de consciência e luta pelo resgate da identidade étnico-racial dos moradores surgiu a partir da participação de representantes da comunidade nos eventos do movimento negro do Cariri.

(...) surgiu através de reuniões. A gente ia a reunião no Crato, em Juazeiro (...) aí participamos de uma reunião de negros lá no Crato (...) Trazendo essa orientação (do movimento negro) a gente se orientou com o pessoal de Araripe, com a Adriana do CRAS e ela veio. Dr. Humberto (prefeito) na época deu muita força pra que a gente montasse essa associação (...). A gente orientando a comunidade, eu tendo um conhecimento maior, aí a gente findou montando essa associação. E até hoje a gente está continuando (...). Começou entre eu, o Severino (presidente da associação), o CRAS e o Prefeito. (...)

A partir desse despertar as lideranças quilombolas da Comunidade Sítio Arruda passaram a participar ativamente de eventos promovidos por entidades governamentais e não governamentais voltados para a discussão da temática quilombola, além de estarem se integrando às atividades do Movimento Quilombola em nível estadual e nacional. A partir da participação em eventos, inicialmente na região sul cearense, organizados pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC)¹¹³ e posteriormente em diversos locais do país, como: Fortaleza, Recife,

¹¹³ Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, entidade sem fins lucrativos, formado em Crato-CE no ano de 2001 com o objetivo primordial de promover a igualdade étnica/racial e a autoestima da população de cor negra na região caririense, além de propagar a consciência sobre nossa afro descendência, valorizando a nossa história e cultura. Ele conta com o apoio de entidades governamentais e não governamentais, profissionais liberais, autoridades religiosas, empresários e de

Salvador e Rio de Janeiro, a liderança dos quilombolas do sítio Arruda se conscientizou da possibilidade de lutar pela defesa dos direitos assegurados na legislação brasileira, passando assim, a implementar buscas de melhorias para a comunidade. Tendo como base de conhecimento o Programa Brasil Quilombola, que foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue:

Eixo 1: Acesso a Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

A comunidade, de forma humilde, mas consciente de suas necessidades e da luta que enfrentaria para a implantação dos seus direitos, passou a se organizar tendo como primeiro grande objetivo conseguir a certificação como remanescente de quilombo e posteriormente a regularização e ampliação de suas terras. Buscou apoio e incentivo em instituições da região, como: Associação Cristã de Base (ACB) do Crato, do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Araripe, da Prefeitura de Araripe, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Câmara Municipal de Salitre.

qualquer pessoa da própria população que pretenda se engajar num propósito político-social consistente.

Para Santos:

A busca por direitos e os entendimentos sobre a noção de cidadania parecem um processo em construção por parte de muitas comunidades. Uns dos primeiros aspectos que chama a atenção nos discursos reivindicatórios da cidadania é o dos reconhecimentos das comunidades, antes mesmo dos seus territórios, por parte do Estado. A legislação garante, inicialmente, a certificação da comunidade como remanescente de quilombo; após, dão-se o processo de reconhecimento dos territórios e a titulação. Ocorre que a primeira etapa de certificação habilita, ainda que com dificuldades, muitas comunidades a buscarem recursos públicos em órgão do estado. (SANTOS, 2014, p. 135).

Junto com o processo de reconhecimento de identidade da comunidade, os remanescentes de quilombolas passaram a pleitear benefícios governamentais oriundos de programas sociais. O CRAS de Araripe referenciou a comunidade junto ao seu Cadastro Geral, como comunidade quilombola, modificando assim a natureza da associação comunitária.

Após o cadastro no CRAS, os moradores passaram a ter mais acesso às políticas públicas de saúde, educação, assistência social, assistência agrícola, graças a ações coordenadas pelo CRAS junto a outras secretarias municipais. Os primeiros benefícios que Chegaram na comunidade foram os Programas de construção de Cisternas de Placas e o Luz para Todos, que contribuíram para melhorar as condições de vida da população, que passou a ter acesso à água de qualidade e a energia elétrica. Posteriormente, receberam do INCRA a escritura da área pleiteada, o território foi ampliado de 48,8196 para 334,3401 hectares.

A comunidade tem se mantido unida na busca por seus direitos e vem conseguindo melhoras significativas. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão uma escola de ensino fundamental, com quatro salas de aulas, laboratório de informática, biblioteca e cozinha equipada, com recurso do FNDE.

Está sendo desenvolvido o Programa Paulo Freire com ações que contemplam as mulheres, projeto de artesanatos e com ações que contemplam os homens, projeto cabras leiteiras.

3.4.1 Teve um inverno bom, nós tiramos muito legume e as coisas foram melhorando

Os remanescentes de quilombos do Sítio Arruda vivem prioritariamente da produção de produtos agrícolas. Outras rendas são originadas de empregos públicos, pequena produção artesanal, programas sociais e aposentadorias.

Para Antonio Caetano de Souza,¹¹⁴ atualmente a vida está muito boa na Comunidade quilombola Sítio Arruda, mas no início, quando chegaram, vindo do sítio Alto dos Grossos, foi muito difícil.

Nós comíamos mais pão de mandioca (...). Um senhor que morava aqui perto nos deu uma rocinha de mandioca (...) nós trabalhávamos até 10 horas, nas nossas roças, depois íamos colher a mandioca, ralar e as mulheres faziam o pão, beju, sabe o que é beju? Aí nós comíamos e voltávamos pra roça. Em 1984 teve um inverno bom, nós fizemos muito legume e as coisas foram melhorando um pouco! Fomos fazendo nossas casinhas, pra cada família. Sempre juntos, nós sempre fomos muito unidos! Nos anos 90 nós arrendamos uns roçados dos vizinho, aí plantamos muito e tiramos muito legume, vendemos um pouco pra compras café, açúcar, sabão (...) carne era muito difícil (...) comíamos caças: tatu, peba, cutia, preá (...) e nós pescávamos também, nos açudes da região. As coisas eram muito difíceis (...) mas nós sofriamos todos juntos, sempre unidos!

Mesmo diante de tantas dificuldades os quilombolas não abandonaram o sentimento de pertencimento, pois todos se viam como membros de uma coletividade, ou seja, uma comunidade de remanescentes de escravizados. As atividades econômicas para gerar os alimentos necessários, estavam vinculadas, prioritariamente à agricultura, que se mantém até a atualidade.

As atividades agrícolas, que são desenvolvidas na comunidade acontecem de forma organizada e planejada, pois a área é pequena, para que dela sejam produzidos os alimentos necessários para o sustento das 46 famílias. As circunstâncias são condicionantes para que os quilombolas mantenham uma relação de sustentabilidade ambiental. No entanto, as áreas estão bastante desmatadas, dado a quantidade de roçados necessários para a produção de alimentos, que sejam suficientes para alimentar cerca de 180 quilombolas.

¹¹⁴ Entrevista realizada com Antonio Caetano de Souza, por José Willame Felipe Alves, em 21 de outubro de 2016.

A seleção das áreas para plantio segue uma decisão coletiva, sobre a responsabilidade da associação comunitária quilombola. Conforme Antonio Caetano, as áreas são definidas para o plantio em uma reunião da associação:

No período de preparar as terras para plantar (segundo semestre), as famílias se reúnem e nós decidimos qual parte do terreno será cultivado, aí dividimos por partes (...) cada família fica com um tanto, mas nós trambulhamos juntos (...) quando termina de uma família passamos pra outra. A terra do baixio está toda preparada, arrancada o toco, umas 60 tarefas, lá plantamos milho e feijão (...) na chapada vamos plantar outro tanto, que ficou do ano passado, não houve inverno e a terra ficou pronta.

Percebe-se que há muito cuidado na exploração das áreas do território. Os quilombolas recebem orientação de instituições de extensão rural, que orientam para uma boa utilização do solo.

Conforme relatos do senhor Caetano “lá no Alto dos Grossos eles cultivavam: mamona, algodão, fava, milho, andú, dentre outros”. Disse que vendiam algodão, fava, mamona e milho; só não vendiam, feijão e andu, por serem produzidos apenas para o consumo próprio. No entanto, seria necessário na nova comunidade, área de terra agricultável com capacidade suficiente, para que se cultivassem os alimentos necessários para manutenção da vida de todos dos quilombolas da comunidade.

Percebe-se que os remanescentes de quilombos vivem prioritariamente da produção de produtos agrícolas, cultivados por meio de processos típicos de comunidades rurais nordestinas, onde se utiliza da terra para tirar o sustento alimentar, conservando métodos tradicionais de exploração, sem o uso de técnicas ou mesmo de orientações de conservação do meio ambiente dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, na conhecida agricultura de subsistência. Outras atividades são consideradas importantes, como a caça e a pesca, atualmente, por motivos ecológicos e de escarceis de reservatórios hídricos na região, estão minimizadas.

No que se refere aos recursos para manutenção da comunidade, além da agricultura existem outras receitas. Conforme a professora Fátima:¹¹⁵

(...) são cerca de 30 senhores e senhoras aposentados e aposentadas, alguns auxílios doenças (...) temos problemas com crianças, que são filhas de parentes, entende? Consanguinidade, é menino autista, com demência, aleijados (...) nós já estamos preocupados com os casamentos entre parentes. Temos dois servidores públicos (professoras) do município de

¹¹⁵ Entrevista realizada com Fátima Lourenço, em 21 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

Araripe, tem também seguro safra, bolsa família, quando nasce uma criança tem o auxílio-natalidade, todos esses recursos são utilizados para manutenção dos moradores e da comunidade.

Para o líder Severino Caetano, alguns remanescentes de quilombolas da comunidade continuam trabalhando nas propriedades vizinhas, como diaristas, principalmente nos meses de maio a dezembro, período da quadra de estiagem de chuvas na Chapada do Araripe, o que complementa a renda familiar e ajuda no sustento das famílias.

3.4.2 *Juntos produzimos nossa alimentação: agricultura familiar*

Atualmente, com a devida orientação dos órgãos governamentais: Secretaria de Agricultura do município de Araripe e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e com os financiamentos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a comunidade quilombola Sítio Arruda desenvolve Agricultura Familiar.

A agricultura familiar surge como um veículo de oportunidades a promoção de rendas e de ocupações para os quilombolas. Devido as dificuldades enfrentadas, originadas da pobreza associada ao racismo, inerente a uma sociedade que conviveu com 350 anos de escravismos e que ainda hoje caracteriza-se por uma cultura preconceituosa, eles buscaram alternativas de sobrevivência.

O termo agricultura familiar não é novo, mas a sua penetração no meio acadêmico, nas políticas governamentais e nos programas sociais é algo das últimas duas décadas. Com o advento do PRONAF, em 1996, implantado pelo poder público federal, visando atender aos trabalhadores rurais que vivem nas diversas regiões do Brasil, e posteriormente com a criação da Lei 11.326/2006, que estabelece diretrizes para esse setor, passou-se a conceituar o termo tendo como base um grupo bastante heterogêneo.

O desenvolvimento rural necessita ser um conceito espacial e multissetorial e a agricultura, como parte dele. A integração de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas economias regionais.

A ideia de uma agricultura familiar sustentável aparece, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Indica o anseio social dos preceitos produtivos que, respetivamente, mantenham os

recursos naturais e abastecem produtos mais saudáveis, sem afetar os níveis tecnológicos já alcançados de garantia alimentar. Procede de emergentes apertos por uma agricultura que não danifique o meio ambiente e a saúde (MELLO, 2007, p. 3).

Portanto, a agricultura familiar não deve ser vista como agricultura de subsistência, é importante notar o seu significado na sociedade e na economia, tendo influência direta na geração de emprego e renda, e na preservação de áreas florestais.

Os quilombolas do sítio Arruda não se consideram agricultores familiares, mesmo desenvolvendo lavouras, com orientação técnica e financiamento do PRONAF, dizem que “plantam para alimentar a família”, ou seja, desenvolvem uma agricultura de subsistência. Para eles o conceito não é tão relevante.

No Brasil, os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes. Martins (1986) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira. No nordeste, denomina-se tabaréu. Em diferentes regiões do País encontra-se o caboclo. Para o autor, todas são palavras de duplo sentido. Fazem referência a agricultor, a quem vive no campo, mas também indicam uma pessoa rústica, atrasada e ingênua. São palavras depreciativas, ofensivas, muitas vezes relacionadas à preguiça, à pouca disposição para o trabalho. Para Martins, houve um escamoteamento conceitual devido ao fato de, no Brasil, termos uma história urbana, uma história dos que participam do pacto político, do qual o camponês é excluído e pelo qual é visto como um ator inferior, não essencial.¹¹⁶

Embora existam vários conceitos para os agricultores familiares, conforme as diversas regiões do país, os remanescentes de quilombolas do sítio Arruda não têm apego ao termo “*agricultura familiar*”, como afirma Severino Caetano.¹¹⁷ No entanto, é perceptível que eles desenvolvem agricultura familiar, pois, mantêm o propósito de produzir alimentos necessários para a sobrevivência da comunidade, o que fazem com o envolvimento de toda família. Para Aires (2013, p. 42) o agricultor familiar também pode ser considerado aquele que possui na agricultura a sua principal fonte de renda e a gestão da propriedade é de responsabilidade da família, bem como a mão de obra utilizada.

As famílias são consideradas camponesas, sobrevivem de pequenas roças feitas e cultivadas por todos, em seus pequenos quintais e do trabalho como diaristas

¹¹⁶ Citado por ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar 2007 (Brochura de circulação restrita).

¹¹⁷ Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

nas propriedades vizinhas, além das diversas rendas provenientes de Programas sociais governamentais.

Conforme Castro (2007),¹¹⁸ avaliando as famílias camponesas, identifica-se a seguinte realidade: elas têm uma diversidade de atividades rotineiras e diárias. A mulher cuida da casa, mas quando lhe sobra tempo vai para o campo ajudar o seu esposo e filhos na produção dos alimentos, que são consumidos por todos e o excedente comercializado no mercado, essa prática é desenvolvida no quilombo. Além desse trabalho coletivo na agricultura, eles cuidam dos seus pequenos rebanhos de animais, e principalmente, a divisão social das atividades laborais, respeitando os limites, direitos e deveres de cada membro da família, ou seja, essas atividades diversificadas estão completamente vinculadas à reprodução de sua família.

O que se percebe nas famílias dos quilombolas é, também, uma organização das atividades laborais. As ações que necessitam de mais força são realizadas pelos homens, como: brocar, arrancar touco, fazer alicerces de prédios, construir cercas. Enquanto que, para as mulheres estão reservadas as atividades “consideradas leves”, como: plantar, colher, beneficiar os produtos, manejar os animais, artesanatos e cuidar da lida doméstica.

¹¹⁸ Citado por CASTRO, Vânia Maria Vasconcelos. Os camponeses do assentamento Vida Nova-Transval de Canindé: Ceará e sua relação com terra, trabalho e os meios de produção, Monografia de Especialização. UFC, Ceará, 2007.



Foto 14: Mulheres desbulhando feijão no terreiro, em meio a crianças e homens.
Fonte: Arquivo da Associação Quilombola do Sítio Arruda

O milho, Feijão e mandioca são os principais produtos produzidos na comunidade Quilombola Sítio Arruda, sendo que, o feijão é cultivado consorciado com o milho, conforme orientação técnica oferecida pela EMATERCE. O consórcio de cultura é bastante implementado no nordeste brasileiro, principalmente por pequenos agricultores, que aproveitam pequenas áreas para produzir uma maior variedade de produtos, o que acontece na comunidade pesquisada.

Para Ramalho (1985) são muitas as vantagens de se plantar em consórcio de cultura, entre as principais estão:

- a) Maior produção de alimentos por área. De modo geral, no plantio consorciado, obtêm-se produções equivalentes de milho às do monocultivo, e a produção de grãos de feijão passa a ser uma quantidade adicional de alimentos produzidos por área.
- b) Estabilidade de rendimento. É frequentemente sugerido que a principal razão para a predominância do cultivo associado entre os pequenos agricultores é a maior estabilidade de rendimento nos diferentes anos. Isto é facilmente explicado pelo fato de que, no sistema consorciado, se uma das culturas falha ou se desenvolve fracamente, a outra cultura componente pode compensar; tal compensação não é possível se as duas culturas são cultivadas separadamente.
- c) Melhor controle das plantas daninhas. Isto ocorre porque este sistema

possui, em relação ao monocultivo, uma comunidade de plantas mais competitivas no espaço e no tempo.

d) Melhor controle de erosão. Observações de campo mostram que o sistema consorciado milho e feijão proporciona maior cobertura do solo, especialmente na fase inicial de desenvolvimento, o que contribui para uma melhor proteção do solo contra a erosão.

e) Melhor aproveitamento da mão de obra. Como não há coincidência no ciclo das duas culturas, há um melhor aproveitamento da mão de obra e, conseqüentemente, uma maior fixação do homem no campo (RAMALHO, 1985, p. 37).

O consórcio entre estas duas culturas, para a comunidade é a garantia de colheita, pois a plantação é feita no sistema manual – tração humana, não há utilização de máquinas agrícolas, pois a comunidade ainda não tem equipamentos agrícolas, como: trator e plantadeira. Apenas no preparo da área de baixo é utilizado o arado, cedido pela Secretária de Agricultura do município de Araripe, por meio do programa Preparo de Terra.

Vale destacar que os produtos produzidos, atualmente no Território do Sítio Arruda, são considerados orgânicos. O preparo do solo, manejo e colheita obedecem a técnicas, conforme orientações da Empresa de Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. Para o Engenheiro Agrônomo Sílvio Roberto Peteado, algumas técnicas são fundamentais para cultivar produtos orgânicos.

- Preparo adequado do solo com equipamentos que não promovam a reversão ou a desagregação da estrutura do solo;
- Adoção das medidas de conservação do solo, como terraços, caixas de contenção, plantio em nível, etc;
- Manejo adequado do solo, mantendo a aeração, matéria orgânica, a flora e a fauna benéficas;
- Manejo das ervas invasoras, preservando no máximo sua permanência na área;
- Coberturas mortas no terreno, como forma de proteção natural;
- Não aceita o emprego de agrotóxicos ((inseticida, herbicida, fungicida, nematicida, bactericida) no controle de pragas e doenças, assim como o uso de herbicidas químicos;
- Não permite o emprego de produtos, fertilizantes, restos vegetais, etc no solo que contenham quaisquer contaminantes químicos, biológicos, patogênicos, etc;
- Uso de defensivos alternativos e armadilhas específicas, de forma que não causem impacto negativo sobre a população de insetos e micro-organismos, que compõe o ecossistema;
- Uso de produtos que aumentem a resistência das plantas e fornecimento de micronutrientes deficientes que ativem os processos de síntese de proteínas (Peteado, 2001, p. 15).

Mesmo observando que os agricultores obedecem às técnicas, os mesmos não requereram a certificação dos produtos orgânicos, uma vez que a prioridade da

produção é a alimentação dos próprios quilombolas residentes no Sítio Arruda. No entanto, parte da produção excedente é comercializada, no mercado do Município de Araripe, para a compra de produtos essenciais não produzidos na comunidade.

O mercado, mesmo com sua lógica central de obtenção do lucro imediato, pode eventualmente oferecer alternativas econômicas vantajosas para os agricultores familiares, embora não exista nenhuma segurança quanto à estabilidade de tais alternativas. Na relação que ao longo do tempo vêm desenvolvendo com o mercado, os agricultores se familiarizaram com suas leis e desenvolveram formas menos ortodoxas de participação, procurando não cair em uma submissão total aos desígnios do comportamento mercantil. Logicamente, encontrar este equilíbrio é tarefa difícil, mas, de qualquer maneira, não impede a busca de oportunidades que os agricultores familiares têm aproveitado em determinadas situações.¹¹⁹

Podemos identificar também a relação da família camponesa com o mercado. Esta relação que se dá a partir da venda do excedente da produção agropecuária para a compra de produtos necessários para a manutenção do dia a dia da família, que não possui e que não são produzidos no Quilombo, por exemplo: café, açúcar, sabão, óleo, ferramentas de trabalho, dentre outros. Desse modo, no trabalho cotidiano da unidade camponesa, parte da produção entra no consumo direto da família e, a outra parte, considerada, o excedente, pode vir a ser comercializada sob a forma de mercadoria para suprir o consumo de produtos que não são gerados na comunidade, o que se configura, portanto, numa unidade de produção com atividades econômicas de origens não capitalistas, muito embora, estejam subordinadas ao modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1990, p. 56).

Conforme Marques (2010, p. 90), as famílias dos remanescentes quilombolas vendem parte de sua produção agrícola para comprar bens não produzidos na comunidade, como querosene, sabão, fósforo, sal, café, açúcar, fumo, farinha, trigo e ferramentas de trabalho. Antigamente se comprava esses produtos fora da comunidade, nas cidades de Araripe ou Campos Sales. Depois essas mercadorias passaram a ser adquiridas de atravessadores, comerciantes itinerantes que passam pelas terras quilombolas.

¹¹⁹ Ver em INSTITUTO GIRAMUNDO Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica – PROGERA /Agricultura Familiar/CANUTO, J. C. e CARMO, M. S. Botucatu/SP: Giramundo, 2009. p. 24.

3.5 SE TEM UMA COISA QUE EU SEI FAZER É BATER, BATER NO PANDEIRO EU SEI, MAS OUTRA COISA EU NÃO SEI NÃO: ATIVIDADES CULTURAIS E RELIGIOSIDADE

O povo da comunidade quilombola Sítio Arruda é alegre, gosta de música e de dança. O canto está sempre presente em seu cotidiano e nas festas. Para Antonio José do Nascimento, tocador de pandeiro, integrante da banda cabaçal do quilombo:

Antigamente, quase toda noite nós fazíamos festas, um dia na casa de um, outro dia na casa do outro (...). Quando não tinha energia elétrica, daí não tinha televisão. Ela não deixa mais ninguém sair de casa. A nossa banda tinha tocador de pífanos, zabumba e eu toco pandeiro (...) o povo dançava muito (...) o povo aqui é festeiro. Mas já morreram quase todos da banda e nós nem tocamos mais (...) agora a juventude quer é banda de forró.

As bandas cabaçais¹²⁰ fazem parte do folclore nordestino e é tradição na região do cariri cearense. Para Silva (2011, p. 11) elas são comumente classificadas como folguedos e/ou brincadeiras por possuírem encenações com certa estruturação que envolve música, dança, performance e dramatização. A sua origem está relacionada às festividades religiosas dos negros e dos indígenas. Essa ligação com a religiosidade ainda existe nos dias atuais, sendo que, geralmente, os integrantes de bandas cabaçais, em sua maioria, têm uma relação forte com a Igreja Católica. Em razão disso, costumam ser convidadas pelas paróquias locais para tocarem em romarias ou nos festejos de celebração dos santos. No entanto, é mais comum ver apresentação de uma banda cabaçal em algum evento público ou de alguma instituição do circuito cultural, o que pode ser considerado, uma mudança na forma como a manifestação da banda cabaçal se desenvolve e no significado de tal prática cultural popular (SILVA, 2011).¹²¹

¹²⁰ A Banda Cabaçal, ou Banda de Couro, Banda de Pífanos ou apenas Cabaçal é o conjunto musical mais típico do interior cearense, notadamente da região caririense. Originou-se no meio dos escravos africanos, segundo alguns estudiosos, mas se desenvolveu e adquiriu suas peculiaridades principais entre o próprio povo do Cariri. Outros justificam a influência indígena, possivelmente devido ao uso de instrumentos, de características indígenas. A Banda Cabaçal se compunha de quatro elementos tocando zabumba, pífanos e uma caixa. Atualmente é comum ver-se cinco elementos vez que, o uso dos pratos, foi introduzido, talvez por influência da Banda de Música. Quanto ao termo “cabaçal”, tem como explicação a semelhança do barulho do conjunto com aquele produzido pelo choque de cabaças secas. O Instituto Cultural do Cariri, mantém sob sua responsabilidade cerca de sete conjuntos, sendo um dos mais famosos, a Banda Cabaçal Irmãos Aniceto, localizada no município de Crato.

¹²¹ Citado por SILVA, Jéssica Soares. Entre toadas, leis e cachês: as práticas das bandas cabaçais do Cariri cearense e as ressignificações do conceito de culturas populares. 2011. 96f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais,

Conforme Costa (1999, p. 59), *essa é uma tradição que perdura em pouquíssimas localidades do Nordeste Brasileiro, é o Cabaçal o conjunto musical mais exótico dessa região do país*. As bandas cabaçais sempre estão presentes nas festividades religiosas do cariri cearense, com performance e que atrai religiosos e curiosos. Assim acontece em suas apresentações.

Sempre presentes em festas religiosas, as Cabaçais guardam cerimonial especial para a louvação dos santos. A homenagem se dá em época de novenário, em casa de família; rica ou pobre. A mesma cerimônia é executada da entronização, renovação do sagrado Coração de Jesus, ou mesmo diante do Menino Jesus, na lapinha. A banda entra na sala da residência, tocando e logo depois seus membros se separam para a louvação, um a um, sem que seja interrompida a tocada. Um de cada vez faz a reverência com a cabeça, quase um salamaleque, ajoelha-se, beija os pés do Santo e sai da frente para que o próximo se aproxime. Quando chega a vez do zabumbeiro, este reverencia a imagem com a inclinação da cabeça, e depois, põe o zabumba no chão, ajoelhando-se com a mão esquerda apoiada no instrumento. Após a homenagem individual, voltam para fazê-la de dois em dois, com o mesmo cerimonial: a música a vibrar estridente e melódica (COSTA, 1999, p. 60).

Além das participações nas festas de Padroeiro, renovação e novenário, as Bandas Cabaçais, também se apresentam em bailes, acompanham procissões, em festividades públicas municipais, em praças, em aniversários, acompanham folguedos populares e até acompanham enterros de crianças.

Fátima Lourenço, líder comunitária e professora, afirma que a comunidade gosta de festas, e as organiza sempre que tem motivos para festejar. No mês de outubro tem os festejos alusivos à padroeira Nossa Senhora Aparecida, compostos de nove noites de novenas com um leilão no encerramento. As mulheres mantêm a tradição de cantar benditos.

São nove noites, cada dia em uma casa diferente. Os donos da casa que vai receber a Santa, prepara o local. A Santa é levada em cortejo. Vamos rezando e cantando bendito. Quando chega à noite, retorna para a sede da associação e uma pessoa traz uma palavra, dirige a novena, canta mais benditos e depois termina. Marca a próxima casa do dia seguinte. A Santa fica durante todo dia na sala da casa, em um altar com velas acesas. Na nona noite a celebração é feita com muita gente presente, tem uma banda musical. Nós convidamos as comunidades vizinhas, e sede do município, autoridades religiosas, políticas de Araripe, realizamos o leilão pra arrecadar dinheiro pra construção da nossa igreja.¹²²

Para Monteiro Júnior (2015, p. 13)¹²³ os benditos são canções religiosas da Igreja Católica executadas nos pífanos e acompanhadas pela percussão do grupo são tocadas nos festejos e celebrações sacras. Para Severino Caetano muitos costumes antigos estão se perdendo na juventude, *a televisão e os celulares têm ocupado a mente dos nossos filhos e eles não têm mais o interesse que nós tínhamos antigamente, quando morre um velho vai com ele todo o seu conhecimento. Os nossos festejos são animados porque os mais velhos tomam a frente.*

Existiam na comunidade, as festas de reisado, sendo famosas pela animação, existindo um grupo de reisado responsável pelos eventos festivos, que tinha a música da Cabaceira como a mais famosa, e Seu Antonio José do Nascimento traz um relato sobre isso:

Tinha a zabumba, que ele [sogro] quebrou antes de morrer. Tinha o pandeiro (...) O líder do grupo era o meu sogro, e eu batia no pandeiro. Ainda hoje tenho o pandeiro lá dentro. Nós tocávamos lá no Coqueiro e aqui também. Mas acabou-se. O movimento era na frente das casas, era de tirar esmola de santo, e de rezar (...), tinha o pife na música da Cabaceira (...) ele tocava no pife, o finado João Batista batia na zabumba e eu batia no pandeiro e outro batia no triangulo (...). Se tem uma coisa que eu sei fazer é bater, bater no pandeiro eu sei, mas outra coisa eu não sei não.¹²⁴

As atividades com o conjunto musical foram suspensas por falta de tocadores. Conforme afirma Sr. Antonio José,¹²⁵ *sinto muita saudade, mas os velhos tocadores morreram e os jovens não têm interesse de aprender a tocar. O meu sogro antes de morrer quebrou o zabumba, ficou triste porque não tinha quem tocasse, nunca mais tiramos esmolas para os Santos.*

Os pedidos de esmola para o Santo eram características marcantes das festividades religiosas em vários lugares do Brasil, eram uma maneira de se conseguir ajuda para as despesas da festa. No passado, era comum ver devotos andando nas comunidades, acompanhados de representantes da Igreja Católica Apostólica

¹²³ Ver em MONTEIRO JÚNIOR, F. S. S. Tradição na Modernidade: A performance da Banda Cabaçal Padre Cícero de Juazeiro do Norte – CE. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

¹²⁴ Primeira entrevista com Antonio José do Nascimento, realizada em 21 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves.

¹²⁵ Segunda entrevista com Antonio José do Nascimento, realizada em 05 de janeiro de 2017, por José Willame Felipe Alves.

Romana carregando imagem de santos. O cortejo ia de porta em porta, arrecadando donativos para a realização das festas.

No Maranhão, a festa do Divino, era comum tirar esmolas, conforme Dona Jacy, caixeira-régia da Casa das Minas, nos fala sobre esse importante momento da festa: os pedidos de esmola. *As festas do passado eram mais bonitas, tinham as esmolas: dia de domingo a gente se reunia e ia de porta em porta tirando esmola, cantando versos bonitos (...) Aí uma dava, outra dava, outras choravam. Para ela, hoje não acontece mais* (PACHECO, GOUVEIA E ABREU, 2005,p. 24).

O Senhor Antonio José gostava daquela atividade religiosa. Ele comenta:

Tenho saudade de cantar tirando esmolas para os Santos dessa região. Todas as comunidades nos chamavam para essa devoção, eram: Catolé, Braúna, Lagoinha (...) no tempo dos festejo de cada santo: São José, São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida, Divino Espírito Santo, são muitos Santos. Era bonito, aquele cortejo: homens, mulheres e crianças, saíamos de porta em porta. O povo era animado nas festas.

O pesquisador perguntou se lembrava de algum bendito que cantavam quando tiravam esmolas pra o Santo, de pronto falou que sim e foi logo cantando, *quando chegávamos na casa, pedia a esmola, assim:*

Esse Santo pede esmola
mas não é por precisão
pede pra experimentar
esses devotos quem são.

Após receber a esmola nós cantávamos em agradecimento, assim:

Deus lhe pague a santa esmola
que botou de coração
no reino dos céus se veja
na mesa da comunhão.

Para o senhor Antonio José as coisas mudaram, hoje a esmola para o Santo é pedida nas Missas, pelo Padre, ou se manda uma carta ao devoto pedindo ofertas específicas para o festejo.

Apesar de se definirem como católicos, os quilombolas não têm um espaço apropriado para a prática das atividades religiosas. Conforme a senhora Antonia Pereira de Alencar,¹²⁶ 47 anos,

¹²⁶ Entrevista realizada com Antonia Pereira de Alencar, em 05 de janeiro de 2017, por José Willame Felipe Alves.

(...) a padroeira é Nossa Senhora Aparecida, mas os moradores são devotos de vários santos e respeitam a todos, eu mesma sou devota de São Francisco. No decorrer do ano tem dois períodos de festejos: no mês de maio, alusivo a Mãe Rainha e no mês de outubro a Nossa Senhora Aparecida (padroeira). Essas atividades são desenvolvidas nas residências, o que nós chamamos de novenário itinerante, um dia numa casa e outro dia em outra casa.

Além dos festejos tradicionais, outras manifestações religiosas são praticadas de forma privada ou familiar, como terços, velórios, sentinelas. Quando desejam participar de uma missa, quando decidem batizar uma criança ou realizar um casamento, os quilombolas têm que se deslocar para comunidades vizinhas ou para as cidades de Araripe ou Campos Sales. Para Fátima essas dificuldades acabarão com a conclusão da construção do templo, que está bem adiantada, com previsão de inauguração para dezembro de 2016.

Fátima relatou ainda sobre um ritual que é feito durante os velórios, que seguem ainda tradições antigas do meio rural, como orações, benditos, *incelências* e outros cantos fúnebres. As *incelências* são cantos fúnebres, resultado da fusão de culturas de matriz portuguesa, indígena e africana. Esses cantos são entoados em velórios, mas também em sentinelas com o sentido de despertar os moribundos, aqueles que estão muito doentes, mas que ainda há esperança de recuperação ou não, quando uma pessoa está desenganada em estado terminal, a noite é feita sentinela em sua casa, um rito de purificação de pecados, ou então, acompanhar a alma do ente querido aos cuidados dos Anjos e Santos, até à entrada no céu (SANTANA, 2011).¹²⁷

Em uma descrição deste ritual, Santana (2011), assim apresenta:

Uma "Excelência" é cantada se a morte se verificar durante a tarde, e à chegada do crepúsculo. Há também a "Excelência" da barra do dia, quando o dia vem clareando. Uma outra "Excelência" canta as partes do corpo do morto. Conhecemos neste ritual a "Excelência" da roupa ou da mortalha, quando vestem o defunto. Aqui aparece a "Excelência" do cordão da mortalha. Depois, vêm a "Excelência" da despedida e a reza da saída do caixão. Este canto é entoado até desaparecer o cortejo fúnebre. Um trecho deste hino é recitado assim: "'Fulano, quando tu passá/No caminho do Bom Jordão/ E perguntares:/ 'O que tu leva?', / Tu dirás:/ 'Levo ceras e cordão'. No catolicismo popular brasileiro, as "incelências" são também chamadas de: Excelências, Encelências, Incelências, Insalências, ixelências, exelência. As "incelências" são um tipo de canto fúnebre de matriz popular, vastamente

¹²⁷ Citado por SANTANA. Manoel Henrique de Melo. *Incelências: o povo canta seus mortos*. Revista *Incelências*, 2011, v. n. (1), p. 86-96.

difundido no interior do Brasil e entoado junto aos moribundos e defuntos. Quando junto aos moribundos, acredita-se, têm o poder de despertá-los ao arrependimento de seus pecados e garantir-lhes o céu (SANTANA, 2011, p. 87 e 89).

Um costume muito comum na comunidade e que aos poucos foi deixado de lado, era o rito de transporte do defunto. Era feita uma grade de madeira, o morto era colocado dentro de uma rede e conduzido ao cemitério, a pé, carregado por grupos de quatro homens, cada, que iam se revezando, sendo o cortejo acompanhado com a entoação das incelências.

Atualmente, a comunidade não dispõe de cemitério quilombola para sepultar adultos. Existe, no local, um lugar que eles denominam de *cemitério de pagãos*, onde são sepultadas as crianças que morrem antes de serem batizadas e os quilombolas batizados são sepultados em um cemitério a cerca de três km, na comunidade Bolandeira dos Estevãos.

Mesmo sendo uma comunidade predominantemente católica, as manifestações religiosas provenientes de matrizes afro-brasileiras são respeitadas por eles. Não há terreiro na comunidade, e nem manifestação coletiva de culto afro, mas é comum a utilização do que eles denominam de orações fortes, herança cultural de quilombolas mais antigos, os chamados curandeiros ou videntes. São rezadores populares como Sr. Enoque Nascimento (97 anos), o quilombola vivo mais idoso que, segundo Severino Caetano, *afasta encostos das pessoas, tem capacidade de curar, dom que ele diz ser natural. É sempre procurado por pessoas da região com algum problema de saúde física ou espiritual*. É um quilombola muito respeitado pela sua generosidade e capacidade de interceder pelas pessoas enfermas.

3.5.1 “Os Morenos” é considerado um dos melhores times de futebol da região: esporte e lazer

Além das festas, o lazer dos quilombolas inclui o esporte, praticado tanto por homens quanto por mulheres. Na comunidade existe um campo para a prática do futebol. Durante o ano são realizados vários torneios, nos quais competem equipes de diversas comunidades do município, formadas por quilombolas e não quilombolas.

A comunidade é respeitada no município de Araripe, também neste quesito de organização esportiva, pois a equipe de futebol amador, que participa do campeonato

municipal, com o nome de “*Os Morenos*” é considerada um dos melhores times de futebol da região, afirma Severino Caetano.

Outras atividades de lazer, para adultos e idosos são praticadas na comunidade. É comum ver nas calçadas rodas de pessoas jogando carteados ou dominó.



Foto 15: Uma mesa de carteados, numa calçada, no final da tarde.

Fonte: Arquivo da Associação Quilombola do Sítio Arruda

Atualmente, a comunidade pleiteia junto aos poderes públicos a construção de um ginásio poliesportivo. Severino Caetano, um dos coordenadores dessas atividades, diz que os mais velhos estão preocupados com a ociosidade da juventude, principalmente das mulheres, precisa de local para práticas esportivas, já que não jogam futebol de campo. Ele diz: *se os jovens preencherem o tempo das noites não vão buscar ocupação no álcool, o que alguns fazem no momento*. Para ele o esporte e o lazer contribuem na formação dos jovens e na criação de vínculos mais sólidos com a comunidade na qual vivem.

3.6 VIVÊNCIAS POLÍTICAS

Associação Comunitária do Sítio Arruda foi criada no dia 12 de abril de 2006, conforme relato da Senhora Fátima Lourenço,¹²⁸ secretária que fez todos os registros históricos da referida associação, com o objetivo de *“promover reuniões, estudos, encontros, debates e palestras com o fim de promover o desenvolvimento sociocultural e político da comunidade”*, até então ela foi criada como associação comum, igual às demais do município de Araripe. No ano seguinte houve uma ação do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), por meio dos serviços de assistência sociais incentivou a comunidade a mudar a natureza organizacional, passando para uma associação quilombola. Para Severino Caetano as Assistentes Sociais fizeram um grande trabalho de conscientização, *pois até aquele momento não sabíamos nada de quilombola, apesar de ser uma comunidade de negros e negras*.

A Associação Quilombola do Sítio Arruda foi reconhecida de utilidade pública no dia 09 de julho de 2008, pelo Prefeito Municipal de Araripe, Sr. Francisco Humberto de Menezes Bezerra, por meio da Lei Municipal nº 853/2008. No ano de 2009 a comunidade encaminhou para a Fundação Cultural Palmares um abaixo-assinado solicitando a Certidão de Auto Reconhecimento como comunidade quilombola, vindo a ser certificada em 02 de março de 2009. E em 7 de abril de 2009 a comunidade encaminhou ao INCRA uma solicitação de reconhecimento e demarcação de seu território. Sendo que no dia 20 de julho de 2009 o Superintendente do INCRA no Ceará assinou a Ordem de Serviço nº 71/2009, através da qual designou uma Equipe Técnica, composta por um antropólogo, dois agrônomos, um geógrafo, dois procuradores federais, um economista e um assistente administrativo, com o objetivo de desenvolver pesquisas de campo e elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território pleiteado pela Comunidade. Os trabalhos de campo se iniciaram em fevereiro de 2010 e foram concluídos em setembro do mesmo ano. No período de 23 de fevereiro de 2010, a equipe técnica do INCRA iniciou os estudos preliminares para identificação e delimitação das terras ocupadas pelos remanescentes do Quilombo Sítio Arruda, tendo sido iniciado também o cadastro das famílias quilombolas e não-quilombolas e o levantamento da cadeia dominial, além da delimitação da área pleiteada. No dia 25/04/2016 a comunidade recebeu a escritura

¹²⁸ Entrevista realizada com Fátima Lourenço, em 21 de outubro de 2016, por José Willame Felipe Alves

provisória da área reivindicada, elevando-se para 334,34 hectares.

Atualmente moram no Sítio Arruda cerca de 180 quilombolas, destes, 97 são eleitores. Não existe uma determinação para que sigam um só candidato, são livres para escolherem seus representantes, no entanto, a organização da comunidade desperta interesses dos agentes políticos da região, são muitos os postulantes aos mandatos que visitam o quilombo. No processo eleitoral de 2016, para prefeito e vereadores, ouve uma orientação da liderança para votarem no candidato Giovane Guedes Silvestre, conforme afirma Severino Caetano, *que representa o grupo político que vem trabalhando com a comunidade nos últimos anos*; quanto aos vereadores, não houve orientação, *cada eleitor escolheu o seu*.

A liderança da comunidade quilombola do Sítio Arruda, representada pelo presidente Antonio Cruz, reconhece que a união dos moradores é a certeza de vitória, *não seria fácil conquistar o que conquistamos sem união*, percebemos um sentimento identitário, de valorização da negritude no meio dos moradores, *somos respeitados pelo que representamos pra região e servimos de modelo pra outras comunidades*.

A maior conquista política para quilombolas foi a regularização do território, para que houvesse reconhecimento das instâncias públicas, e segurança deles na produção agrícola, conforme afirma, o ex-prefeito de Araripe,¹²⁹ Sr. José Humberto Germano Correia, um colaborador no processo de negociação dos proprietários dos terrenos, com o INCRA, em 2010, para ele a posse da terra, representa muito:

A questão da posse da terra é importante, não só pra os quilombolas, mas para todos os que fazem a agricultura, principalmente no Nordeste, a agricultura de subsistência. O problema do agricultor é que ele está sempre trabalhando nas terras dos outros. E essa demarcação ela é importante, primeiro, porque garante a eles uma terra, onde eles não terão que pagar renda pra ninguém e nem ninguém vai poder tomar o que eles têm. Exatamente, para garantir que no futuro essas propriedades não sejam vendidas ou até propriedades que eles ocupem, no futuro sejam pelos seus descendentes, sejam também vendidas, e isso no futuro venha a desaparecer (...). Começa pela questão da propriedade da terra, que é muito importante para os quilombolas, pela questão da manutenção – digamos assim – do clã, para que eles continuem evoluindo e mantendo a sua tradição, o seu passado. E que eles tenham uma segurança, uma propriedade. Assim como para nós, que somos da cidade, é importante ter uma casa pra morar, pra eles, é ter uma terra pra viver. É uma questão onde a gente começa a ganhar um respaldo legal para essas atividades, para tentar dar um diferencial a essa comunidade, já que ela é uma comunidade diferente. Dentro dos preceitos da equidade, a gente pode a partir de agora ter mais respaldo e apoio para que

¹²⁹ Esse depoimento do ex-prefeito de Araripe, Sr. José Humberto Germano Correia, encontra-se no Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola Sítio Arruda, elaborado pelo Antropólogo José da Guia Marques.

a gente possa atendê-los um pouco melhor, com recursos específicos, como eu disse anteriormente, recursos que vêm especificamente para eles (MARQUES, 2010, p. 40).

Percebe-se que o ex-prefeito de Araripe esboça uma reação de satisfação com o quilombo, para ele é uma comunidade diferenciada e os moradores reconhecem que as conquistas são fruto da unidade, por isso vivem de forma exemplar.

A professora Fátima Lourenço¹³⁰ diz que *os moradores da comunidade têm um comportamento muito respeitoso. Os mais idosos e as lideranças são vistos pelos mais novos com admiração e respeito, não temos casos de agressões, de brigas tudo é resolvido no diálogo*. Talvez seja esse comportamento que facilite todo o processo de organização, a democracia é exercida com plenitude e todos respeitam as decisões coletivas. O que se percebe é a comunidade crescendo em vários aspectos e alcançando importantes vitórias, porque se mantém coesa e focada na luta coletiva. Desde 2006 as lideranças vêm participando de fóruns, seminários, encontros e outros eventos em diversos locais do país, na busca de formação política.

Essas lideranças são renovadas. Como afirma Severino Caetano, *não podemos ficar a vida toda à frente do movimento, é necessário envolver a juventude e é isso que estamos fazendo*. A política é tratada com muito zelo na comunidade, os jovens são preparados ocupando cargos na diretoria da associação e participando dos eventos, fazendo assim a comunidade permanecerá por muitas gerações.

¹³⁰ Entrevista realizada com Fátima Lourenço, em 21/10/2016, por José Willame Felipe Alves

Fotos das lideranças da Comunidade quilombola Sítio Arruda que foram entrevistadas:



Foto 16: Raimunda Verônica do Nascimento
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 17: Maria Caetano de Souza
Fonte: José da Guia Marques



Foto 18 - Antonio José do Nascimento
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 19: Severino Caetano de Souza
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 20: Antonia Pereira de Alencar
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 21: Antonio Silva Cruz
Fonte: José Willame Felipe Alves



Foto 22: Maria de Fátima Lourenço Bispo
Fonte: José Willame Felipe Alves

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta pesquisa foi mostrar como as comunidades de remanescentes de quilombolas no estado do Ceará se organizaram e se mantêm organizadas em meio ao contexto amplo de formação comunitária. Penso neste estudo como um subsídio importante para o mundo acadêmico e científico, inclusive como fonte para futuras pesquisas, somando-se a outros que buscam abordar a temática étnica-racial, no campo específico da luta fundiária.

O alcance das respostas às indagações foi determinado, previamente, pela necessidade que observei de percorrer o Estado do Ceará, passando por diversas regiões, na busca de fontes documentais, considerando que o melhor embasamento estaria no conhecimento *in loco* de contextos, de realidades capazes de aguçar os sentidos, em um olhar sobre histórias desenvolvidas por comunidades que para a sua evolução, dependeram quase que exclusivamente, de força própria e de muita luta.

Defini então, o que seria prioritário dentre os percursos escolhidos, que melhor figurassem como fontes vivas de pesquisas e voltadas para os objetivos do que se queria alcançar. Os caminhos percorridos, então, levaram-me a sede regional do INCRA, em Fortaleza, onde solicitei e fui atendido, obtendo documentos necessários para o prosseguimento da pesquisa, mas ainda assim insuficiente (laudos antropológicos). A viagem para o sul do Estado, numa busca orientada pelo antropólogo José da Guia Marques, veio exatamente complementar a base que precisava, encontrando mais registros documentais. Na comunidade de remanescente de quilombolas Sítio Arruda, fui positivamente surpreendido, diante de um volume significativo de informações, não somente em documentos, pois, os moradores entusiasmados logo se colocaram à disposição para contribuir, por meio de seus relatos orais sobre a sua trajetória comunitária, com a pesquisa ora apresentada.

Nesse sentido, duas ferramentas foram escolhidas para subsidiar metodologicamente a construção desta narrativa: fontes documentais e fontes orais. Na operacionalização do acesso as fontes, algumas dificuldades surgiram: os registros documentais eram poucos e as lideranças, detentoras de muitos registros por meio da memória, moram em comunidades distantes umas das outras, assim, a coleta dessas informações demandou longas conversas gravadas.

A problemática estudada contemplou algumas categorias, como: estrutura política organizacional, vivências religiosas, comportamento sociocultural dos negros e negras, na perspectiva das comunidades de remanescentes de quilombolas, bem como os conflitos agrários que permeiam todo o território brasileiro, com desdobramentos até os dias atuais. No caminho, encontrei lideranças apreensivas com relação ao reconhecimento dos espaços territoriais dessas comunidades quilombolas e sobre a aplicação das políticas públicas de afirmação étnico-racial nos espaços legalizados, por se perceber o afastamento do poder público Federal das demandas de reparação histórica de inclusão dos grupos inferiorizados e de apoiar as conquistas de direitos assegurados na Constituição Federativa do Brasil, de 1988.

Neste sentido, um fator elementar surgia, que foi a necessidade de entender como essas comunidades estão convivendo com a atual realidade brasileira. Ouvi as principais lideranças e percebi nelas um bom nível de formação política, por acreditar que esta fase negativa da história passará rapidamente e os avanços nas conquistas de direitos retornarão.

Para entender a estrutura organizacional das comunidades pesquisadas, além dos depoimentos das lideranças, considerei pertinente utilizar os laudos antropológicos das cinco comunidades que estão com os processos mais avançados. São fontes que possibilitam fazer análises criteriosas e cuidadosas, ancoradas em documentação escrita e na memória comunitária. Os depoimentos das lideranças, que são fontes orais, são carregados de emotividades, mas nem por isso comprometem a veracidade das informações. O mesmo acontece com os laudos, pois, são frutos de relatos históricos extraídos da memória individual e coletiva das próprias comunidades.

No entanto, estive sempre ciente que a escolha destas fontes me obrigaria a tomar cuidados especiais na transcrição e valorização dos depoimentos. Para isso, cerquei-me de orientações de teóricos que usam essas fontes em suas pesquisas e as usam com sucesso. Essas fontes, para a proposta desta pesquisa, são as mais adequadas, devido a fragmentação dos registros históricos, principalmente considerando que a comunidade analisada especificamente – o Sítio Arruda -, formou-se através de um processo de mobilidade individual e familiar de difícil reconstituição documental.

Ao comparar os cinco Laudos Antropológicos, percebi semelhanças no que se refere a temporalidade. Todos foram feitos entre 2008 e 2011, período do governo do

Partido dos Trabalhadores. Percebi que somente após o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é que de fato o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Cidadã de 1988 passou a ser implementado, e as comunidades iniciaram seus processos de reconhecimento dos territórios e de outros direitos legalmente já assegurados.

Os cinco Laudos Antropológicos analisados são: Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, município de Tamboril; Alto Alegre e Base, municípios de Horizonte e Pacajus; Brutos, município de Tamboril; Três Irmãos, município de Croatá e Sítio Arruda, município de Araripe. Estão distribuídos em diversas regiões do estado do Ceará,¹³¹ onde a mão de obra escravizada foi mais presente nos séculos XVIII e XIX. Apesar de realidades geográficas diferentes, serra, sertão e litoral, essas comunidades apresentam processos de organização semelhantes, todas têm entidades formalmente constituídas,¹³² bem como uma agenda compartilhada de demandas sociais. Todas lutam pela regularização fundiária de suas terras, pelo acesso a recursos públicos que permitam a melhoria de suas condições básicas de sobrevivência e pela preservação cultural de suas identidades quilombolas.

Na comunidade de remanescentes de quilombolas Encantado do Bom Jardim encontramos a maior liderança do movimento no Ceará, o senhor Renato Baiano. Homem íntegro, identificado com a causa dos remanescentes de quilombolas em âmbito nacional, que goza de aceitação política à frente da CERQUICE e que faz a intermediação entre as comunidades e os governos. No entanto, a sua comunidade sofre com as dificuldades que encontra com a conquista do seu território ancestral. Os conflitos com os proprietários, as indenizações, dificultam a conquista definitiva do território proposto, sendo obrigada a comunidade a aceitar uma área menor.

No que se refere as atividades religiosas, observei que existem diferenças perceptíveis entre as cinco comunidades. No entanto, todas têm práticas cristãs, com preferência ao catolicismo. Encontrei na comunidade Alto Alegre, Adjacência e Base três Igrejas Evangélicas, que são: Batista, Assembleia de Deus e Congregação Cristã. O primeiro templo a ser construído nas comunidades foi o Batista. Lá também tem religião de matriz africana, um terreiro de umbanda, com poucos membros, os quais se identificam como cristãos católicos. Os remanescentes, no que se referem às

¹³¹ Ver mapa nos anexos.

¹³² Associações de remanescente de quilombolas, com diretórias administrativas, salões de reuniões, bem como atividades sociais, esportivas e trabalhos voltados para questões identitárias.

práticas religiosas são bastantes diversificados, mas, a maioria se declara católico apostólico romano. Conforme o Laudo Antropológico, essas comunidades mantêm a tradição de festejar Santo Antonio, o padroeiro. Com celebração de uma missa no dia 13 de junho, após uma semana de novenas.

Percebi, que os remanescentes de quilombolas das comunidades de Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, quanto às práticas religiosas, são cristãos católicos, mas não há nenhum templo no interior dessas comunidades. Há apenas uma pequena capela em homenagem a Santo Antonio, na sede da Fazenda Bom Jardim, fechada, sem atividades. O espaço que os quilombolas fazem reuniões, sistematicamente, para o exercício de suas crenças, é a sede da associação comunitária, lá celebram novenas, missas, batizados, casamentos, terços, velórios ou outros rituais. No mês de junho, costumam festejar Santo Antonio, com a realização de novenas, quermesses, partilhas. Na última noite tem uma missa e em seguida o leilão de encerramento. O festejo tradicional do padroeiro da comunidade, ocorre uma vez por ano, no mês do Santo, encerrando-se no dia 13 de junho.

No que se refere a comunidade de remanescente de quilombolas de Brutos, apesar de se definirem como católicos apostólicos romanos, também não tem templo católico na comunidade. Existe apenas um pequeno “santuário”, em homenagem à padroeira, Nossa Senhora de Fátima. Os moradores exercitam suas crenças em reuniões na casa da presidente da associação, que é a líder religiosa. Realizam anualmente, no mês de maio, o festejo alusivo à Santa padroeira, com atividades como: novenas, batizados, quermesses e enceram com uma missa campal, no último dia do mês.

Os remanescentes de quilombolas da comunidade Três Irmãos, identificam-se como católicos apostólicos romanos. Na comunidade não tem templo, mas eles se reúnem nas casas, para as celebrações como: novenas, terços e missas. Os festejos são realizados no mês de maio alusivo à padroeira Nossa Senhora de Fátima, em parceria com os moradores da sede do distrito de Santa Tereza, quando rezam o terço em família com a presença da imagem, que peregrina pelas casas da comunidade, onde pernoitando uma vez por residência. Ao final do mês de maio, a imagem de Nossa Senhora de Fátima é devolvida para a capela do Distrito de Santa Tereza.

A comunidade Sítio Arruda é bastante atuante em suas práticas religiosas, tem um templo católico e a padroeira é Nossa Senhora Aparecida. No mês de outubro têm os festejos alusivos à Santa, compostos de nove noites de novenas com um leilão

no encerramento. As mulheres estão à frente da organização das programações, mas os homens participam no apoio. As tradições são mantidas desde os anos 1990, quando, a cada dia a imagem é levada para uma casa, sendo que, à noite, todos da comunidade pegam a Santa e a levam para a sede da associação, onde é realizada a novena.

A prática dos festejos é comum em todas as comunidades de remanescentes de quilombolas. Percebi que os festejos representam uma herança da religiosidade combinada entre os escravizados e seus senhores, o que se define como “religião popular”, praticada desde o período colonial, de forma que envolve os dominadores e os dominados. A liderança religiosa cabe aos rezadores, leigos que assumem a função de evangelizadores na ausência de padres e bispos (ROSENDAHL, 2002, p. 177).

Na perspectiva sociocultural, as comunidades desenvolvem atividades comuns. Elas sofrem com o processo de homogeneização estabelecida pelo sistema capitalista. Alguns eventos festivos de lazer sócio interativo trazem, para o seio das comunidades, músicas dos cantores e cantoras populares. Já as atividades esportivas que mais praticam, são: o futebol de campo (masculino) e o voleibol (feminino).

Foi possível constatar que várias estratégias e alternativas são desenvolvidas pelas lideranças para unir as gerações, com princípios identitários, que garantam a permanência das comunidades numa constante mobilização por melhorias, mesmo com aparente desigualdade, entre comunidades historicamente inferiorizadas e exploradas e uma classe opressora e exploradora. Nessas estratégias entra a educação formal escolar, na qual se busca organizar os currículos de forma a valorizar o modo de vida do campesinato negro, produzindo simbolismos firmados no sentido de pertencimento.

Encontrei nas comunidades grupos culturais que proporcionam alternativas de atividades que tem como foco o fortalecimento da identidade negra na sociedade em que estão inseridas, como: capoeira, bandas cabaçais, confecção de turbantes, rodas de conversas com palestras dos idosos, etc. É necessário, em nome da preservação de uma história e de seu legado, que os remanescentes de quilombolas tenham convicções de quem são, como sujeitos históricos na sociedade, para que não sejam absorvidos por uma cultura imediatista capitalista capaz de corroer a identidade étnica.

Em relação aos conflitos agrários deparei-me com situações diversas nas cinco comunidades pesquisadas. Apenas uma comunidade teve resolubilidade para os seus

conflitos, conforme previsto no Laudo Antropológico. O entendimento entre as lideranças da comunidade Sítio Arruda e dois proprietários, com a intermediação do INCRA, foi capaz de resolver definitivamente a conquista do território, já de posse da CDRU (anexa). As demais comunidades vivem conflitos que emperram o avanço dos processos conforme foram previstos nos Laudos Antropológicos analisados. Mesmo com todos os conflitos, os quilombolas resistem permanecendo nos territórios, vivendo e aguardando soluções. Diante dessas situações, observei que o sentimento de justiça é um fator decisivo para a constante luta pela titulação da terra, ou seja, reivindicam a propriedade em nome da memória de seus antepassados que foram escravizados e devido as condições de subserviência a que foram submetidos.

Busquei demonstrar, por meio de uma cartografia das comunidades de remanescentes de quilombolas no Ceará (comunidades que se auto reconhecem assim)¹³³, que elas apresentam um consistente pertencimento étnico afro-cearense. A compreensão da identidade quilombola, é construída a partir da própria concepção que os sujeitos sociais têm e, portanto, desencadeada em função dos contextos históricos de luta por direitos.

A pluralidade que envolve a experiência quilombola permite identificar como os vários sujeitos sociais trilharam caminhos históricos alternativos, uma vez que ninguém é motivado por interesses universais. Sendo assim, a análise das experiências das comunidades pode corroborar para ampliar as compreensões relacionadas as formações sociais comunitárias específicas. O que nos leva a uma compreensão de que a diversidade de experiências ligadas à cidadania instiga a refletir sobre as exclusões sociais históricas com implicações étnico-raciais. Nesse sentido, a própria categoria “comunidade de remanescente dos quilombolas” trouxe uma nova dimensão para pensar estas implicações.

O reconhecimento legal aos direitos da população quilombola proporcionou debater sobre quem seriam esses sujeitos socais. Assim, a introdução legal da categoria “remanescentes de quilombolas” modificou também a noção de resíduos arqueológicos que havia se dado aos quilombos. Assim sendo, além da visibilidade gerada na esfera pública, produziu uma ruptura teórica na própria conceituação de quilombo. Tal ruptura, ao ser estudada no interior das comunidades quilombolas,

¹³³ Conforme informações cedidas pela CERQUICE foi possível confeccionar um mapa dessas comunidades que se encontra nos anexos. Mapa elaborado com a ajuda do setor de cartografia do Instituto Federal do Ceará – *campus* Iguatu, pelo Dr. Efrain Martins Araújo, em dezembro de 2017.

contribuiu para desmistificar o mito do isolamento do quilombo.

O termo sofre um processo de ressignificação a partir da luta dos movimentos sociais que surgiram no final dos anos 1960 e da inserção nas pesquisas acadêmicas, pautados no reconhecimento identitário e na reparação da opressão histórica vivenciada por estes grupos. Somente em 2003, por meio de decreto, foi definida, através do critério de auto atribuição, a nova configuração jurídico-política destas comunidades quilombolas.

Assim, vale destacar que o movimento quilombola no Estado do Ceará aflorou intensivamente no início do século XXI, por meio das práticas sociais dos negros e negras conscientes do seu papel histórico de resistência e de compartilhamento de uma luta comum, ou seja, a contraposição às marcas estabelecidas a eles como inferiores, sem educação e sem direitos.

Certamente, nessa pesquisa, não foi possível dar conta de colher todos os elementos contidos nos fragmentos arrolados, dada algumas limitações encontradas. Provavelmente muitos dos indícios não tenham sido percebidos e/ou escritos de forma satisfatória. Mas isso não se caracteriza como uma falha, pelo contrário, é um estímulo para que se possa pensar nesta tese como um ponto de partida para a continuidade de investigações do processo de organização das comunidades de remanescentes de quilombolas, com a compreensão que elas estão em constante alteração de suas realidades históricas.

Nessa perspectiva, concluo ciente de que, salvo suas limitações, nossa pesquisa gerou um documento científico que estará disponível como mais uma possibilidade de leitura. Outras pesquisas serão necessárias, para que sejam descortinadas diferentes faces de uma mesma realidade histórica, que antes não era contada, pois certamente não interessava escrever sobre os seres subalternizados.

REFERÊNCIAS

- AIRES, C. H. L. **AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO**: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire Cerrito RS. Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM), 2013.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil**: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- ALMEIDA, Roberto Alves de. Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombo Família Magalhães. 1997. Relatório de Pesquisa, INCRA, Superintendência Regional do DF e Entorno (SR-28/DF), Brasília, INCRA, 2007.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007 (Brochura de circulação restrita).
- ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos "remanescentes"**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana [online]. 1997, vol.3, n.2, pp.7-38. ISSN 0104-9313.
- _____. **Da "Educação do Campo" a "Educação Quilombola"**: identidade, conceitos, números, comparações e problemas. In: Raízes v.33, n.1, jan-jun / 2011. Disponível em https://www.google.com.br/search?q=%3Chttp://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_266.pdf%3E&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&qwsrd=cr&dcr=0&ei=qVg8Ws7FMob8wQsJ4YTgDA. Acessado em 21 de dezembro de 2017.
- _____. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru, Edusc. 2006.
- _____. **Políticas Públicas para Quilombos**: terra, saúde e educação, p. 75-110. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Org.). **Caminhos Convergentes**: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll : ActionAid, 2009.
- ASSUNÇÃO, M. A. **"ESCRavidão e LIBERDADE EM FORTALEZA, CEARÁ (SÉCULO XIX)"**. - Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2009.
- AZEVEDO, Cecília Silva. **Identidade compartilhada**: a identidade nacional em questão. In: Martha Abreu; Rachel Soihet. (Org.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 38-54.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, W.N.; SANTOS, J.R. **Atrás do muro da noite**. Brasília: Minc. Fundação Cultural Palmares, 1994.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. trad. de R.R. Torres F. e J.C.M. Barbosa, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira – 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **Do “Planeta dos Macacos” a “Chácara das Rosas”**: de um território negro a um quilombo urbano. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos. **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Família Silva**: Resistência Negra no bairro Três Figueiras. Laudo Antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao Artigo 68/ADCT. Porto Alegre: FCP/PMPOA, setembro de 2004.

_____. **O “Planeta” dos negros no mundo dos brancos**: estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS. 2003. 162 pp. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

CASTRO, Vânia Maria Vasconcelos. **Os camponeses do assentamento Vida Nova-Transval de Canindé**: Ceará e sua relação com terra, trabalho e os meios de produção, Monografia de Especialização. UFC, Ceará, 2007.

CATANHEDE FILHO, Aniceto. **A pesquisa antropológica nos quilombos**: uma experiência. In: O INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas: Algumas Experiências. Brasília: Nead Debate, 2006.

CORTEZ, Ana Sara R. P. Cabras, **Caboclos, Negros e Mulatos** - A família escrava no Cariri Cearense (1850 - 1884). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará). 2008.

COSTA, M. E. **Um Negro olhar sobre o desenvolvimento**: análise de uma comunidade quilombola, Dissertação de Mestrado. UFC, 2013.

COSTA, Pablo Assumpção Barros. **ANICETE**: quando os índios dançam. UFC/Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, 1999.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Univ. Central de Venezuela, 2004, p. 103.

DAVIS Natalie Zemon. **Nas Margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo. Companhia das Letras, 1997 (A).

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

FERNANDES Florestan. **Anais da Constituinte 1986/1988**. Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. 1988.

_____. **O negro no mundo dos brancos.** 2ª edição: São Paulo: Global, 2007 [1972].

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Ed. DA Unicamp, 2006.

FONTELES, L. V. **Da invisibilidade ao Reconhecimento:** Regularização Fundiária e a Questão Quilombola no Ceará. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia.

FRANÇA, F. M. C. ; FIGUEIREDO, A. Z. Q. ; FONTENELE, F. C. B. ; ALVES, J. J. ; OLIVEIRA, J. B. . **Cisterna de placas:** construção, uso e conservação. Fortaleza: SRH-CE, 2010 (Cartilha).

FRASER, Nancy. “**Identity, exclusion, and critique:** a response to four critics”. European Journal of Political Theory, 2007, pp. 305-338.

FUNES, Eurípedes A. **Os Negros no Ceará.** In: SOUSA, Simone (Org). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GARCIA, F. B.. **Em Nome do Negro, da Terra e do Espírito Santo:** aspectos históricos, jurídicos e políticos do reconhecimento das áreas remanescentes de quilombos no Sapê do Norte-ES. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo, Ano de Obtenção: 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 9ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GLEITMAN, H. **Psicologia** (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999.

GNADLINGER, J. **Técnica de diferentes tipos de cisternas, construídas em comunidades rurais do Semiárido brasileiro.** Juazeiro, BA: IRPAA, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas.** Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

_____. **Introdução. Liberdade por um fio.** História dos Quilombos no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

_____. **Quilombo.** In: MOTTA, Marcia Maria Menendes (org.). Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____.; MOTTA, Márcia. **Terras e Territórios da Liberdade:** Notas de Pesquisas sobre posseiros, camponeses negros e remanescentes de quilombos. In: Adriana Pereira Campos e Gilvan Ventura da Silva. (Org.). **Da África ao Brasil:** itinerários históricos da cultura negra. Vitória: Universidade, 2007, v. p. 159-205.

GRAHAM, Richard. - **Nos tumbeiros mais uma vez?** O comércio interprovincial de escravos no Brasil II. In. Afro-Ásia, n. 27, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HANCHARD, Michel. **Orfeu e o poder – Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, C.A. **Comentários sobre raça, cultura e classe na integração das sociedades.** Rio de Janeiro, Dados, Revista de Ciências Sociais. vol. 27, n.3, p. 148-

149,1984.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. 2008, Caxambu, MG.

LARCHERT, J. M. **Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural quilombola do Fojo-BA**. 2013. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSCar) - Universidade Federal de São Carlos.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil**. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **Comunidade de Casca**: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Antropologia, 2000; NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas.

_____. **Quilombos**: questões conceituais e normativas. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 01, p. 01-05, 2003.

LEVI, G. **“Sobre a micro-história”**. In BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. pp.133-161.

_____. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira. Tese (Doutorado em História). UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2010.

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. Desafios do desenvolvimento. São. Paulo: IPEA, 2011 . Ano 8 . Edição 70.

MARQUES, J. da G. **Relatório Antropológico de reconhecimento e delimitação do território** das comunidades de remanescentes de quilombolas Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2009.

_____. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território** da comunidade de remanescente de quilombolas Três Irmãos. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2010.

_____. **Relatório Antropológico de reconhecimento e delimitação do Território** da comunidade de remanescentes de quilombolas Sítio Arruda. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2010.

_____. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território** da comunidade de remanescentes de quilombolas de Brutos. Fortaleza: INCRA/SR-02/F/F4 CE, 2011.

MATTOS, H. ou CASTRO, H. M. M. ; RIOS, A. M. L. **Memórias do Cativo**: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, R. L. DIAS, Nelson W. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, 2007. Disponível em: < http://www.Inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivos_EPG/EPG00978_01_A.pdf>. Acessado em: 14 de janeiro de 2017.

MILES, Tshombe L. **Abdias Nascimento e a Tradição Intelectual Afrodiaspórica: no Combate ao Racismo**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.106-136, jul./dez., 2017. (trad. João Miguel Lima).

MONTEIRO JUNIOR, F. S. S. **Tradição na Modernidade: A performance da Banda Cabaçal Padre Cícero de Juazeiro do Norte – CE**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

MONTEIRO, K.S., FRANCO GARCIA, M. **A ação do estado nas políticas públicas para os territórios remanescentes de quilombos**: propriedade da terra e questão de gênero nas comunidades quilombolas da zona da mata paraibana. In: XII Jornada do Trabalho, Curitiba, 2011.

MOREIRA, Paulo. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura Crioula: **os parentes contra o cativo**. In: SILVA, Gilberto; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MOURA, Antônio Eustáquio. **Quilombo Mata Cavalo, a Fênix negra mato-grossense**: etnicidade e luta pela terra no Estado do Mato Grosso. / Antônio Eustáquio Moura. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, Glória. **Ilhas negras num mar mestiço. Carta**: falas, reflexões, memórias. Publicações do gabinete do senador Darcy Ribeiro, Brasília, v. 4, n.13. 1994.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje**. Global, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: um conceito emergente do processo histórico cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. Sankofa. Matrizes africanas da cultura brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, E. S. **Memória Coletiva e Identidade Étnica dos Tremembé de Almofala**: Os Índios da Terra da Santa de Ouro. Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2001. Dissertação, Mestrado em Psicologia.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombo**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: EDFGV, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo, Ática, 1990.

PACHECO, Gustavo; GOUVEIA, Cláudia; ABREU, Maria Clara. **Caixeiros do Divino Espírito Santo de São Luís do Maranhão**. LIVRO CD. Rio de Janeiro: Associação

Cultura Caburé. 2005.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Agricultura orgânica**. Piracicaba: ESALQ - Divisão de Biblioteca e Documentação, 2001.

RAMALHO, M.A.P. **Mecanização do cultivo consorciado de milho e feijão**. Inf. Agropec., 2 (103): 36-40.1983.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P.. **Os povos invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. Cadernos CERU (FFLCH/USP), São Paulo, v. 9, p. 109-127, 1997.

_____. **O mundo é grande e a nação também**: identidade e mobilidade em territórios negros. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth S. Brasil, afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

_____. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2009.

_____. **O negro no Ceará (ou o Ceará negro)**. In: Henrique Cunha Júnior; Joselina da Silva; Cícera Nunes. (Org.). Artefatos ad cultura negra no Ceará. 1ed. Fortaleza - CE: Edições UFG, 2011, v. 1, p. 19-40.

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará**. Fortaleza, Edições UFC. 1988.

RODRIGUES F. P. **A Mobilização Quilombola no Ceará e os efeitos do processo de territorialização**: do reconhecimento à implementação de políticas públicas. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade - Universidade Estadual do Ceará (UECE). 2016.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião**: Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

SANTANA. Manoel Henrique de Melo. **Incelências**: o povo canta seus mortos. Revista Incelências, 2011, v, n. (1), p. 86-96.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações as redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, jan./abr. 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

SILVA, Dimas S. da. **Frechal**: Cronologia da vitória de uma Comunidade Remanescente de Quilombo. Em Boletim Informativo NUER, vol.1, n. 1. 1997.

SILVA, J. M. S.. **Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias**. Revista Palmares (Brasília) , v. 5, p. 33-39, 2010.

SILVA, Jéssica Soares. **Entre toadas, leis e cachês: as práticas das bandas cabaçais do Cariri cearense e as ressignificações do conceito de culturas populares**. 2011. 96f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento**. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/Action AID, 2009. p. 20.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. RJ: Paz e Terra, 1976.

_____. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

SOUZA, Amarildo Carvalho. **A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios**. Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. 2010.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

SOUZA, S. C.; BRANDAO, A. A. P.. **POLÍTICA DE TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luiz-Maranhão. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-13.

THORNE, Eva. **“Ethnic and race-based political organization and mobilization”**.in Mayra Buvinic, Jacqueline Mazza e Ruthanne Deutsch, Social inclusion and economic development in America Latina, Inter-American Development Bank, pp. 307-331. Latin America: Lessons for Public Policy. 2004.

TRAPP, Rafael Petry; SILVA, Mozart Linhares da. **Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política**. Revista Jovem Pesquisador, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social**. Campinas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP, 2004. (Doutorado em Ciências Sociais).

URSINI, Leslye Bombonato. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do**

Território Quilombola de Alto Alegre, Adjacências e Base; municípios de Horizonte e Pacajus, Ceará. 2008.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó**: a África no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Áreas serão desapropriadas para criação de dois territórios quilombolas no Ceará, 24/11/2015. <http://www.incra.gov.br/noticias/areas-serao-desapropriadas-para-criacao-de-dois-territorios-quilombolas-no-ceara>, acessado em 23 de novembro de 2017.

BOLETIM INFORMATIVO NUER / Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas - V. 1, n. 1 (1996) - Florianópolis: UFSC, 1996.

BRASIL. *Constituição* da República Federativa do Brasil, 1988. Artigos 68.

_____. LEI Nº 7.668 de 22 de agosto de 1988. Disponível no link www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.

_____. Decreto Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível no link www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.

Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas. Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

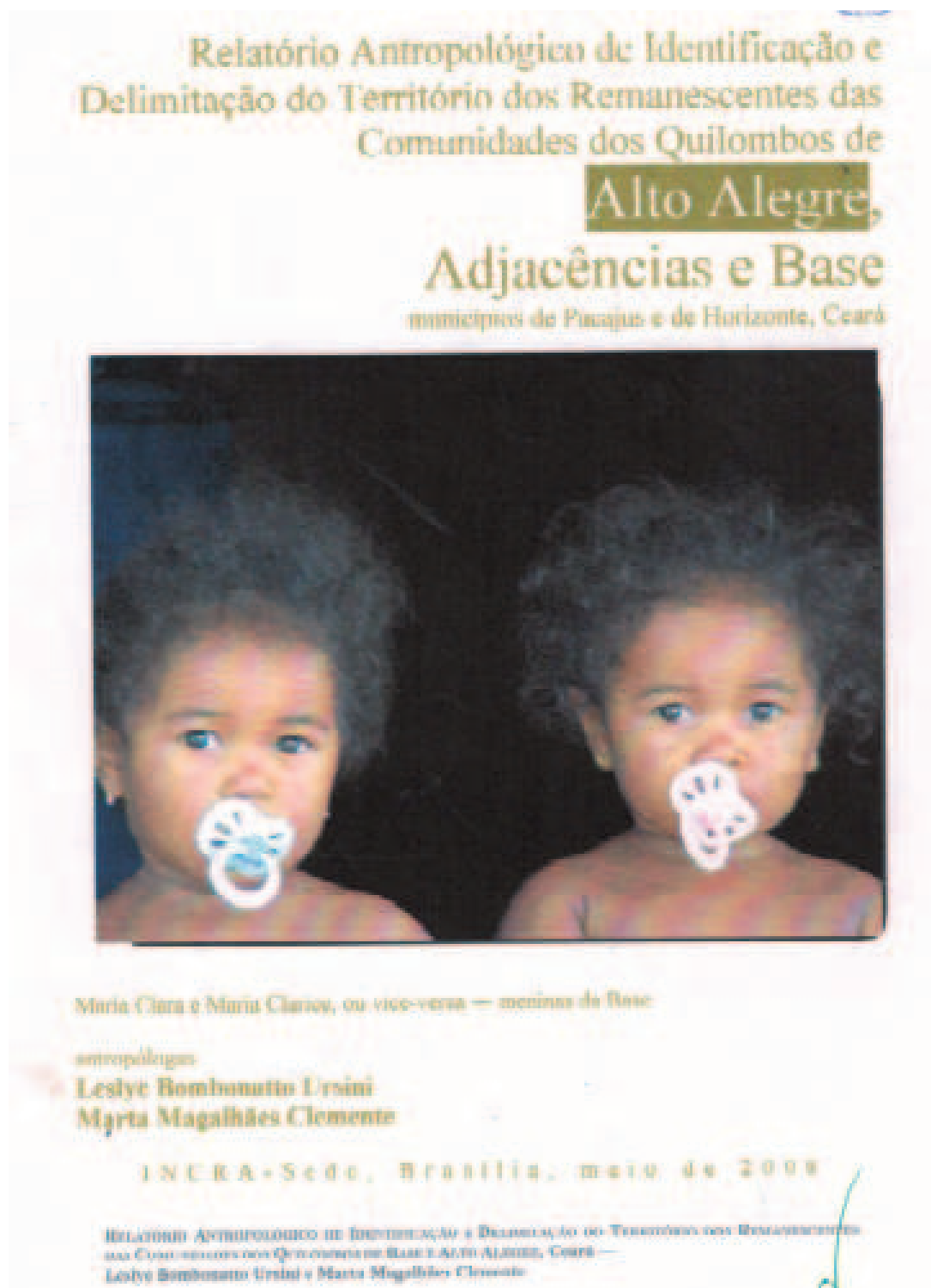
INSTITUTO GIRAMUNDO Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica – PROGERA /Agricultura Familiar/CANUTO, J. C. e CARMO, M. S. Botucatu/SP: GIRAMUNDO, 2009.

MACULELÊ. <http://www.donitao.com/2010/11/maculele.html>. Acessado em 08 de agosto de 2017.

Poder Negro: <http://filosofiapopafro.blogspot.com.br/2009/12/historia-do-movimento-negro-do-ceara.html>. Acessado em 01 de agosto de 2017.

ANEXOS

Anexo 01 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes das Comunidades Quilombolas de Alto Alegre, Adjacências e Base.



Anexo 02 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes das Comunidades Quilombolas de Encantado do Bom Jardim e Lagoa das Pedras.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO CEARÁ - SR-02/CE
 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - SR-02/F
 SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - SR-02/F4



**RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO
 DE RECONHECIMENTO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO
 DAS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBO
 ENCANTADOS DO BOM JARDIM
 E LAGOA DAS PEDRAS**

JOSÉ DA GUIA MARQUES

FORTALEZA

2009

Anexo 03 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes da Comunidade Quilombola Três Irmãos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO CEARÁ - SR-02/CE
 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - SR-02/F
 SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - SR-02/F4



**RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO
 DE RECONHECIMENTO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DA
 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO
 TRÊS IRMÃOS**

JOSÉ DA GUIA MARQUES

FORTALEZA

2010

Anexo 04 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes da Comunidade Quilombola de Brutos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO CEARÁ - SR-02/CE
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - SR-02/F
SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - SR-02/F4



**RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO
DE RECONHECIMENTO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BRUTOS**

JOSÉ DA GUIA MARQUES

FORTALEZA

2011

Anexo 05 - Capa do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO CEARÁ - SR-02/CE
 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - SR-02/F
 SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - SR-02/F4



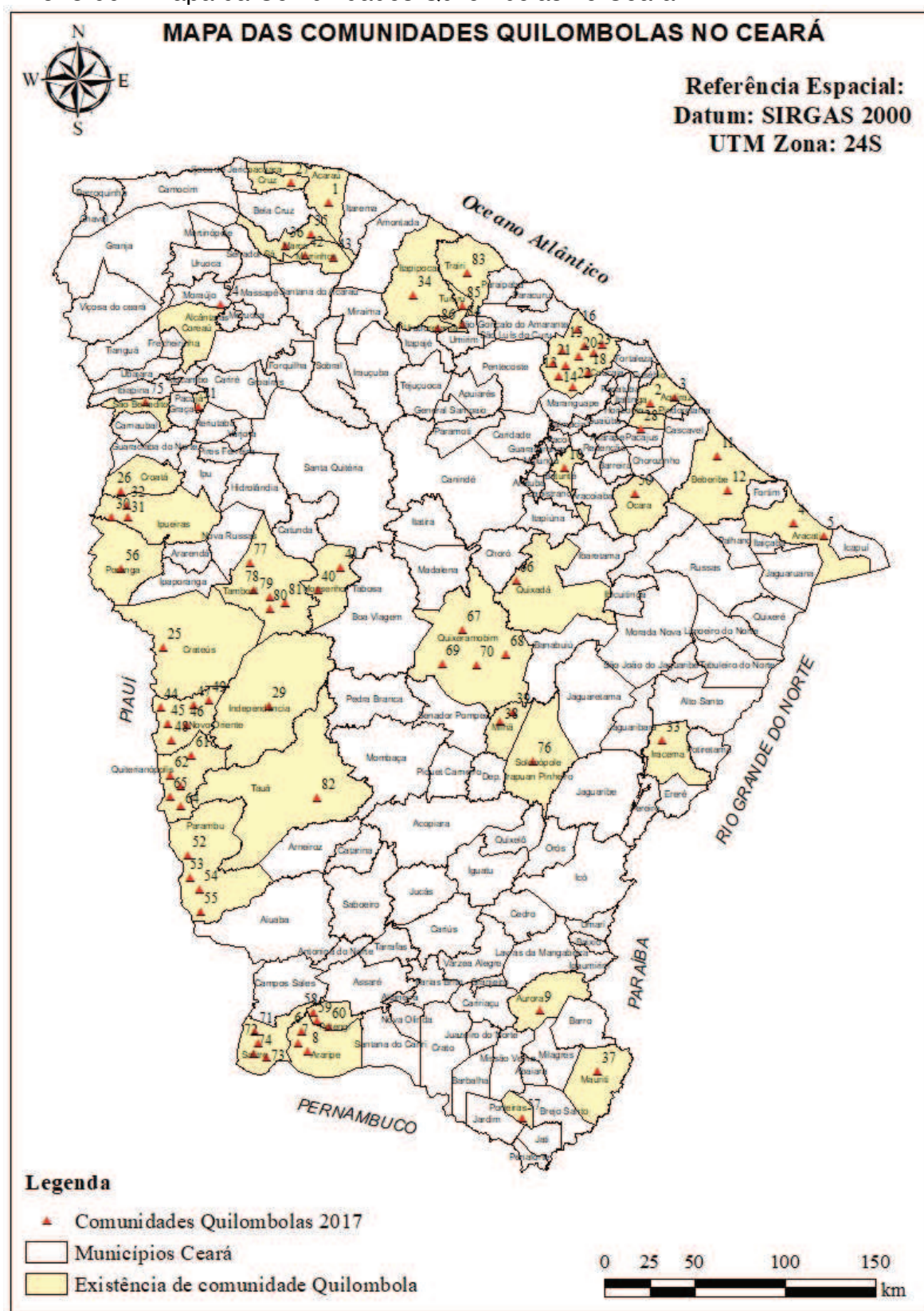
**RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO
 DE RECONHECIMENTO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DA
 COMUNIDADE QUILOMBOLA SÍTIO ARRUDA**

JOSÉ DA GUILA MARQUES

FORTALEZA

2010

Anexo 06 - Mapa da Comunidades Quilombolas no Ceará.



Fonte: Doutor Efraim Martins Araújo
Laboratório de Geoprocessamento do IFCE – campus de Iguatu

Anexo 07 - CDRU da comunidade Sítio Arruda



MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 - CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO

ESPÉCIE:
CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COLETIVO, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA.

NÚMERO DO CONTRATO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
SR-02.002/2016	29/03/2016	Salitre	CE	S4130.000131/2016-14

02 - CONCEDENTE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Autarquia Federal criada pelo decreto-lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ nº 00375.972/2001-60, sede e jurisdição em todo território nacional.

03 - CONCESSIONÁRIO: ENTIDADE REPRESENTATIVA DA COMUNIDADE BENEFICIÁRIA

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DO SÍTIO ARRUDA

ENDEREÇO
Sítio Arruda, 184, Zona Rural, CEP: 63.170-000

CNPJ/CGC	DATA DA CONSTITUIÇÃO	LOCALIDADE	UF
08.084.298/0001-77	05/05/2006	Araripe	CE

04 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 68 do ADCT, Arts. 215 e 216 da Constituição de 1988, Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Decreto-lei nº 271/1967.

05 - CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL

IMÓVEL	MUNICÍPIO(S) DE LOCALIZAÇÃO	UF	CÓDIGO DO IMÓVEL NO SNCR	ÁREA DO IMÓVEL (Ha)
Baixa do Caldeirão	Salitre	CE	149.047.010.715-5	189,8800

ÁREA POR EXTENSO
Cento e oitenta e nove hectares e oitenta e oito ares.

CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL
Norte: Antonio Pedro de Souza, Valdemar José Rodrigues.
Sul: Ana Cristina Barreto, José Simão.
Leste: João Antonio da Silva, Valmir Veloso Ferreira.
Oeste: Hilário Raimundo de Oliveira e outros, Manoel Vicente, Antonio Bandeira.

06 - REGISTRO IMOBILIÁRIO

PROPRIETÁRIO	MATR/TRANSC/REGISTRO	OFÍCIO	LIVRO	FOLHA/FICHA	COMARCA	UF
Rezula Virginio Clementino	Matrícula 1.376	2º	2 de Registro Geral	Ficha 1	Campos Sales	CE

PRESENTE CONTRATO REGE-SE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS NO VERSO

Nº 013104



DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O **CONCEDENTE** qualificado no quadro 02, com fundamento na legislação federal de regência, tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, **concede à CONCESSIONÁRIA**, qualificada no quadro 03, pelo presente CONTRATO, a concessão de direito real de uso coletivo do imóvel descrito no quadro 05, bem como as benfeitorias nele edificadas (descritas na cláusula III deste contrato) sob as condições constantes das cláusulas seguintes:

- I. O imóvel se destina às atividades extrativistas, agroindustriais, culturais e de preservação do meio ambiente de modo a garantir a auto-sustentabilidade e o desenvolvimento da comunidade remanescente beneficiária, visando a sua preservação em seus aspectos sociais, culturais e históricos, segundo o disposto nos artigos 215 e 216, da Constituição Federal.
- II. O imóvel ora concedido integra a área do território quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo Sítio Arruda, reconhecido pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 130, publicada no DOU de 13/02/2012 e pelo Decreto presidencial declaratório de interesse social nº 5, publicado no DOU de 06/12/2013.
- III. Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a preservar os bens naturais e os sítios ecológicos que representam patrimônio ambiental, bem como as áreas de reserva legal e preservação permanente, na forma da legislação vigente, federal e/ou estadual.
- IV. É vedado à CONCESSIONÁRIA alienar, penhorar ou transmitir a qualquer título a posse ou os direitos do imóvel, objeto da presente concessão, devendo o mesmo permanecer sob o seu uso e posse ou de seus sucessores legítimos.
- V. O CONCEDENTE promoverá quando necessário e, desde que haja interesse e conveniência da Administração, ações junto aos órgãos competentes em favor da CONCESSIONÁRIA, objetivando o acesso a serviços sociais indispensáveis ao progresso econômico e ao bem estar da Comunidade.
- VI. Esta Concessão terá validade até a entrega do Título de Reconhecimento de Domínio do território que abrange presente imóvel pela CONCEDENTE.
- VII. O presente Contrato poderá ser rescindido se descumpridas quaisquer das cláusulas nele contidas ou por inobservância das normas legais que regem a matéria, observados o contraditório e a ampla defesa e, nos casos de revogação da imissão na posse.
- VIII. Fazem parte do presente CONTRATO, inclusive para fins de registro imobiliário, a planta e memorial descritivo do imóvel.
- IX. O presente CONTRATO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-lei nº 2.37 de 24 de novembro de 1987, sendo o mesmo firmado em papel moeda, em uma única via, que deve ser levado ao registro no cartório de registro de imóveis competente.
- X. Os casos omissos no presente contrato resolver-se-ão com base na legislação em vigor, aceitando a CONCESSIONÁRIA, expressamente, as cláusulas e condições dele constantes, na presença das testemunhas abaixo arroladas, ficando eleito o foro da cidade da sede da Superintendência Regional do Incra de localização do imóvel, com renúncia a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que resultarem deste instrumento.

Fortaleza/CE, 29 de março de 2016.

ROBERTO MÁRCIO DUTRA GOMES
 Superintendente Regional
 CPF: 617.894.293-15

ANTÔNIO DA SILVA CRUZ
 Presidente da Associação Quilombola Comunidade Sítio Arruda
 CPF: 015.637.863-97

TESTEMUNHA
 RG: 436702-552101
 CPF: 081.630.813-68

TESTEMUNHA
 RG: 2007590789-0
 CPF: 41.214.413-20